

Módulos 1 e 2

.....

Flávio Limonci

Mônica Grin

Volume 1

História e Sociologia







Fundação

**CECIERJ**

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

## História e Sociologia

Volume 1 – Módulos 1 e 2

Flávio Limoncic

Mônica Grin



SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério  
da Educação



Apoio:



# Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente  
Masako Oya Masuda

Vice-presidente  
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História  
UNIRIO – Keila Grinberg

## Material Didático

### ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Flávio Limoncic

Mônica Grin

### COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

### SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

### DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte

Marcelo Bastos Matos

## Departamento de Produção

### EDITORA

Tereza Queiroz

### REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Diana Castellani

Elaine Bayma

Patrícia Paula

### COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Jorge Moura

### PROGRAMAÇÃO VISUAL

Davi Daniel de Macêdo

Sanny Reis

### ILUSTRAÇÃO

André Dahmer

### CAPA

André Dahmer

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

L734h

Limoncic, Flávio.

História e Sociologia. v. 1 / Flávio Limoncic, Mônica Grin. -

Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

230 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-548-3

1. História. 2. Sociologia. I. Grin, Mônica. II. Título.

CDD: 901

# Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador  
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia  
Alexandre Cardoso

## Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Vieiralses

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE  
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
RIO DE JANEIRO  
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO  
Reitora: Malvina Tania Tuttman



**Módulo 1 – A emergência histórica da Sociologia****Aula 1** – Sociologia e senso comum \_\_\_\_\_7

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 2** – As grandes transformações do século XIX  
e o surgimento histórico da Sociologia \_\_\_\_\_25

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 3** – A consciência moderna: modernidade x tradição\_ 47

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 4** – Duas visões sobre a sociedade: Durkheim e a  
coesão social e Marx e o conflito social \_\_\_\_\_71

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 5** – Marx Weber e o desencantamento do mundo \_\_\_\_97

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 6** – Escola de Chicago: a inovação da prática  
sociológica no contexto norte-americano \_\_\_\_\_127

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 7** – O ensaísmo como precursor da Sociologia  
no Brasil \_\_\_\_\_149

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 8** – O pensamento social brasileiro II:  
os pensadores autoritários \_\_\_\_\_177

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Módulo 2 – A Sociologia no Brasil****Aula 9** – A Sociologia *in* no Brasil dos anos 1950 \_\_\_\_\_191

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Aula 10** – Grandes temas da Sociologia brasileira I:  
preconceito, tensão racial e a integração  
do negro no Brasil \_\_\_\_\_207

Flávio Limonci / Mônica Grin

**Referências** \_\_\_\_\_223





# Aula 1

Sociologia e  
senso comum

## Meta da aula

Levar o estudante a diferenciar o conhecimento sociológico das opiniões e das observações do senso comum.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

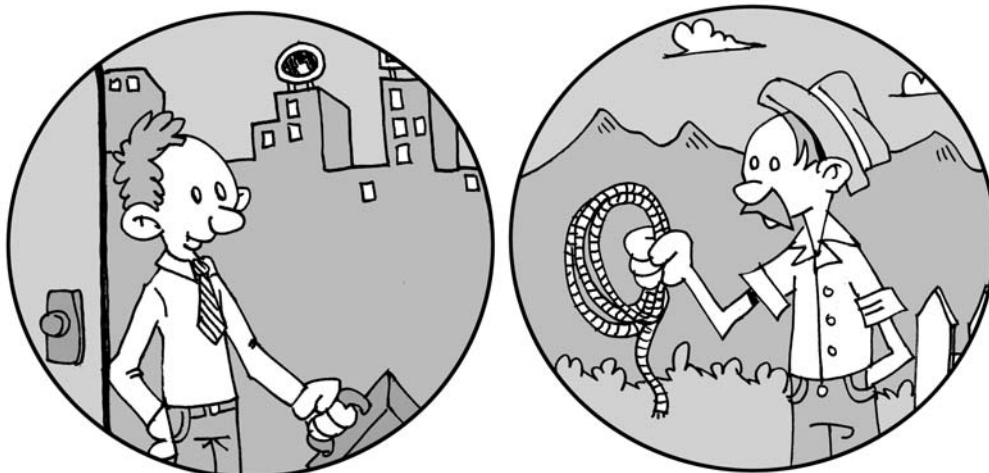
1. identificar as diferenças entre as observações e as crenças do senso comum e as formas de conhecimento sociológico dos fenômenos sociais;
2. reconhecer a realidade e os fenômenos sociais à sua volta, a partir de uma visão crítica e diferenciada do senso comum.

## INTRODUÇÃO

Muito provavelmente você já deve ter tido algum contato com a disciplina Sociologia ao longo do Ensino Médio, ou ao menos já ouviu falar da Sociologia e de alguns importantes sociólogos. Nem todos sabem, mas nós já tivemos até um presidente da República que é sociólogo: Fernando Henrique Cardoso. A Sociologia é uma ciência que se ocupa do conhecimento, da pesquisa e da reflexão de fenômenos sociais, ou seja, dos temas da vida em sociedade. O sociólogo é um observador atento da vida cotidiana, imerso no mundo dos homens, em suas histórias, em suas paixões. Sendo parte desse mundo, sua própria vida converte-se em parte do seu campo de estudo. Muitas vezes o que ele comunica parece óbvio ou familiar, parece não ser muito diferente do que você observa no mundo. O que, então, torna as observações do sociólogo sobre a vida em sociedade diferentes das suas?

### **O senso comum e o conhecimento sociológico**

Vejamos algumas situações. Abra a porta da sua casa. O que você está vendo? Se você mora em uma cidade, verá, possivelmente, casas, edifícios, lojas, fábricas, parques e praças, ruas e avenidas cheias de ônibus e carros, muitas pessoas andando para lá e para cá... Se sua casa for na zona rural, possivelmente você verá animais domésticos e hortas, pessoas passando a cavalo ou a pé, o caminhão do leite... Cenas que, de tanto ver, você as considera naturais. Afinal, tanto na cidade quanto no campo, todos os dias as pessoas se levantam para trabalhar, se deslocam de um lugar para o outro, as crianças vão para a escola, mercadorias são produzidas e vendidas, trocas são realizadas, namorados se beijam, pais e mães cuidam de seus filhos. Enfim, você vê a vida cotidiana como está acostumado a vê-la.



Vamos tornar essa história um pouco mais complexa. Imagine agora um sociólogo que faça o mesmo que você, ou seja, que abra a porta de sua casa, seja ela na cidade ou no campo, e descreva o que está vendo. Muito provavelmente ele verá coisas que você, que vive cotidianamente nessa paisagem, a sua paisagem, talvez nunca tenha visto.



“O fascínio da sociologia está no fato de que sua perspectiva nos leva a ver sob nova luz o próprio mundo em que todos vivemos.” – Peter Berger

Durkheim é considerado um dos fundadores da Sociologia como disciplina. Ele a definiu como um modo sistemático de compreender o fenômeno social a partir de uma perspectiva distinta da tendência comum, ou do senso comum, que tende a reduzi-lo à experiência dos indivíduos.



O que, exatamente, o sociólogo observará ao abrir a porta da sua casa? Em primeiro lugar, o sociólogo buscará compreender a sua paisagem a partir de métodos, conceitos, referências teóricas, comparações com outras realidades e culturas e regras de verificação. Isso porque a Sociologia é um campo de conhecimento científico que tem como objetivo compreender os fenômenos sociais, os indivíduos e suas formas de coesão social; examinar as estruturas sociais (organizações, comunidades); identificar as categorias sociais (classe, gênero, raça), as instituições (parentesco, economia, política e religião). Compreender como essas forças sociais formam nossas vidas, especialmente aquelas que afetam nossa consciência ou ignorância, nossas atitudes, ações e oportunidades é o objetivo principal da Sociologia.

Isso quer dizer que o pensamento sociológico produz um tipo de conhecimento bastante diferente e mais complexo do que aquele produzido pelo **senso comum**. Enquanto este naturaliza a realidade em que vivemos, a Sociologia procura desvendar relações, conflitos, regularidades e padrões, de modo a que vejamos coisas que, à primeira vista, não percebemos. Eis a chave: as coisas não são o que parecem ser.

Observe agora um novo exemplo que poderá esclarecer um pouco mais essa distinção:

### **Senso comum**

É o conhecimento baseado em observações da realidade cujos fundamentos são as experiências subjetivas, o saber imediato, conhecimentos cotidianos acumulados, socialização dos indivíduos, tradição, crenças e mitos.



Digamos que você se encontra em uma aula de Sociologia e que o professor introduz o tema da favela. Ele, então, começará a aula descrevendo a favela. Falará sobre seus problemas, seus habitantes, seus hábitos e costumes, as relações entre as pessoas etc. Digamos que você more em uma favela. Para você, parecerá óbvia a descrição do professor. Afinal, é parte da sua vida a observação cotidiana desse contexto, a favela. É natural que você pense: "Nada do que o professor fala é novo. Por que ele acha que pode falar melhor da favela quando quem mora na favela sou eu?" Para você, talvez a única diferença é que o professor de Sociologia usa uma linguagem sofisticada para dizer o que você já sabe. Afinal, você é o morador da favela. Mas a aula continua... O professor de Sociologia que iniciou a aula fazendo uma descrição simples e familiar da favela passa então a utilizar categorias complexas, conceitos, exemplos de comunidades parecidas com favelas em outros países, propõe comparações com exemplos pouco familiares, apresentando dados estatísticos e diagnósticos sobre violência, por exemplo, que não se escutam nas esquinas da favela nem nas conversas em família. Nesse percurso da aula, o professor foi capaz de trazer para a aula novas camadas de significados que podem perfeitamente levar um aluno, como você, a mudar sua própria percepção da tão "familiar" favela. Essa transformação nas percepções dos alunos é que mostra como o conhecimento sociológico se diferencia das percepções do senso comum.

Agora, você verá um exemplo que irá tornar ainda mais clara essa distinção. Para você, o que significa uma mãe cuidando de uma criança ao longo de um dia?



A partir dessa cena, um sociólogo poderia levantar várias hipóteses:

- a família à qual pertence essa mãe se estrutura a partir de uma lógica tradicional: o pai trabalha e traz o pão de cada dia, e a mãe cuida da casa e das crianças;
- no lugar em que aquela família mora não há creches e, portanto, a mãe, que gostaria de trabalhar fora, acabou aceitando o papel de cuidar do filho ao longo do dia;
- no lugar em que aquela mãe mora, os homens ganham salários melhores do que os das mulheres, mesmo para ocupações iguais, e, portanto, na ausência de creches, o pai acabou assumindo o papel de provedor da casa.

Essas três possibilidades, que serão analisadas pelo sociólogo através de métodos variados como pesquisas de campo e de opinião, ou da análise de indicadores econômicos e sociais na região onde moram a mãe e sua família, podem levar a várias conclusões a respeito da cultura do lugar, dos serviços públicos oferecidos (ou não) pelas autoridades locais ou a respeito do cruzamento da dinâmica do mercado de trabalho com a oferta de serviços públicos.

Seja qual for a conclusão do sociólogo, ela será diferente da concluída pelo senso comum, que provavelmente verá na cena simplesmente uma mãe amorosa cuidando de seu filho.



### **Atende aos Objetivos 1 e 2**

1. Converse com três mães casadas que cuidam dos filhos e não trabalham fora e com três mães casadas que trabalham fora. Tente recolher, ao menos, as seguintes informações:  
Para as que só cuidam dos filhos:

1. a razão pela qual não trabalham fora;
2. se gostariam de trabalhar fora;
3. se o pai compartilha as responsabilidades do cuidado da casa e da(s) criança(s) quando está em casa, à noite.

Para as que trabalham fora:

1. a razão pela qual trabalham fora;
2. com quem ficam o(s) filho(s) durante o trabalho;
3. se o salário que elas recebem são utilizados nas despesas domésticas ou se são gastos nas despesas pessoais delas;
4. se o pai compartilha as responsabilidades do cuidado da casa e da(s) criança(s), quando ambos estão em casa.

Depois de realizadas as entrevistas, faça uma comparação entre as respostas, tentando estabelecer padrões. Por exemplo, quantas mães responderam de forma similar a uma pergunta ou quantos tipos de respostas similares foram dadas.



## Comentário

Esta atividade não tem uma resposta única. É possível que você tenha recolhido depoimentos muito diferentes uns dos outros, mas ela representa uma primeira aproximação com o trabalho do sociólogo, que muitas vezes trabalha utilizando o método de entrevistas.

Mas é possível também que, das entrevistas que você fez, algum padrão tenha aparecido. Por exemplo, duas mães que dizem que trabalham fora em razão do baixo salário do marido e que, portanto, dividem as despesas da casa com ele, mas que fazem todo o serviço doméstico, quando os dois estão em casa. Ou então, duas mães que gostariam de trabalhar fora, mas seus maridos não deixam, ou que não têm com quem deixar os filhos.

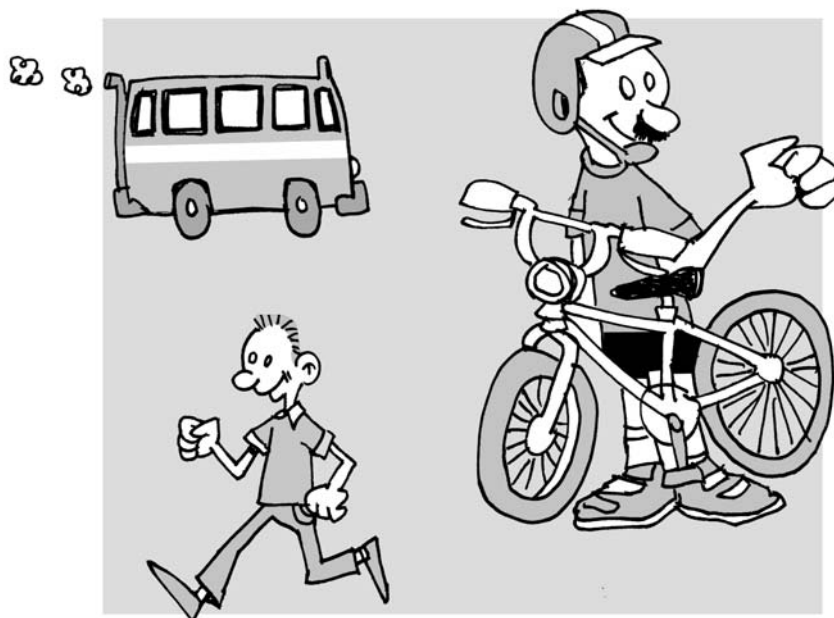
Desse conjunto de respostas possíveis, você terá um quadro bem mais amplo das razões que levam uma mãe a trabalhar fora, ou das razões que a impedem de fazê-lo. Com isto, sua visão a respeito de questões como maternidade, padrões de comportamento familiar, divisão de tarefas entre maridos e mulheres etc., estará se aproximando da visão de um sociólogo.

---

Agora que você já tem uma ideia mais aprofundada da diferença entre o pensamento sociológico e o senso comum, ao abrir a porta de sua casa você olhará para as coisas de modo diferente. Se mora em uma cidade, poderá perguntar: qual a relação entre o tipo de ocupação de uma pessoa na fábrica e o grau de educação dela? Ou ainda: há diferenças de ocupação, nessa mesma fábrica, entre homens e mulheres? Essas mulheres têm filhos? Onde eles ficam enquanto elas trabalham? Se essas mulheres são casadas, quando chegam a casa ainda fazem todo o trabalho doméstico ou seus maridos dividem com elas as tarefas de arrumá-la, lavar a louça e cuidar das crianças?

Se você mora no campo, poderá perguntar: por que o caminhão do leite passa todas as manhãs? Ele compra o leite de pequenos produtores para levar para uma fábrica, pagando um preço baixo pelo litro, ou os pequenos produtores se organizaram

em uma cooperativa, compraram um caminhão e, com isto, conseguiram melhores preços para o seu produto? Se a segunda alternativa for a verdadeira, que tipo de cooperativa é esta? Como ela foi organizada? Ela implicou outras mudanças na vida econômica e social dos produtores de leite da região?



### **Atende aos Objetivos 1 e 2**

2. O local de trabalho geralmente possui regras de comportamento ditadas por sua administração, seja loja, fábrica ou escritório. Por exemplo, pontualidade. Por isso, quando um funcionário chega atrasado, seu patrão muitas vezes o critica. Também pode criticá-lo por estar sempre cansado e desatento. O senso comum – afinal de contas, seu chefe não é um sociólogo! – aponta para a individualização do problema. O problema é o funcionário relapso. Converse com seus colegas de trabalho para verificar se isso também acontece onde você trabalha.

Agora, junto aos seus colegas, verifique a distância entre as casas deles e o local de trabalho, como eles se deslocam entre essas duas localidades. Se vão a pé ou de ônibus, ou a pé e de ônibus; quanto tempo levam no deslocamento; se andam muito ou ficam em pé no coletivo etc.

Escreva a seguir as conclusões dessa sua pesquisa.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Você deve ter ouvido várias respostas diferentes de seus colegas de trabalho. Poucos vão admitir que não conseguem acordar cedo. A maioria, provavelmente, vai reclamar dos ônibus atrasados e lotados, das grandes distâncias que devem percorrer entre a casa e o ponto de ônibus e coisas do gênero. Se você mora no campo, muitos de seus colegas devem percorrer longas distâncias a pé. Você também deve conhecer pessoas que, mesmo morando muito longe de seu local de trabalho, nunca chegam atrasadas, não é?

Você compreenderá que vários fatores, que não são em absoluto problemas individuais, condicionam a pontualidade de um funcionário. O local onde ele mora, sua renda, os meios de transporte que utiliza etc. têm grande importância. Com isto, você vai tornar a sua compreensão sobre os atrasos no trabalho mais complexa; portanto, mais próxima da compreensão de um sociólogo.

Mas seu olhar sociológico não se limitará ao mundo de fora da sua casa. Você também poderá transpor a visão do senso comum a partir da compreensão da sua própria vida familiar.

Em sua família, como se relacionam os adultos, os sexos, as diferentes **faixas etárias**? Para desenvolver uma compreensão sociológica, você não deve olhar apenas para a sua família. Olhe também para as famílias de seus vizinhos (mas não para fazer fofoca, o supracitado do senso comum. Só assim você entenderá as dinâmicas familiares de sua região, da estrutura de classes sociais ou do perfil cultural. Você provavelmente se surpreenderá ao perceber que as dores e delícias de sua vida doméstica não são exclusivamente suas, que dores e delícias muito parecidas são compartilhadas por outras famílias e que o pensamento sociológico pode ajudá-lo a compreender tudo isso.

### **Faixa etária**

Muitas vezes pais e filhos têm relações conturbadas, principalmente quando os filhos chegam à adolescência e buscam a independência. O chamado conflito de gerações também pode ser alvo do trabalho de sociólogos, que, através do estudo do comportamento de jovens e adultos, tentam estabelecer a compreensão de aspirações de vida e padrões de comportamento e conflito de acordo com a faixa etária.



Você pode estar se perguntando o que a Sociologia, ou mais precisamente a História, tem a ver com a fofoca. Entre no *site* abaixo e descubra como algumas fofocas mudaram o rumo da História.

Fonte: [historia.abril.uol.com.br/2006/edicoes/vidaprivada/mt\\_243008.shtml#texto](http://historia.abril.uol.com.br/2006/edicoes/vidaprivada/mt_243008.shtml#texto)

Será que, a esta altura, você já é capaz de reconhecer a diferença entre o senso comum e a Sociologia?

Observe o quadro abaixo:

Senso comum	Sociologia
<p>1. Visões do senso comum são frequentemente baseadas nas experiências imediatas e limitadas das pessoas. Por exemplo: as pessoas podem perceber um aumento na criminalidade baseadas em suas experiências pessoais com o problema da violência. Um familiar assaltado, um parente assassinado, uma vizinha ameaçada por traficantes.</p> <p>2. Visões do senso comum são frequentemente mutantes, simples e podem refletir algum grau de preconceito. Por exemplo: os mendigos são um perigo para a sociedade e devem ser retirados da rua.</p> <p>3. Visões do senso comum tendem a refletir tradições e convenções sociais e em muitos casos resistir às mudanças sociais. Por exemplo: as crianças serão melhor formadas se suas mães conservam a estrutura de família nuclear ou as empregadas domésticas de crença protestante são mais honestas.</p> <p>4. Visões do senso comum quase sempre se baseiam em estereótipos que são reforçados pela mídia. Por exemplo: a maioria dos assaltantes é de cor preta.</p> <p>5. Visões do senso comum tendem a enfatizar explicações individualistas e naturalizadas do comportamento. Por exemplo: estudantes com desempenho ruim na escola são rebeldes e carecem de inteligência.</p> <p>6. Visões de senso comum carecem de verificação e validade científica.</p>	<p>1. Visões sociológicas são baseadas em rigorosa pesquisa e em evidências. Podem ser baseadas em pesquisa quantitativa ou qualitativa. Por exemplo: 1) o relatório do IPEA (Instituto de pesquisa Econômica Aplicada) sobre as desigualdades sociais faz uso de estatísticas oficiais sobre níveis de desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres na sociedade brasileira. 2) professores da UFRJ identificaram, através de entrevistas informais com estudantes de universidades públicas, um alto índice de rejeição à privatização do ensino público.</p> <p>2. Visões sociológicas são baseadas em teorias que informam algumas conclusões complexas. Por exemplo: os funcionalistas acreditam que a religião é a maior agência de socialização para a transmissão de normas e valores morais.</p> <p>3. As abordagens sociológicas sobre conflito podem muitas vezes estimular a mudança social. Por exemplo: 1) marxistas ressaltam o conflito de classes baseado na exploração do proletariado pela burguesia. Marx argumentava que a classe trabalhadora deveria se unir para derrotar a classe dominante. 2) feministas radicais levantam sérias críticas às sociedades patriarcais que pressionam e exploram as mulheres, sugerindo que essas sociedades devam ser radicalmente mudadas.</p> <p>4. Visões sociológicas desafiam os estereótipos. Por exemplo: sociólogos que estudam violência nos Estados Unidos reconhecem que alguns negros roubam por razões econômicas. Contudo, eles também sugerem que o fenômeno da criminalidade entre os negros tem sido exagerado e ampliado pelas agências de controle social, pela mídia e pela polícia.</p> <p>5. Visões sociológicas sugerem que poderosas forças sociais explicam o comportamento humano. Por exemplo: Durkheim acreditava que o suicídio ocorria devido a muito pouco ou ao exagerado constrangimento imposto ao indivíduo pela sociedade.</p> <p>6. Visões sociológicas baseadas em dados quantitativos são em geral altamente confiáveis. Por exemplo: dados do IBGE sobre população estão baseados em entrevistas que cobrem quase a totalidade do domicílios brasileiros.</p>

Agora que você aprofundou mais um pouco sua compreensão da diferença entre senso comum e conhecimento sociológico, você pode aplicar seus novos conhecimentos a vários campos da vida. Aliás, os métodos sociológicos podem ser aplicados a quaisquer campos da vida em sociedade. Até nas coisas mais inesperadas. Você já se deu conta de que:

1. o lixo pode ser alvo de investigação sociológica? Pode. Como? Se o senso comum diz que lixo é lixo, o sociólogo pode fazer uma sociologia do lixo: quem joga fora o quê, quando, de que maneira, etc. Pode-se fazer, por exemplo, um cruzamento das latas de lixo com a renda dos donos de tais latas;



2. violência doméstica pode ser alvo de investigação sociológica? Pode. Se o senso comum muitas vezes responsabiliza a violência entre maridos e mulheres, por exemplo, pela bebida alcoólica, o sociólogo entenderá esse fenômeno muito provavelmente a partir de uma ótica que levará em conta vários outros fatores: o meio social, a cultura, a carência de instituições policiais, judiciárias e educacionais que tornem efetivo o constrangimento e a punição da violência etc.;

3. a opção sexual pode ser alvo de investigação sociológica?

Pode. O senso comum pode muitas vezes interpretar uma opção sexual como um desvio de conduta, uma aberração moral, uma saliência, uma anomalia física etc. O sociólogo buscará compreender esse fenômeno pelas suas dimensões sociais e culturais; buscará compreender como esses fenômenos rompem determinados tabus morais etc. Ele relativizará os preconceitos do senso comum tentando entender o fenômeno da homossexualidade com instrumentos de pesquisa como: pesquisa de campo, estatísticas, registros de violências homofóbicas, o peso da tradição e da religião etc.

## CONCLUSÃO

Deve ter ficado claro para você que o senso comum e o pensamento sociológico são tipos diferentes de conhecimento e compreensão dos fenômenos sociais e da realidade que nos cerca. A observação imediata ou, se preferirmos, “a olho nu” não é garantia de que se está conhecendo a realidade de um ponto de vista sociológico. Ao contrário do senso comum, podemos pensar que o saber sociológico possui disciplina, natureza científica, regras de verificação, conceitos, estatísticas e um quadro de referências com limites rigorosos. É a partir desse complexo repertório metodológico e do controle de preconceitos e de preferências pessoais que o sociólogo compreende o mundo e se diferencia da compreensão que o senso comum tem desse mesmo mundo.

## Atividade Final

---

### Atende aos Objetivos 1 e 2

Como você pode utilizar instrumentos para a análise sociológica?

Use como campo de observação o espaço do polo do CEDERJ de sua cidade, desenvolvendo as seguintes atividades: descrição do local aos sábados, partindo da observação dos alunos se relacionando entre si e também do relacionamento desses com seus tutores e os funcionários do local. Faça uma tabela com o perfil sócio-econômico das pessoas que frequentam o polo; entreviste essas pessoas pedindo para que elas falem sobre o problema da violência em sua cidade. Analise as respostas identificando a linguagem, as crenças, os mitos e os preconceitos que os respondentes utilizam. Ao final, você deverá reconhecer a diferença entre as visões do senso comum e as visões sociológicas sobre o tema da violência.

### Resposta Comentada

Você provavelmente identificará, na fala dos entrevistados, uma linguagem repleta de imagens, exemplos pessoais, preconceitos e juízos morais sobre o tema da violência.

Você poderá, como um sociólogo, realizar uma correlação entre a resposta do entrevistado e o seu perfil sócio-econômico, desenvolvendo um quadro cujo resultado pode ser uma tentativa de interpretação das respostas das entrevistas, por exemplo, por hipótese, um entrevistado cujo perfil sócio-econômico é mais alto será talvez mais cuidadoso em sua fala, evitando emitir juízos simples sobre o problema da violência. De outro modo, esse mesmo entrevistado pode ser bastante preconceituoso ou radical caso ele tenha sido vítima de algum tipo de violência. Caberá a você, então, identificar, por meio dessa atividade, as diferenças entre o senso comum e o conhecimento sociológico.

---



## RESUMO

Agora você conhece a distinção entre o conhecimento de mundo baseado no senso comum daquele baseado no conhecimento sociológico.

O senso comum tem por base nossas experiências pessoais. Ele é, portanto, muito subjetivo e está diretamente relacionado a nossos preconceitos e preferências. Por outro lado, quando compreendemos o mundo a partir do senso comum, as informações de que dispomos são sempre bastante limitadas. Por exemplo, o fenômeno da criminalidade fica circunscrito ao que aconteceu conosco, com amigos ou vizinhos e, daí, tiramos uma série de conclusões a respeito do crescimento (ou não) da ocorrência de crimes.

Já o pensamento sociológico tem por base o levantamento e interpretação de dados, a partir de uma série de técnicas, metodologias e teorias, que revelam o que o senso comum oculta. Assim, uma pesquisa sociológica sobre a criminalidade, ao realizar uma investigação sobre dados de ocorrência de diferentes crimes, séries históricas, cruzamentos de informações etc., pode chegar à conclusão de que, muito embora a sensação de insegurança – baseada no senso comum – tenha crescido em um determinado lugar e momento, a criminalidade esteja, de fato, diminuindo.

Em suma, o pensamento sociológico, ao superar as barreiras do senso comum, joga luz para que compreendamos melhor o mundo em que vivemos.

## Informações sobre a próxima aula

O tema da próxima aula tem um sabor mais histórico. Você conhecerá um pouco mais sobre as grandes transformações do século XIX e como, nesse contexto, a Sociologia surge como uma nova ciência da sociedade moderna, buscando compreender os novos fenômenos sociais.



# Aula 2

As grandes  
transformações  
do século XIX e o  
surgimento histórico  
da Sociologia

## Meta da aula

Proporcionar uma compreensão histórica das razões da emergência do pensamento sociológico.

## Objetivo

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de: reconhecer as condições históricas de emergência do pensamento sociológico, especialmente através do fenômeno de **laicização** das visões de mundo, da crise da autoridade do Antigo Regime e dos processos de industrialização e de modernização da vida social no século XIX.

### **Laicização**

Processo de tornar laico, ou seja, destituído de qualquer conteúdo religioso ou sagrado. No contexto aqui apresentado, refere-se ao processo histórico através do qual a explicação da vida dos homens, da mecânica celeste e do mundo natural deixou de ser baseada na ideia da criação e do ordenamento divinos e passou a ser pesquisada através de critérios científicos, buscando, nos próprios objetos pesquisados, as leis de seu funcionamento. Em outras palavras, a laicização das visões de mundo é um processo em que visões imanentes surgem e afirmam-se, em confronto com as visões transcendentais.

## INTRODUÇÃO

Na primeira aula, discutimos as diferenças entre o senso comum e o pensamento sociológico. Vimos que a Sociologia busca, através de um conjunto de métodos, técnicas de pesquisa e teorias, uma compreensão detalhada e complexa da sociedade a fim de superar a visão naturalizada do senso comum.

A Sociologia, no entanto, não é uma disciplina tão antiga como, por exemplo, a Filosofia. Pelo contrário, surgiu apenas no século XIX. Nesta aula, você vai mergulhar na história desse século para compreender as razões pelas quais um novo campo de conhecimento, o pensamento sociológico, surgiu e se consolidou. E não só ele; nasceram também outras disciplinas das chamadas ciências humanas, como a Economia Política, a História e a Antropologia.

Este ponto é muito importante: todas as disciplinas, a Sociologia, inclusive, têm uma história, e você, como futuro historiador, deve ter sempre isso em mente. Então, a partir da aula de hoje, sempre que falarmos da Sociologia, de suas diversas correntes, de seus teóricos mais importantes e de suas problemáticas, faremos referências aos seus contextos históricos, às suas historicidades. Em outras palavras, vamos falar das condicionantes externas, dos fenômenos sociais em sua historicidade e como eles mobilizaram a reflexão do sociólogo. Vamos falar também dos fundamentos internos da Sociologia, pois os sociólogos, quando a instituem como um saber científico, criam seus instrumentos analíticos, seus métodos de pesquisa e seus enfoques teóricos, que são permanentemente criticados ou reafirmados, revistos ou aprofundados.

Nesta aula, vamos destacar dois pontos que, a nosso ver, são muito importantes para explicar o surgimento da Sociologia (e de todas as disciplinas das ciências humanas) no século XIX. De um lado, o processo de laicização das visões de mundo, um processo de longa duração que já vinha ocorrendo havia vários séculos e, de outro, um processo de profundas transformações sociais,

### **Transcendência**

Ideia de que o elemento que rege o mundo, a criação dos homens e do universo, a própria explicação da vida humana, reside em um princípio inalcançável, superior ao mundo, aos homens e ao universo, representado pela divindade.

### **Imanência**

Ideia de que a natureza e os homens, assim como as sociedades criadas por estes, são regidos por princípios próprios, internos a cada um deles. Portanto, refere-se também à rejeição da ideia de que algo externo e superior ao objeto em estudo, ou seja, Deus, seja responsável por sua explicação.

econômicas e políticas que estava acontecendo desde o século XVIII. No século XIX, esses dois processos se encontraram, ensejando a produção de novos saberes entre os quais o sociológico.

## **A laicização das visões de mundo: a transcendência e a imanência**

Vamos primeiro falar do processo de longa duração. Trata-se do processo de laicização das visões de mundo. É provável que você esteja se perguntando o que significam termos a uma primeira vista tão difíceis como laicização, **transcendência**, **imanência**. Fique tranquilo. Você não é o primeiro, tampouco será o último. Para explicá-los, vamos fazer uma breve referência a uma figura que você talvez já conheça: Galileu Galilei, que viveu na época do Renascimento.



### **Renascimento**

O Renascimento foi um momento muito importante da história europeia. Compreendido, grosso modo, entre os séculos XIV e XVI, nele ocorreram profundas transformações culturais, científicas, filosóficas, políticas, econômicas e religiosas, como a Reforma Protestante, a descoberta das Américas, uma revolução científica, a crise do feudalismo, o surgimento de novas teorias políticas, o humanismo e a redescoberta da estética e da filosofia clássicas, tanto latinas quanto gregas. O humanismo e o antropocentrismo, ou seja, a ideia de que o homem deve ocupar o centro das perspectivas sobre o mundo, eram elementos importantes do Renascimento. A partir da Itália, o Renascimento atingiu grande parte da Europa Ocidental, tendo grandes expoentes em Michelangelo, Galileu, Dante Alighieri, Leonardo da Vinci, Rafael e Maquiavel.

**Galileu** afirmou, a partir de observações dos astros, que a Terra girava em torno do Sol, contrariando a visão, então em voga, de que o Sol girava em torno da Terra. Galileu punha assim em dúvida não apenas uma visão tradicional sobre a mecânica dos corpos celestes (cujas origens remontam a Aristóteles e Ptolomeu), mas também, e sobretudo, a visão então oficial da Igreja Católica a respeito do ordenamento do mundo, concebido por ela como obra do Criador.

Entravam em choque duas visões sobre o conhecimento do mundo: uma visão transcendente, que buscava explicar a mecânica celeste a partir da criação e do ordenamento divinos; e uma imanente, que buscava explicar o movimento dos astros a partir da observação, pelos homens, do movimento dos próprios astros.

A Renascença ou Renascimento foi um momento importante de laicização das visões de mundo. Ela afirmava a ideia de que o homem pode conhecer o mundo a partir da observação, da pesquisa, da formulação de teorias e de hipóteses e que a resposta aos seus questionamentos deveria ser formulada em termos relativos ao objeto estudado e não a Deus. Dito de outra forma, se você estuda os astros, como Galileu, deve necessariamente buscar respostas a suas perguntas pelo estudo da mecânica celeste; se quer compreender o funcionamento do corpo humano, deve estudar como se comportam os seus diferentes órgãos e assim por diante.



### **Galileu**

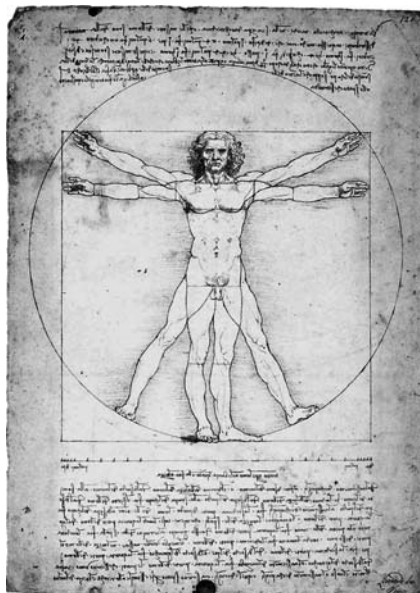
Galileu Galilei viveu entre 1564 e 1642 e foi um dos principais expoentes do pensamento científico de sua época. Seus experimentos, suas invenções e suas pesquisas englobavam a Matemática, a Física e a Astronomia. Sua visão heliocêntrica, ou seja, de que o sol ocupa o centro do sistema solar, acabou por colocá-lo em rota de colisão com o Tribunal do Santo Ofício, a Inquisição. A Inquisição condenou-o a abjurar de suas ideias, e seus livros foram incluídos no Index (relação de livros proibidos pela Igreja). O conflito entre Galileu e a Igreja acabou por se tornar um dos mais importantes exemplos da tensão entre visões de mundo imanentes e transcendententes.



**Figura 2.1:** Reprodução do quadro da aula de anatomia, de Rembrandt.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Rembrandt\\_Harmensz.\\_van\\_Rijn\\_007.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Rembrandt_Harmensz._van_Rijn_007.jpg)

Atenção! A Renascença não eliminou Deus. Pelo contrário. No mesmo momento em que visões imanentes do mundo se afirmavam, visões transcendententes permaneciam. E isto se refletiu em vários campos da atividade renascentista. Você já deve ter visto muitos quadros medievais. Em tais quadros, o tema principal é sempre a revelação divina, a vida dos santos, passagens bíblicas... Nos quadros renascentistas, a revelação divina continua a aparecer, como bem evidencia a Capela Sistina, no Vaticano, pintada por um dos maiores gênios renascentistas, Michelangelo. Mas agora, ao lado de temas religiosos, há também estudos sobre o corpo humano e a figuração de indivíduos, como a Mona Lisa, de Leonardo da Vinci.



**Figura 2.2.** Capela Sistina, Mona Lisa, medidas humanas de Leonardo da Vinci.



A afirmação das visões imanentes, portanto, não fez desaparecer as visões transcendententes. O processo de laicização das visões de mundo nunca foi linear, como nunca são os processos históricos. Portanto, visões imanentes e transcendententes passaram a coexistir, muitas vezes entrando em choque umas com as outras, como nos mostra a própria história de Galileu. Nos dias de hoje, basta olharmos à nossa volta para perceber que visões transcendententes de mundo continuam existindo, disputando, palmo a palmo com as visões imanentes, as consciências das pessoas. Na próxima aula, quando discutirmos o embate entre Tradição e Modernidade, voltaremos a este tema. Por ora, você vai realizar uma atividade que tornará mais claro o embate contemporâneo entre visões imanentes e transcendententes do mundo.



---

### **Imanência e transcendência nos dias de hoje**

1. Você já deve ter percebido que, em questões contemporâneas como aborto, células-tronco, eutanásia, homossexualidade etc., as opiniões se dividem entre aqueles que baseiam suas visões em critérios científicos e aqueles que as baseiam em critérios religiosos. Desenvolva uma pesquisa na sua cidade com pessoas de diferentes gerações. Peça para que elas opinem sobre esses temas, se são contra ou a favor, e também para que justifiquem suas opiniões. Ao final, faça uma análise das respostas procurando compreender os embates de opinião e quantifique os que se fundamentam em critérios científicos e os que se baseiam em critérios religiosos.

## Comentário

Você deverá apresentar uma espécie de quadro ou tipologia de opiniões a partir dos temas sugeridos, de modo a refletir sobre a oposição entre a transcendência e a imanência como um fenômeno recorrente e atual.

---

Se o Renascimento foi um momento importante de afirmação das visões imanentes de mundo, os séculos seguintes presenciaram cada vez mais, e de maneira mais vigorosa, essa afirmação. Nos séculos XV, XVI e XVII, as explicações para o funcionamento do universo, da Natureza, dos organismos, das leis da Física etc. foram sendo cada vez mais formuladas a partir da observação, da pesquisa, da investigação da elaboração de hipóteses rejeitando ou pelo menos achando insuficientes as visões que se esgotavam em afirmativas baseadas na criação divina ou em princípios religiosos.

Ao longo desses séculos, por vezes o mesmo fenômeno ensejava explicações diferenciadas, algumas enfatizando visões transcendentais de mundo, outras visões imanentes. É o caso, por exemplo, da descoberta da América. Os índios brasileiros ocuparam um lugar muito importante como objetos de especulações nesse debate. Para alguns, como os jesuítas, eles representavam a possibilidade de construção de uma nova cristandade, intocada pelo pecado original; para outros, representavam a evidência da concepção da bondade natural do homem, um dos pilares do pensamento ilustrado.



**Figura 2.3:** Catequese de índios pelos jesuítas no período da catequese.

A Ilustração (Iluminismo) do século XVIII foi outro momento importante de afirmação das visões imanentes do mundo. Muito embora diversos autores identificados com a Ilustração, como Voltaire e Rousseau, um dos principais formuladores da ideia de bondade natural do homem, tivessem visões diferentes sobre vários problemas, a uni-los havia a certeza de que era necessário entender o mundo à luz da razão, não da superstição ou da crença. A própria Revolução Francesa, iniciada em 1789, deve sua possibilidade de realização, ao menos em parte, à visão de que o homem pode construir seu mundo pelas próprias mãos, ou seja, pela ação e pelos ditames da razão derrubando reis cuja legitimidade, em muitos casos, derivava do direito divino. No entanto, sobre a Revolução Francesa, falaremos mais na próxima aula.

Portanto, quando o século XIX chegou, já havia uma longa e consolidada tradição de pensamento imanente, que buscava compreender os fenômenos a partir da observação desses mesmos fenômenos de modo a encontrar neles suas dinâmicas internas e leis de funcionamento. O caminho estava preparado para o surgimento da Sociologia, ciência que buscava compreender o funcionamento da vida em sociedade a partir da observação desta e da busca de suas leis internas.

Agora que já vimos um dos pilares sobre os quais se assenta o surgimento da Sociologia, vamos ver o outro pilar, que diz respeito às grandes transformações sociais, políticas e econômicas que, iniciadas no século XVIII, aprofundam-se no XIX.

## As grandes transformações do século XIX

Você já ouviu falar em Charles Dickens (1812-1870)? Dickens foi um arguto observador da Inglaterra do século XIX. Em um de seus livros mais conhecidos, ele narra os dramas e misérias de Oliver Twist, órfão e sem família, que busca sobreviver entre ladrões e desajustados na grande cidade do século XIX. Outro arguto observador das novas condições sociais que se desenhavam foi o francês Émile Zola (1840-1902). No livro *Germinal*, um clássico da literatura francesa do século XIX, Zola narra o despertar de uma família de mineiros:

Agora a vela alumia o quarto, quadrado, de duas janelas, atravancado com três camas. (...) Na cama da esquerda, Zacarias, o mais velho, rapaz de vinte e um anos, estava deitado com seu irmão Jeanlin, que ia fazer onze; na da direita, dois pequerruchos, Leonor e Henrique, este de quatro anos e aquela de seis, dormiam abraçados; e a terceira (Catarina) compartilhava com Alzira, tão enfezada para os seus nove anos, que nem a sentiria junto de si, se não fosse a giba da pequena enferma, que lhe arrombava as costelas. A porta da vidraça estava aberta, divisava-se o corredor do patamar, o cubículo onde o pai e mãe ocupavam outra cama, encostado à qual tinham o berço da mais nova, Estela, de três meses apenas.

A família vai acordando e conversa:

E a mulher de Maheu continuou em voz baixa, a cabeça imóvel, fechando de vez em quando os olhos à tristonha

claridade da vela. Falava do armário vazio, dos pequenos pedindo pão, do café que ia faltando, da água que fazia cólicas, e dos longos dias a enganar a fome com folhas de couve cozidas. Pouco a pouco foi elevando a voz, porque o berreiro de Estela abafava-lhe as palavras. Estavam sendo intoleráveis esses gritos. Maheu pareceu de repente ouvi-los e, fora de si, agarrou a pequenita no berço e atirou-a para cima da cama, gaguejando com furor:

— Toma, pega-a, senão esgano-a... Raio de criança! Não lhe falta nada, mama quando quer e lamenta-se mais que os outros!



Dizem que uma imagem vale mais do que mil palavras. Há controvérsias. Nada substitui a literatura e, muitas vezes, versões cinematográficas de obras literárias ficam muito a dever aos originais que as inspiraram. Seja como for, leia os livros e veja os filmes! *Oliver Twist*, de Roman Polanski (2005), e *Germinal*, de Claude Berri (1993), dão uma boa discussão a respeito das relações entre cinema e literatura.

Pesado, não? Zola era um adepto de descrições nuas e cruas da dura realidade vivida pelos trabalhadores franceses. Esse tipo de romance, de forte conotação social, muitas vezes chocava seus contemporâneos; mas ilustra, assim como as obras de Dickens, as novas condições de vida das grandes cidades da Inglaterra e da França assim como de suas novas zonas industriais ou mineiras. Eles não falavam de amores românticos, de nobres ou de guerras heroicas, tampouco exaltavam a pátria e seus símbolos máximos, mas de fábricas e cortiços, criminosos, jovens desorientados e trabalhadores, muitas vezes submetidos à fome e ao frio, que organizavam sindicatos e faziam greves. Dickens e Zola escreviam sobre

os novos atores sociais, surgidos a partir das grandes transformações da Revolução Industrial. Para melhor compreender a complexidade das transformações ocasionadas pela Revolução Industrial, dê uma olhada no **Quadro 2.1**.

**Quadro 2.1:** Mudanças econômicas, sociais e políticas ocasionadas pela Revolução Industrial

<b>Substituição da manufatura doméstica pela grande indústria como unidade básica de produção</b>	<p>Até o século XVIII, espaço doméstico e espaço de produção confundiam-se. As pessoas frequentemente moravam e trabalhavam no mesmo lugar. Em fins do século XIX, os espaços de moradia e os de trabalho estavam radicalmente separados. O trabalho agora era realizado em uma grande indústria, que reunia, sob o mesmo teto, centenas de trabalhadores. Essas pessoas, ao contrário do que acontecia na manufatura doméstica, frequentemente não se conheciam até que comesçassem a trabalhar juntas. Não conheciam tampouco seus patrões, o que significa dizer que as novas relações de trabalho eram marcadas por regras impessoais.</p> <p>Por outro lado, a passagem da manufatura doméstica para a grande indústria representou o desenvolvimento de novas formas de produzir e armazenar a energia: da tração animal ao motor de combustão interna, passando pelo vapor e energia hidrelétrica.</p>
<b>Urbanização</b>	<p>A grande indústria necessitava de grandes contingentes de trabalhadores reunidos em um só lugar. Portanto, o espaço da grande indústria é a cidade. Se até o século XVIII as populações de países como Inglaterra e França viviam basicamente no campo, ao longo do século XIX grandes cidades se consolidaram, como Londres, Paris e Manchester. O mesmo processo de urbanização ocorreu nos Estados Unidos, com o surgimento de grandes cidades como Chicago e Nova York, formadas por contingentes de imigrantes europeus. Em tais cidades, emergiu o que alguns chamavam de “questão social”.</p>
<b>Trabalhadores industriais e proprietários de fábricas</b>	<p>Para que a grande indústria se estabelecesse e a urbanização se consolidasse, uma grande transformação social ocorreu. O camponês e o artesão, que dominavam as técnicas de produção e possuíam os instrumentos de seu trabalho, deram lugar ao trabalhador industrial, que dominava apenas uma parte do processo produtivo e não mais possuía nenhuma ferramenta de trabalho, apenas sua própria força de trabalho; por outro lado, formaram-se os proprietários de fábricas, que haviam investido seus recursos na construção das mesmas, contratavam os trabalhadores e, em troca, esperavam receber lucros. Um ponto importante a salientar é que as relações de assalariamento também se generalizaram nesse momento, ou seja, a única via de acesso para que o trabalhador pudesse satisfazer suas necessidades de sobrevivência passou a ser o salário que recebia em troca da venda de sua força de trabalho.</p>
<b>Modificações nos modos de vida</b>	<p>Da virada do século XVIII para o XIX à virada deste para o XX, países europeus como a França e a Inglaterra, assim como os Estados Unidos, presenciaram profundas transformações nas formas de viver das pessoas. Os exemplos podem ser vários, mas basta citar a revolução nos meios de transporte. Um aldeão francês do XVIII, se quisesse ir de uma aldeia a outra, provavelmente o faria a cavalo. Portanto, sua capacidade de deslocamento era bastante reduzida. De fato, um camponês dessa época conhecia apenas sua aldeia e as aldeias vizinhas. No século XIX, a introdução da ferrovia alargou a área de deslocamento de europeus e norte-americanos. Uma pessoa já poderia se deslocar a grandes distâncias com mais facilidade. Em várias pequenas cidades, o horário da passagem dos trens passou a regular a vida cotidiana. Em fins do século XIX e princípios do século XX, o automóvel permitiu que os deslocamentos se tornassem individuais, ocasionando uma série de modificações nos hábitos de vida.</p> <p>Outro exemplo importante: não fosse o desenvolvimento do navio a vapor, as grandes migrações do século XIX, que envolveram o deslocamento de dezenas de milhões de pessoas da Europa e da Ásia para as Américas não teria sido possível.</p>

Enfim, no espaço relativamente curto de algumas décadas, o mundo urbano-industrial se afirmou, e surgiram o trabalhador industrial e o proprietário das fábricas. E esse novo mundo trazia desafios, contestações, revoltas, antes desconhecidos: cidades enormes com bairros operários, cortiços superlotados, desemprego, salários geralmente baixos, insatisfação operária, fortes contrastes entre riqueza e pobreza... Resultado: grandes greves, revoluções frustradas, destruição de máquinas, desordem urbana e multidões trazendo medos para uns, esperança para outros. Você pode imaginar como esses novos fenômenos desafiavam a compreensão e ao mesmo tempo fascinavam homens como Dickens e Zola, que buscavam, com seus romances, descrever, discutir e compreender essa nova realidade.

Mas essa nova realidade não ensejou apenas o surgimento de uma literatura engajada com os temas sociais. Ensejou também o surgimento das novas ciências humanas, cuja linguagem exibia mais o rigor da ciência do que a flexibilidade da literatura. Muito embora cada uma destas ciências guardasse características próprias, todas tinham um pressuposto comum, herdado das visões imanentes do mundo: a de que o estudo dessa nova sociedade urbano-industrial deveria se basear em critérios científicos, muitas vezes inspirados pelos critérios das ciências naturais e biológicas.

## **A Sociologia e as novas ciências sociais**

Nem todas as ciências surgidas nesse período, ou disciplinas que se queriam científicas, sobrevivem ainda hoje. A Eugenia, por exemplo, perdeu legitimidade científica nas primeiras décadas do século XX. Vamos falar um pouco mais dela, para que você tenha ideia de como uma ciência que buscava dar respostas ao mesmo conjunto de problemas que a Sociologia, acabou por perder, em algumas décadas, seu caráter científico.

## Racialismo e racista

Racialismo é uma doutrina do século XIX que postula a existência de características hereditárias possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com os membros de nenhuma outra raça, o que lhes garante uma espécie de essência racial. O racismo está no cerne das tentativas do século XIX de desenvolver uma ciência de diferença racial. Para esta doutrina, que não é necessariamente racista, as qualidades morais positivas distribuem-se por todas as raças, cada uma delas pode ser respeitada, por ter seu lugar “separado, mas igual”. Nem todo racialista é racista. Entretanto, todo racista é racialista. Caso tenha curiosidade por esse tema, você pode ler um livro muito interessante. APPIAH, Anthony K., *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

A Eugenia se definia como o estudo das formas de aperfeiçoamento das futuras gerações da humanidade. Formulada inicialmente pelo inglês Francis Galton, a partir de 1865, partia do pressuposto de que a raça humana encontrava-se em permanente evolução biológica, base da evolução moral, e que a ciência eugênica deveria ajudar, e até mesmo acelerar, a natureza nesta tarefa evolucionista. Assim, em uma época marcada por grandes transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e demográficas, como foi o século XIX, a Eugenia vinha afirmar que a miséria dos cortiços operários, com todas as suas doenças e desarticulação familiar, resultavam menos de tais transformações e mais da incapacidade de corpos e de espíritos inferiores em se adaptar às novas condições que se apresentavam à evolução da espécie.

Várias correntes de pensamento na virada do século XIX para o XX, dos socialistas aos liberais, dos católicos aos anarquistas, incorporaram, de alguma forma, princípios eugênicos às suas propostas políticas. A educação sexual; o combate às “doenças morais”, como a sífilis, e aos vícios, como o álcool; a esterilização de doentes mentais; reformas habitacionais; programas de educação física, foram todas; políticas inspiradas pelo pensamento eugênico, nos países mais diferentes, como a Suécia social-democrata, os Estados Unidos e o Brasil da Era Vargas.

Ainda no século XIX, no entanto, correntes do pensamento eugênico associaram-se ao pensamento **racista**, então em desenvolvimento. A experiência política mais evidente do casamento entre eugenia e pensamento racial, já no século XX, foi o nazismo. O nazismo, no entanto, inovou as práticas eugênicas ao não só evitar o nascimento de crianças consideradas indesejáveis, como as que resultariam de relações entre arianos e não-arianos (as Leis de Nuremberg proibiam o casamento de alemães arianos e judeus), como buscaram criar uma super-raça nórdica. Para tal, criaram uma instituição chamada *lebensborn*, para incentivar a procriação de arianos puríssimos. Os bávaros, por exemplo, considerados demasiadamente morenos, não poderiam participar da formação



dessa super-raça. Por fim, os nazistas resolveram também eliminar, fisicamente, aqueles que consideravam uma ameaça racial aos arianos, dando início então ao genocídio de judeus e ciganos.

Na segunda metade do século XX, a Eugenia já estava desacreditada como ciência, por articular, de forma infundada, a herança biológica de um indivíduo com suas características morais. Por fim, os avanços da genética sepultaram, de vez, o pensamento eugênico.

A Sociologia teve melhor sorte do que a Eugenia. Não por acaso você está estudando, em seu curso de História, uma disciplina chamada Sociologia, ao passo que talvez nunca tenha ouvido falar na Eugenia.

O surgimento da Sociologia esteve intimamente ligado a uma questão que, aos olhos de muitos, parecia central no século XIX: como manter a coesão social em um mundo em que as autoridades tradicionais perdiam capacidade de ordenar a sociedade?

Antes da Revolução Francesa, as instituições de poder baseadas na autoridade política do rei e no poder religioso da Igreja, além de instituições como a família, garantiam a coesão social, muito embora as sociedades de **Antigo Regime** fossem hierarquicamente organizadas.

Com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, essas autoridades perdem legitimidade e a crença na democracia, no igualitarismo e no individualismo se aprofunda. É bom lembrar que os franceses chegaram a decapitar seu rei! Ao fazê-lo, não estavam apenas separando corpo e cabeça de uma pessoa, mas questionando uma ordem política secular, legitimada pela Igreja como divinamente concebida. Ao mesmo tempo, as crescentes diferenças de renda e riqueza entre proprietários e trabalhadores, atores novos surgidos da urbanização e da industrialização, descortinavam um novo cenário de conflito social.

### **Antigo Regime**

Período que designa, de forma geral, os séculos XVI a XVIII na Europa.

O Antigo Regime era marcado pela ideia da autoridade divina dos Reis absolutistas, e de que a sociedade se estruturava a partir de privilégios, não de direitos. Portanto, as sociedades de Antigo Regime eram hierarquicamente organizadas por privilégios de nascimento, sangue, ofício etc. Por outro lado, valores como honra serviam como elementos de distinção social mais importantes do que o acúmulo de riquezas materiais.



2. Olhe com olhos de sociólogo a região em que você mora. Que fenômenos da sua região você considera sociologicamente relevantes? Ela se industrializou recentemente ou é uma região rural? Se for uma região rural, ela é economicamente dinâmica ou encontra-se estagnada? Há, na sua cidade, algum processo de transferência de população rumo a cidades maiores? Muitos jovens saíram para tentar empregos maiores em grandes centros urbanos? Faça um inventário, uma listagem de tais mudanças.

### Comentário

Realizando um inventário de tais mudanças na sua cidade, você pode ter uma ideia geral de como fenômenos parecidos com estes, que ainda careciam de compreensão, desafiavam e fascinavam os sociólogos do século XIX.

Charles Baudelaire (1821-1867), um dos mais importantes poetas franceses do século XIX, viveu justamente nesse momento, registrando as profundas transformações de Paris, como no poema "Paisagem":

*Quero, para compor os meus castos monólogos,  
Deitar-me ao pé do céu, assim como os astrólogos,*

*E, junto as campanários, escutar sonhando  
Solenes cânticos que o vento vai levando.  
As mãos sob o meu queixo, só, na água-furtada,  
Verei a fábrica em azáfama engolfada;  
Torres e chaminés, os mastros da cidade,  
E o vasto céu que faz sonhar a eternidade.*

Vamos fazer um breve exercício para que você compreenda melhor as questões que estão sendo levantadas. Suponhamos que você vivesse na época de Baudelaire. Você nasceu em uma pequena aldeia. Esqueça os vinhos e os queijos e concentre-se no universo social que o cerca.

Nessa aldeia nasceram também seus pais, avós e bisavós. Todos na aldeia conhecem você: seus vizinhos, o pároco, o grande senhor de terras... Sua vida está mais ou menos traçada e vai ser muito parecida com a de seus pais: você vai se casar na mesma igreja que eles e terá filhos, que serão batizados nessa mesma igreja, talvez pelo mesmo pároco que casou você e sua esposa. Festejará as datas religiosas, terá seu trabalho no campo regulado pelas estações do ano...

Mas a vida também apresenta dificuldades. Um inverno mais rigoroso pode prejudicar a colheita, alguém da sua família (ou você!) pode ficar doente, seus filhos pequenos precisam de alguém que tome conta deles enquanto você trabalha no campo e sua esposa cuida dos afazeres domésticos. O que fazer? Você aciona uma rede de solidariedade e ajuda mútua que lhe cerca: vizinhos, família (os avós cuidam dos netos pequenos que, quando crescem, ajudam a cuidar de seus avós já velhinhos), a paróquia, o senhor de terras. Você sabe que o princípio da reciprocidade é muito importante. Em troca da caridade que presta, a Igreja exige a fé e, quando possível, o dízimo; em troca do grão, em épocas de fome, o senhor de terras exige lealdade, e assim por diante. O mundo da sua aldeia é hierárquico, cada um sabe o seu lugar, mas proporciona alguma segurança material e espiritual.

Mas as coisas começam a mudar. O senhor das terras, que permitia que você criasse algum gado ou plantasse alguma cultura em terras consideradas comuns, agora veda seu acesso a elas. Ou, se você é um artesão, perde seus fregueses para alguma fábrica que produz o mesmo produto que você por preços bem mais baixos. Sua sobrevivência está cada vez mais difícil. Você resolve ir para Paris.

Esqueça a Cidade Luz, a Torre Eiffel, os passeios românticos pelo Sena... Essas coisas não existiam ainda. Paris, para você, é um cortiço e uma fábrica. Seus vizinhos ficaram para trás, seus pais e avós também, seu pároco, assim como o senhor de terras. Você está só com sua mulher e filhos, que você tem de sustentar. Ao seu lado, multidões de outros trabalhadores como você, mas que você não conhece. Você e eles trabalham em uma grande fábrica, ganham mal, cumprem uma disciplina fabril que detestam e, caso fiquem doentes ou impossibilitados de trabalhar, não vão receber salários.

Este é um ponto fundamental. Em Paris se vive de salário. Se, na sua aldeia, você tinha acesso a terras comunais ou sua oficina, se tinha sua família e seus vizinhos para acudi-lo em caso de necessidade, se tinha o pároco e o senhor local para o atendimento de uma urgência, na velhice ou na doença, na cidade você só tem seu salário. Redes de solidariedade ficaram para trás, autoridades tradicionais, idem. Você vende sua força de trabalho, recebe seu salário. Fora dele, não há nada.

O que você faria nessa situação, em que os laços que o ligavam aos outros membros da sua comunidade estão se desmanchando, dando lugar à impessoalidade, ao isolamento, à insegurança permanente, às relações mediadas pelo mercado? Você provavelmente irá buscar construir novos laços, baseados não na tradição, mas em interesses compartilhados. Por exemplo, vai se unir a outros trabalhadores e fundar um sindicato, um partido operário, vai organizar greves...

Enfim, você agora será membro de uma sociedade marcada pela impessoalidade, na qual interesses, frequentemente contraditórios e em confronto, parecem colocar em risco os elementos de coesão social proporcionados pela tradição, como a família, a religião e a autoridade política do rei. Esse é o problema dos primeiros sociólogos.

Para eles, os primeiros sociólogos, era preciso conhecer a fundo essa nova sociedade, dinâmica, incerta, movediça, contraditória, e conhecê-la cientificamente, buscando sua dinâmica interna, imanente, de modo a poder propor soluções para torná-la novamente coesa.

E assim estavam dadas as condições para o surgimento do pensamento sociológico.

## CONCLUSÃO

Agora que fizemos essa grande percurso histórico, do Renascimento ao século XIX, você tem uma visão geral das condições históricas da emergência do pensamento sociológico.

A Sociologia, em seu nascedouro, buscava gerar compreensão para as grandes transformações nas instituições políticas (crise do Antigo Regime e Revolução Francesa), sociais (emergência de novas classes sociais) e econômicas (industrialização e o advento do mercado), que pareciam desarticular os elementos tradicionais de coesão social, como a religião, o Estado absolutista e a família. E os primeiros sociólogos perguntavam-se: na ausência de mecanismos de autoridade baseados na tradição, como preservar a ordem social? Como identificar e corrigir os riscos do conflito social?

## Atividade Final

---

Agora há pouco você fez um exercício. Colocou-se no lugar de um francês do tempo de Baudelaire que vivia na aldeia e foi morar em Paris. Nessa passagem, você viu desaparecer suas referências tradicionais de vida, suas redes de solidariedade e ajuda mútua e, no lugar delas, surgiu a impessoalidade do salário e do trabalho fabril.

Agora, você vai fazer uma atividade parecida com aquela experiência. Converse com os membros mais velhos da sua família a respeito de como era sua cidade ou local de moradia há 30, 40 anos. Pergunte a eles como eram as relações entre as gerações de uma mesma família, como lidavam com as dificuldades da vida, como doenças, como se relacionavam com as autoridades religiosas, com os proprietários de terras da região... Converse agora com pessoas mais jovens da sua família e faça a elas as mesmas perguntas. Depois, confronte as respostas dos mais velhos com a dos mais novos.

### Comentário

O Brasil, em particular o Rio de Janeiro, passou por grandes transformações na segunda metade do século XX, como a urbanização e a industrialização. Portanto, com muitas diferenças em relação à França do século XIX, processos de crise dos laços tradicionais de coesão social ocorreram aqui também. Ao realizar essa atividade, você provavelmente perceberá que houve mudanças importantes entre a realidade das pessoas mais idosas e das mais jovens da sua própria família. Por exemplo, é possível que seus pais tenham cuidado de seus avós na velhice, mas que você não espere o mesmo de seus filhos e assim por diante.

---

## RESUMO

O pensamento sociológico se constituiu a partir de uma gama de processos históricos bastante complexos, alguns de duração bastante longa.

O processo de longa duração refere-se à afirmação das visões imanentes do mundo, que buscavam a explicação dos fenômenos a partir de leis a eles intrínsecas, passíveis de serem reveladas pela observação, construção de hipóteses e teorias. Tais visões recusavam, ou percebiam como insuficientes, as explicações baseadas na criação divina para o funcionamento do universo, da natureza e da vida humana. Esse processo abarcou alguns séculos, a partir do Renascimento, no século XIV, passando pela Ilustração, no século XVIII, até chegar à construção de diversas ciências humanas, no século XIX.

Se as visões imanentes tiveram grande importância para a emergência do pensamento científico aplicado ao homem e à sua sociedade, as grandes transformações sociais, econômicas, culturais e políticas dos séculos XVIII e XIX, como as Revoluções Industrial e Francesa, completaram o cenário. Tais transformações foram sentidas, por muitos, como um processo de perda da coesão social, anteriormente garantida por autoridades tradicionais, gerando conflito social e sentimentos de isolamento e **anomia**. Entender cientificamente essa sociedade e buscar novos elementos de coesão, na ausência da tradição, foram desafios centrais enfrentados pelo pensamento sociológico nascente.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você aprofundará ainda mais seus conhecimentos a respeito do grande debate do século XIX entre modernidade e tradição, de modo a ter uma visão ampla e consolidada a respeito das grandes questões que informaram o nascimento do pensamento sociológico.

### **Anomia**

A definição corrente mais simples é a de ausência de leis, de normas ou de regras de organização. É o enfraquecimento das normas sociais de um povo ou grupo social. Este termo foi cunhado Durkheim em seu livro *O suicídio*.





# Aula 3

A consciência  
moderna:  
modernidade  
x tradição

## Meta da aula

Levar o estudante a refletir sobre a emergência histórica da oposição entre modernidade e tradição e como a consciência moderna nasce dessa oposição.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a emergência da consciência moderna e como esta se afirma ao mesmo tempo em que busca se contrapor à ideia de tradição;
2. relativizar a oposição dos termos modernidade e tradição, inclusive a sua dimensão temporal, através da percepção de que são termos interdependentes, ou seja, a modernidade precisa da tradição e, desse modo, elas coexistem no tempo e no espaço;
3. comparar o individualismo moderno e o **holismo** das sociedades tradicionais e hierárquicas.

### **Holismo**

Holismo, ou a visão holística, é uma maneira de ver o mundo, o homem e a vida em si como entidades únicas, completas e intimamente associadas. Esta palavra vem do grego HOLOS, que significa "Inteiro" ou "Todo", como em "Holograma"; grama=figura/ Holos=inteira, e representa um novo paradigma científico e filosófico que surgiu como resposta ao individualismo radical da modernidade, em grande parte causado pela cisão dos aspectos humanos e naturais.

### Pré-requisitos

Para uma melhor compreensão das questões tratadas nessa aula, é importante que você tenha percebido a diferença entre o senso comum e a reflexão sociológica e que tenha clareza do momento histórico em que surgiu a disciplina sociológica. Na posse desse repertório, você certamente compreenderá a oposição construída entre os termos modernidade x tradição.

## INTRODUÇÃO

Você teve a oportunidade de ver na aula passada como o século XIX foi um palco histórico de enorme relevância, justo por testemunhar o nascimento de saberes científicos, a sociologia entre eles, mobilizados para a compreensão de um mundo em acelerada mudança política, econômica, social, moral e cultural. O século XIX, após a Revolução Francesa – marco político da promulgação dos direitos civis, ou seja, das noções de igualdade e liberdade e da noção de soberania popular – testemunha a transformação do súdito em cidadão; de grande parte dos camponeses em operários; vê o burguês ampliando seus valores, gostos, hábitos e moralidade para o conjunto da sociedade; vê o mercado definindo quem são os proprietários e quem são os empregados; assiste ao crescimento urbano e populacional, ao ritual das multidões nas cidades; à opulência e à miséria; à paz e ao conflito; testemunha o fortalecimento do nacionalismo, das utopias revolucionárias, do socialismo etc. O novo e o moderno contrapõem-se, de modo geral, ao que seria considerado ultrapassado, tradicional, conservador, e até reacionário: a monarquia, a aristocracia, o mundo da corte e da etiqueta cortesã, o campo, a moralidade e a religiosidade, o conservadorismo, a hierarquia social, a autoridade, a casta social. Na modernidade, esses termos ganham o nome genérico, de “Antigo Regime”. Mas seria essa oposição tão estática, tão óbvia? Você deve estar se perguntando sobre como então ainda hoje utilizamos essa oposição? Como, e isso é bastante frequente, identificamos os mais velhos com a tradição e os mais jovens com o moderno?

### **Modernidade, ruptura e a invenção da tradição**

Você já identificou nas aulas passadas um cenário histórico, o século XIX, que abriga uma oposição entre o que se convencionou denominar “o novo” e “o velho”; “o moderno” e “o atrasado”;

"a mudança" e "a conservação"; "o urbano" e "o rural"; "o burguês" e "o aristocrata"; "o camponês" e "o operário"; "a transcendência" e "a imanência"; entre "o sagrado" e "a ciência"; entre "a autoridade" e "a liberdade". Ao contrário do que pode parecer, a história não é uma sucessão de eventos que se superam uns aos outros. É comum, quando se pensa na história, ou no processo histórico, que um novo evento e um novo tempo apaga tudo o que há de "velho". Entretanto, como você já deve estar se dando conta, a história pode condensar em um mesmo espaço de tempo, fenômenos, eventos e atores aparentemente contraditórios. O que talvez seja mais interessante para você, que agora problematiza os termos modernidade e tradição, é compreender que a modernidade significa em muitos casos a coexistência de fenômenos aparentemente contraditórios. A isso muitas vezes chamamos ambiguidade ou ambivalência. A poesia de Baudelaire é bastante expressiva desse mundo contraditório, repleto de ambiguidades:

É impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa população doentia, que engole a poeira das fábricas, que inala partículas de algodão, que deixa penetrar seus tecidos pelo alvaiade, pelo mercúrio e por todos os venenos utilizados para produzir obras-primas (...)

Essa população se mata esperando as maravilhas que o mundo lhe parece dar direito; sente correr sangue purpúreo em suas veias e lança um longo olhar, carregado de tristeza, para a luz do sol e para as sombras dos grandes parques (in BENJAMIN, 1985, p.98).



## A consciência moderna

Você já pode compreender, a essa altura, que a consciência moderna, ou a consciência histórica moderna, promoveu uma comparação entre o presente e o passado, reforçando a sensação de que tudo está em acelerada transformação e que o que antes definia e dava sentido à vida das pessoas na sociedade em que ela vivia, deixou de ter sentido ou, ao menos, foi se transformando em objeto de dúvida, de interpretação e de relativização crescentes. Ou seja, tudo o que era sólido desmanchou no ar, como diagnosticava Karl Marx. A tradição não era mais um suporte, um fundamento seguro para os homens. Era como se os homens tivessem que buscar no futuro e não no passado o sentido para as suas vidas. Essa reformulação do tempo e do sentido do tempo é o que convenciamos chamar consciência histórica moderna. A consciência histórica que surge na modernidade é, basicamente, uma consciência de “tempo”, ou melhor, da temporalidade. Mas o tempo não era visto de uma só maneira. O que significava, para alguns, uma libertação dos grilhões da tradição, dos valores do passado, para outros podia significar o fim das certezas, da prudência, da experiência, da segurança e da familiaridade com os repertórios morais, políticos e religiosos do passado, ou melhor, da tradição. Há uma expressão de **Alexis de Tocqueville**, um importante pensador francês do século XIX, que bem demonstra o seu temor com a quebra da tradição. Para ele, “Desde que o passado deixou de lançar luzes ao futuro, a mente do homem vagueia nas trevas”.

Com as Revoluções Francesa e Industrial, a modernidade continuaria a avançar em países como Inglaterra, França, Bélgica e Holanda. Mas tal avanço não foi linear. Pelo contrário, produziu uma reação profunda por parte daqueles que passaram a defender o que entendiam ser a tradição. Vejamos essas linhas, não menos geniais, de Alexis de Tocqueville:

### **Alexis de Tocqueville**

Alexis Henri Charles Clérel, visconde de Tocqueville (29 de Julho de 1805 – 16 de abril de 1859) foi um pensador político, historiador e escritor francês. Tornou-se célebre por suas análises da Revolução Francesa, da democracia americana e da evolução das democracias ocidentais em geral. As suas obras incluem: *Du système pénitentiaire aux États-Unis et de son application en France* (1833), *De la démocratie* (1840), e *L'ancien régime et la révolution* (1856). Foi um defensor da liberdade e da democracia.

Fui passar os últimos dias que precedera a luta eleitoral na minha pobre e querida Tocqueville. Era a primeira vez que para lá retornava depois da Revolução; talvez fosse deixá-la para sempre! (...) Cheguei sem ser esperado. As salas vazias, onde só encontrei meu velho cão para acolher-me, as janelas desguarnecidas, os móveis amontoados e poeirentos, as lareiras apagadas, os relógios parados, o ar sombrio, a umidade das paredes, tudo me pareceu anunciar o abandono e pressagiar a ruína. O pequeno pedaço de terra isolado, e como que perdido em meio a sebes e prados de nosso campo normando, que tantas vezes me parecera a mais encantadora solidão, assemelhava-se no estado atual de meus pensamentos a um deserto desolado. Mas, através da desolação do aspecto presente, percebia, como do fundo de um túmulo, as imagens mais doces e alegres de minha vida. (...) Acabava de ver a queda da Monarquia; assisti depois às cenas mais terríveis e sangrentas; pois bem! afirmo que nenhum desses grandes quadros havia-me causado emoção tão pungente e profunda quanto a que experimentei nesse dia, à vista da antiga morada de meus pais e à lembrança dos dias tranqüilos e das horas felizes que lá havia passado sem saber o quanto valiam. Posso dizer que foi nesse lugar e momento que compreendi melhor toda a amargura das revoluções (TOCQUEVILLE, 1991, p. 112).

A nostalgia de um mundo harmônico que ficou para trás, a ideia de uma Idade de Ouro no passado e o temor das grandes transformações, geralmente sangrentas, estão presentes nas palavras de Tocqueville. No entanto, Tocqueville só se dá conta de que era feliz quando perde a felicidade. Da mesma forma, a tradição só se dá conta de si mesma quando se contrapõe à modernidade: o Antigo Regime só é concebido como tal, ou seja, antigo, diante do novo: a Revolução Francesa.

## Individualismo moderno x tradição romântica



Oh, Romeu, Romeu, por que és tu, Romeu?! Renega teu pai e recusa teu nome ou, se não puderes, jura somente pelo meu amor que eu não mais serei uma Capuletto...

Somente teu nome é meu inimigo. Tu não és mais do que ti mesmo, não um Montecchio. O que é um Montecchio? Não é nem mão, nem pé, nem braço, nem rosto, nem qualquer outra parte que pertença a um homem. Oh, sê outro nome!

O que há em um nome? O que chamamos de rosa teria o mesmo cheiro doce se tivesse qualquer outro nome. Então, Romeu, não fosse ele chamado Romeu, reteria essa cara perfeição que possui sem tal título. Romeu, joga fora teu nome e, com esse nome que não é parte de ti, possua-me por inteira... (Romeo and Juliet, Act II, scene II)

Fonte: SHAKESPEARE (1990, p. 1020)

Você pode observar nessa passagem de Romeu e Julieta, de Shakespeare, um exemplo bastante emblemático de como as noções de indivíduo, de subjetividade e de escolha, independente da

### **Livre-arbítrio**

Crença ou doutrina filosófica que defende que os homens têm o poder de escolher suas ações. Tal crença foi defendida como importante para o julgamento moral por diversas autoridades religiosas e criticada por filósofos como Spinoza e Marx.

A expressão costuma ter conotações objetivistas e subjetivistas.

No primeiro caso, indicam que a realização de uma ação por um agente não é completamente condicionada por fatores antecedentes.

No segundo caso, indicam a percepção do agente que sua ação originou-se na sua vontade. Tal percepção é chamada algumas vezes de “experiência da liberdade”.

autoridade da família, do nome e da tradição, já estavam presentes na literatura shakespeariana desde o século XVII. Entretanto, será apenas com o iluminismo e com a valorização das noções de racionalidade e de ciência, entre os séculos XVIII e XIX, que a tradição entendida aqui como continuidade, vinculação, coesão, ritual, religiosidade, hierarquia, autoridade, será desafiada. A fala de Julieta, anteriormente destacada, corresponde a um desejo de rompimento, ou um desafio, dos rituais medievais de casamento e união, em geral definidos pelas escolhas das famílias, através de seus códigos morais e de honra. É como se os valores que definiam a moralidade do dever ser na sua comunidade tradicional de origem não mais correspondessem aos desejos, vontades e tentativas de escolhas dos indivíduos. É claro que a possibilidade da escolha autônoma, a que chamamos também individualismo, não logrou sucesso na história de Romeu e Julieta. O final, como você bem sabe, teve o efeito de uma tragédia, ou seja, seria a expressão da impossibilidade, ainda naquele contexto, da experiência do amor romântico. A única escolha possível, já que não era simples enfrentar, sequer derrotar a força da tradição, fora a morte, o suicídio que, em contrapartida, significava a preservação do equilíbrio daquela ordem social.

Se os indivíduos e suas escolhas representavam uma desmedida, uma expressão de crise, em um mundo pré-moderno ou um mundo da tradição do Antigo Regime, no século XIX o indivíduo já é uma entidade cuja ação baseia-se no **livre-arbítrio**, na necessidade e nos ditames da razão.

## **Indivíduo autônomo e livre-arbítrio**

Vejamos como a noção de livre-arbítrio e de indivíduo autônomo está consolidada e até naturalizada nos dias de hoje. A versão Romeu e Julieta no tempo presente talvez tivesse razões e desfecho bem diferenciados da versão original.



Digamos que você, Romeu ou Julieta, esteja apaixonado (a) por uma pessoa que poderia: 1) pertencer a uma classe social diferente da sua; 2) possuir cor da pele e traços fenotípicos diferentes do seu; 3) professar uma religião diferente da sua. Nesses casos, vamos supor que a sua família e/ou amigos imponham juízos e limites à aproximação de um indivíduo, potencial parceiro (a), que se inclua em uma ou mais categorias listadas. Hoje, ao contrário de se matar e matar o seu parceiro (a) pela impossibilidade de se cultivar livremente o amor romântico, você escolhe e decide com base no seu desejo e no seu interesse, mesmo que estes contrariem os juízos de sua família e de seus amigos. Você, nessas circunstâncias, muito provavelmente será capaz de tomar uma decisão, de exercer seu livre-arbítrio, de lutar pelos seus valores e escolhas, podendo até mesmo rejeitar vigorosamente qualquer constrangimento que se imponha aos seus desejos e interesses. O princípio da individuação já se encontra hoje de tal maneira consolidado no ocidente moderno que mesmo um conselho dos pais ou um argumento de bom senso podem vir a se tornar para você “intromissões” sobre as quais você pode responder com visível repulsa. Se antes o suicídio era uma resposta trágica à impossibilidade de transpor as instituições e valores da tradição – família, honra, religiosidade, *status* social etc. – hoje, as possibilidades de livre escolha se impõem naturalmente às barreiras com base em argumentos conservadores da tradição. Qualquer tentativa de intromissão, ou interferência nas razões de nossas escolhas, especialmente as amorosas ou afetivas, torna-se um combustível a mais para a afirmação da autonomia individual.

É claro que você, indivíduo autônomo, se pensa como soberano absoluto de suas próprias decisões. Entretanto, não vivemos isolados como átomos na vida social. Somos, talvez sem que nos apercebamos disso, indivíduos sociais cujos desejos e interesses são desenhados em sociedade, ou seja, com os estímulos das instituições e valores sociais que habitam nosso mundo. Você nasce, de modo geral, em meio a uma família, que habita uma cidade, um bairro, no qual encontra-se, provavelmente, a escola que você estudou e toda uma rede de amigos, vizinhos, conhecidos que bem ou mal

influenciam suas decisões, sobretudo se elas afetam ou interferem na vida social da qual você também é parte.

Digamos, contudo, que esse indivíduo que nasce com a modernidade, só existe idealmente. A modernidade pretende ter retirado o indivíduo dos grilhões do Antigo Regime, transformando a tradição em “ruínas”. O advento do “indivíduo soberano”, entre o Renascimento e o humanismo e o iluminismo do século XVIII, representou o começo da chamada ruptura com a tradição. Vários fenômenos históricos contribuíram para a formação desse indivíduo moderno ou da modernidade: a *Reforma Protestante* que libertaria a consciência individual dos constrangimentos da institucionalidade religiosa, a Igreja católica, por exemplo, deixando o indivíduo diretamente orientado para Deus; o *humanismo renascentista* que tornaria o homem o centro de tudo; as *revoluções científicas* que davam ao homem a capacidade de duvidar, de questionar e de inquirir a natureza; o *iluminismo*, focado na racionalidade, na ciência, libertado do mito, das crenças e da intolerância.

Para Julieta, não importava o sobrenome de Romeu, dado pelo acaso do nascimento. Importava apenas que Romeu era o objeto de sua paixão. Em poucas linhas de um diálogo de amor, o gênio de William Shakespeare afirmava noções modernas de indivíduo e de escolha subjetiva, em contraposição às concepções então vigentes de família e autoridade, que regulavam as relações matrimoniais. E tudo isso no século XVII!

O século XIX presenciou, portanto, um embate profundo entre modernidade e tradição. O quadro a seguir é esclarecedor desse embate.

Modernidade	Tradição
urbano	monarquia
industrial	aristocracia
republicano	privilégios
racional	moralidade cristã
individual	religiosidade
impessoal	rígida hierarquia social
científico	comunidade
livre	afeto
classes sociais	autoridade
mobilidade social	

Difícilmente tal embate poderia ter sido evitado, pois, se para alguns a modernidade foi sentida como libertação da autoridade e da tradição, para outros foi sentida como perda da segurança, inclusive espiritual, e da coesão social.

Mas tradição e modernidade não se confrontaram apenas, muito embora o tenham feito com muito vigor. Houve também momentos de encontro, de reconciliação, de convivência. A sociologia nasceu, justamente, nesse confronto/encontro entre modernidade e tradição.

## Modernidade e tradição

Você deve estar querendo uma definição pronta, rápida e acabada de tradição e modernidade. Vamos com calma. Se, ao final da aula, você tiver uma noção do que significam esses termos, suas oposições e encontros, os objetivos desta aula terão sido claramente atingidos.

O que a história de Romeu e Julieta nos mostra? Nela, Julieta colocava seus desejos e vontades acima dos valores que definiam a moralidade de sua comunidade, expressando um desejo de rompimento com os rituais medievais de casamento e união, então definidos pelas escolhas familiares, através de códigos morais e de honra.

Você sabe como a história do amor de Romeu e Julieta terminou. É melhor nem falar. Deixemos isso para outra ocasião, quando estivermos falando a respeito de um dos fundadores do pensamento sociológico, Emile Durkheim, que refletiu sociologicamente sobre o suicídio. Pronto, já dissemos a palavra. E, dado que já dissemos, vamos um pouco adiante: o suicídio expressava, naquele momento, a força da tradição sobre os desejos autônomos, afirmando a preservação da ordem social tradicional.

A história de Romeu e Julieta, ainda que escrita no século XVII, expressa bem essa tensão entre modernidade e tradição, desejos individuais e constrangimentos familiares e de nascimento. Se, no século XIX, os valores do individualismo já estavam muito mais consolidados do que no XVII, com a ação individual baseada no seu livre-arbítrio, nos seus interesses e desejos, nos ditames da razão, instituições tradicionais como a família e a igreja, valores tradicionais, como os que enfatizavam a coesão social e as hierarquias sociais, ou modos tradicionais de compreender o mundo, como os religiosos, ainda exerciam poder de regular relações entre pessoas e grupos sociais. Até porque algumas dessas formas tradicionais também se modernizaram. A Atividade 1 vai ajudar você a compreender.



---

## Atende ao Objetivo 1

### Uma imagem contemporânea de Romeu e Julieta

1. Vejamos como a noção de livre-arbítrio e de indivíduo autônomo está consolidada e até naturalizada nos dias de hoje.

Digamos que você, Romeu ou Julieta, esteja apaixonado (a) por uma pessoa de uma classe social inferior à sua, ou que tenha cor da pele ou traços fenotípicos diferentes do seu, ou que professe outra religião. Para não complicar muito nossa atividade, a pessoa possui apenas uma dessas características.

Sua família se opõe ao romance, faz pressão, dá conselhos... Qual sua atitude?

1. tal como Julieta ou Romeu, a morte trágica é seu destino;
2. você decide, contrariando sua família, casar-se com aquele(a) que você ama;
3. você ouve os conselhos da sua família e decide romper seu romance;
4. você até ouve os conselhos da sua família mas decide casar-se com quem ama.

Pense um pouco a respeito, escolha uma das opções e elabore uma reflexão para embasar sua escolha.

### Comentário

Nos dias de hoje, muito dificilmente você decidiria se matar. Poderia até ser o caso (não é! não é!), mas muito provavelmente você ficaria dividido entre as opções 2, 3 e 4.

Se você optou pela segunda alternativa, estaria afirmando seu desejo autônomo de casar-se com quem você ama. Estaria exercendo seu livre-arbítrio, lutando por seus valores e escolhas, podendo mesmo rejeitar, vigorosamente, qualquer constrangimento aos desejos. O princípio da individuação já se encontra hoje de tal maneira consolidado no ocidente moderno que mesmo um conselho dos pais ou um argumento de bom senso podem vir a se tornar para você “intromissões” sobre as quais você responde com visível repulsa. Se antes o suicídio era uma resposta trágica à impossibilidade de transpor as instituições e valores da tradição – família, honra, religiosidade, *status* social etc. – hoje, as possibilidades de livre escolha se impõem naturalmente às barreiras com base em argumentos conservadores da tradição. Qualquer tentativa de intromissão, ou interferência nas razões de nossas escolhas, especialmente as amorosas ou afetivas, torna-se um combustível a mais para a afirmação da autonomia individual.

Mas você pode também ter optado pela alternativa 3, ouvido os conselhos da sua família e resolvido acabar seu romance. Que conselhos foram esses? Suponhamos que foram os seguintes:

- a. que o casamento com uma pessoa de classe social inferior vai trazer dificuldades para a sua vida. A educação formal dela é deficiente e, portanto, ela terá pouca capacidade de contribuir para a estabilidade financeira da sua futura família;
- b. que o casamento com uma pessoa de outra etnia ou fenótipo trará problemas para seus filhos. Evidentemente sua família não é racista, mas, se for branca, argumentará que seus filhos provavelmente enfrentarão episódios de racismo e você não deseja isso para aqueles que mais ama;

c. que o casamento com pessoas de outra fé acarretará problemas sérios para a educação dos filhos, divididos entre duas tradições religiosas.

Nesse caso, a situação é mais complexa. Você estará dando ouvidos a uma autoridade tradicional, a família, mas poderá basear sua ação em critérios que julga racionais. Estará optando por romper o relacionamento por:

a. julgar que os interesses materiais se sobrepõem aos desejos. Nesse caso, estará dando ouvidos a uma autoridade tradicional, a família, mas baseará a ação em critérios que julga modernos, racionais.

b. julgar que o preconceito racial existe, as próprias raças existem, e deseja evitar que seus filhos o sofram. Nesse caso, também estará ouvindo uma autoridade tradicional para embasar um critério moderno, do século XIX, de racialização da espécie humana.

c. julgar importante a criação dos seus filhos na mesma fé que você. Nesse caso, estará ouvindo uma autoridade tradicional e embasará sua escolha em um vínculo de coesão social tradicional, a religião.

Portanto, mesmo hoje, as ações podem ser informadas por critérios modernos e tradicionais, assim como por agentes modernos e tradicionais, o que evidencia a permanência destes e a tensão entre estes e os valores modernos.

---

Agora que você já realizou essa atividade, vamos voltar à nossa discussão com um exemplo histórico de um fenômeno que entrelaçou dimensões tradicionais e dimensões modernas: a Reforma Protestante.

## A Reforma Protestante: a religião no encontro entre modernidade e tradição

Com a **Reforma Protestante**, a Europa católica viu-se cindida. Até então, a Igreja Católica exercia o monopólio da interpretação da revelação divina e colocava-se como intermediária exclusiva entre os homens e Deus. Nesse sentido, a Reforma Protestante representou um duplo rompimento, que poderíamos considerar moderno:

1. rompimento com o monopólio da interpretação: ao instaurar uma multiplicidade de interpretações possíveis para a revelação divina, a Reforma afirmava o princípio último da escolha individual. Em outras palavras, cada indivíduo poderia exercer o livre-arbítrio de escolher, entre tantas formas de adorar Deus, a que melhor lhe conviesse ou a que mais o convencesse;
2. ao afirmar que a intermediação entre os homens e Deus, realizada pela Igreja Católica, era indevida, e que os homens poderiam se relacionar diretamente com Deus, a Reforma aprofundava a positividade da dimensão do individualismo.

Uma das igrejas reformadas, em particular, contribuiria ainda mais com o individualismo: o calvinismo. Enquanto os católicos possuíam um deus misericordioso, clemente, um deus de amor, inclusive com exemplos a seguir, a vida dos santos, o calvinismo jogou os homens na total solidão espiritual, ao declarar que a graça divina, e a salvação eterna dela decorrente, era concedida segundo leis divinas inatingíveis. Fossem quais fossem as boas ou más ações dos indivíduos, sua sorte já estava lançada *a priori* e era irrevogável (predestinação). São palavras de Calvino, Livro III, Capítulo XXI, da *Institutio*:

### Reforma Protestante

A Reforma Protestante foi um movimento que começou no século XVI com uma série de tentativas de reformar a Igreja Católica Romana e levou subsequentemente ao estabelecimento do Protestantismo. Esse movimento resultou na divisão da Igreja do Ocidente entre os “católicos romanos” de um lado e os “reformados” ou “protestantes” de outro; entre esses, surgiram várias igrejas, das quais se destacam o Luteranismo (de Martinho Lutero), as igrejas reformadas e os Anabatistas. A Reforma teve intuito moralizador, colocando em plano de destaque a moral do indivíduo (conhecedor agora dos textos religiosos, após séculos em que estes eram o domínio privilegiado dos membros da hierarquia eclesiástica). Suas principais figuras foram Jan Huss (1370-1415), Martinho Lutero (1483-1546) e João Calvino (1509-1564). A resposta da Igreja Católica Romana foi o movimento conhecido como Contra-Reforma.

Ninguém que seja religioso ousa negar diretamente a predestinação pela qual Deus escolhe alguns para a esperança da vida e condena outros à morte eterna. (...) Por predestinação, entendemos o eterno decreto de Deus pelo qual decidiu em seu próprio espírito o que deseja que aconteça a cada indivíduo em particular, pois nenhum homem é criado nas mesmas condições, mas para alguns é preordenada a vida eterna, para outros a eterna condenação.

Para Calvino, deveriam ser banidas todas as mistificações, rituais de salvação, magias, tidos como inúteis para a salvação. Tirava-se da religião todo o seu lado emocional e propunha-se ao homem uma conduta racional e individualista ao extremo. O desencorajamento de Calvino à confissão reforçava a internalização da moral e a individualização do homem. Assim, o cristão predestinado à graça (e ninguém estava certo da sua) teria de, para aumentar a glória de Deus e tentar confirmar sua graça, demonstrar, com obras e sua conduta diária, a predestinação, diferentemente do católico medieval que, através de boas ações esporádicas e mesmo da compra de indulgências e da confissão, buscava sua salvação, confirmada por membros da burocracia eclesiástica. O cristão viu-se só no mundo: sua salvação (ou não) já estava determinada e nada do que fizesse alteraria seu destino.

Se o calvinismo é por muitos entendido como central na construção da modernidade, por enfatizar o indivíduo e uma ética do trabalho afim à capitalista, em contrapartida ele retira do cristão as ações para a salvação.

O choque, inevitável, entre catolicismo e religiões protestantes levou às guerras religiosas do século XVI. Para pôr fim a tais guerras, outro elemento central da modernidade começou a se firmar: a separação entre Estado e confissão religiosa, entre política e moralidade cristã. Foi a partir de então que o laicismo penetrou, definitivamente, na esfera da política, muito embora ele já estivesse



anunciado desde, pelo menos, Maquiavel. Seja como for, o laicismo na política, a ideia de separação entre Estado e confissão religiosa, é um dos pilares do pensamento iluminista e da ideia de República. Mais ainda: como veremos nas aulas seguintes, para alguns, o protestantismo foi fundamental para a emergência do capitalismo.



O laicismo é uma doutrina filosófica que defende e promove a separação do Estado das igrejas e comunidades religiosas, assim como a neutralidade do Estado em matéria religiosa. Não deve ser confundida com o ateísmo de Estado. Esta corrente surge a partir dos abusos que foram cometidos pela intromissão de correntes religiosas na política das nações e nas universidades pós-medievais. O laicismo teve seu auge no fim do século XIX e no início do século XX.



Não deixe de ver o filme *A rainha Margot* para conhecer um pouco mais as guerras religiosas do século XVI.

Ainda assim, a reforma protestante, o calvinismo em particular, representa um momento de encontro entre modernidade e tradição: ao mesmo tempo em que afirma valores modernos etc., aprofunda o poder discricionário de Deus na condução das vidas humanas.

Agora que já discutimos o “casamento” entre modernidade e tradição, você pode realizar a Atividade 2.



---

## Atende ao Objetivo 2

2. É claro que você, indivíduo autônomo, se pensa como soberano, absoluto de suas próprias decisões. Entretanto, você não vive isolado como um átomo. Somos, talvez sem que nos apercebamos disso, indivíduos sociais cujos desejos e interesses são desenhados em sociedade, ou seja, com os estímulos das instituições e valores sociais que habitam nosso mundo. Você nasce, de modo geral, em meio a uma família que habita uma cidade, um bairro, no qual encontram-se provavelmente a escola que você estudou e toda uma rede de amigos, vizinhos, conhecidos que bem ou mal influenciam suas decisões, sobretudo se elas afetam ou interferem na vida social da qual você também é parte.

Vamos nos concentrar na questão da escolha da profissão. A escolha profissional é um momento muito importante na vida de um indivíduo e é, por assim dizer, um elemento moderno: você escolhe, opta, vários caminhos são possíveis. No entanto, na escolha da sua profissão, várias dimensões se cruzam: realização pessoal, desejo de ascensão social, de prestígio e distinção, mas também pressões familiares e de amigos, dos mais velhos etc. Escreva um pequeno texto a respeito da sua escolha profissional, levando em consideração o entrelaçamento da sua dimensão individual e das pressões sociais que sofreu.

### Comentário

Essa atividade não tem resposta única, pois cada indivíduo possui uma experiência própria a respeito. Afinal, estamos no século XXI! Mas é muito possível que sua escolha profissional tenha resultado de um complexo jogo de razões, algumas delas que poderiam ser caracterizadas como modernas, como desejo de ascensão social, outras tradicionais, como desejo de distinção. Assim como de forças modernas e tradicionais: sua escolha pessoal e pressões familiares.

## Modernidade e oposição: desencontros

Se modernidade e tradição se alimentam uma da outra, ou se só são possíveis no embate com a outra, não é menos verdade, como colocou Anthony Giddens, que a modernidade reconstruiu a tradição enquanto a dissolia.

De fato, a modernidade tem esse poder solvente. Se já fizemos referência a um dos marcos do pensamento sociológico, Emile Durkheim, vamos fazer agora a outro, Karl Marx. Marx afirmava que a modernidade desmancha no ar tudo o que é sólido ou que parecia ser. A mesma impressão tinha o poeta, já nosso conhecido, Charles Baudelaire. Para ele, a modernidade significava muito mais do que fábricas e chaminés. Significava também o triunfo do transitório, do efêmero, do contingente.

Para se ter uma ideia melhor do que estamos falando, veja o **Quadro 3.1**, em que alguns dos elementos de oposição entre modernidade e tradição estão sintetizados:

**Quadro 3.1:** Elementos da tradição e da modernidade

Tradição	Modernidade
<b>Comunidade:</b> é o espaço da vida social onde todos se conhecem, sabem e aceitam seus lugares sociais e suas obrigações recíprocas. A comunidade se sobrepõe ao indivíduo, nela a mobilidade social é restrita, se é que existe, e os constrangimentos sociais contra comportamentos considerados transgressores (como os de ordem sexual) são muito intensos. Por outro lado, a comunidade oferece segurança espiritual e também material aos seus membros.	<b>Sociedade:</b> é marcada pela impessoalidade, pela afirmação do valor do indivíduo, pela ausência de hierarquias sociais preestabelecidas e pela mudança permanente. Como o espaço de liberdade do indivíduo é maior do que na comunidade, as pressões sobre comportamentos transgressores (como os de ordem sexual) podem continuar a existir, mas as punições tendem a se abrandar. Se a sociedade oferece mobilidade, por outro lado proporciona menos segurança espiritual e material a seus componentes.

<p><b>Religião:</b> o mundo natural e as hierarquias sociais são regidos pela revelação divina, o que justifica a ausência de mobilidade social, mas proporciona segurança.</p>	<p><b>Razão:</b> o mundo natural e as relações sociais são entendidos como construções humanas. Os homens, portanto, podem conhecer seus funcionamentos e mudá-los, com o uso da razão. Portanto, o mundo é dinâmico.</p>
<p><b>Hierarquia social:</b> a comunidade é hierarquicamente organizada e tal hierarquia é estática. As diferenças sociais são dadas pelo nascimento.</p>	<p><b>Mobilidade social:</b> não importa o local e o sobrenome, o que importa é a capacidade de cada indivíduo de traçar o seu destino baseado na sua razão.</p>
<p><b>Coesão social:</b> a religião, o poder do Rei de direito divino, as redes comunitárias de proteção social e ajuda mútua proporcionam coesão a um mundo socialmente hierarquizado.</p>	<p><b>Competição:</b> a afirmação do indivíduo, a mobilidade social – que pode ser ascendente ou descendente –, a incerteza, colocam as satisfações individuais como valor absoluto e minam os laços tradicionais de coesão social.</p>
<p><b>Afeto:</b> o afeto regula uma boa parte das relações sociais na esfera comunitária. As redes tradicionais de solidariedade e as autoridades tradicionais – família, vizinhos, paróquia, senhor de terras – cimentam suas obrigações recíprocas na esfera do afeto, que podem inclusive passar de geração para geração.</p>	<p><b>Impessoalidade:</b> em um mundo marcado pela ideia de competição e mobilidade social, pela venda da força de trabalho em troca de um salário, as relações se baseiam em interesses, frequentemente passageiros e/ou contraditórios, não em compromissos afetivos estáveis.</p>
<p><b>Permanência:</b> a tradição pensa o mundo como desejavelmente estável, permanente, imutável, posto que coeso e harmônico.</p>	<p><b>Mudança:</b> a modernidade pensa o mundo como permanente mudança, sempre passível de aperfeiçoamento a partir da razão humana.</p>



---

## Atende ao Objetivo 2

3. Observe o quadro sobre tradição e modernidade. Ele não é estático. Vários exemplos podem ser adicionados a cada item. Considerando as sugestões do quadro, observe a sua cidade e descreva o que você considera tradicional e o que você considera moderno. A observação deve levar em conta os seguintes aspectos: a arquitetura da cidade, vestuário, comportamento das pessoas em público, regras morais e avanços tecnológicos. A atividade pode contemplar também o espaço familiar (membros da família, padrões de comportamento, visões de mundo etc.)

Você deverá fazer uma descrição, com base nas suas observações, do par tradição/modernidade, inclusive através de imagens (você pode criar um painel de fotos e disponibilizar para os seus colegas no polo do CEDERJ de sua cidade). O desafio é que você, através do levantamento de imagens e impressões, reflita sobre a interdependência e simultaneidade do par tradição/modernidade.

### Comentário

Essa atividade estimula o seu olhar para a simultaneidade de padrões arquitetônicos, visuais e comportamentais ora considerados tradicionais, ora modernos na comunidade na qual você vive. Assim você será desafiado a refletir sobre como a ideia de modernidade que emerge no século XIX é vista hoje como tradição, e como o que consideramos moderno hoje, amanhã poderá ser considerado tradição. O objetivo é estimular a capacidade de relativização no tempo e no espaço, e de quebra de percepções congeladas, da oposição tradição/modernidade. Essa relativização deve valer também para a comparação que de modo geral fazemos com culturas de outros países. O que nós ocidentais consideramos tradicional pode ser moderno para outra cultura, especialmente as orientais, e vice-versa.



## CONCLUSÃO

Muito provavelmente você já consegue compreender as complexas relações entre tradição e modernidade. Se nos situarmos no momento preciso da emergência dessa relação, veremos o advento da consciência moderna como uma tentativa de afirmar o presente pela negação do passado, ou melhor, pela negação do tradicional. A Revolução Francesa, para se afirmar como um fenômeno inovador, moderno, teve de realçar que tudo o que não era parte da novidade da revolução deveria ser considerado como parte do Antigo Regime. Esse jogo de espelho entre o novo e o velho, sugere-nos, igualmente, que a oposição tradição e modernidade permanece ainda hoje como um marcador da relação entre novos e velhos fenômenos. Mas, como uma última questão para você refletir, perguntamos: O que isso importa para a Sociologia?

## RESUMO

Bem, para a Sociologia, o fenômeno da oposição entre modernidade e tradição produz novos fenômenos que se transformam, como você já deveria saber, em temas de estudos sociológicos. O tema do individualismo e do holismo; o tema do hábito, da moralidade pré-moderna e do livre-arbítrio do indivíduo autônomo; o tema da miséria e da pujança; o tema da exploração da classe trabalhadora; das cidades em transformação, o tema da ambiguidade, todos tornam-se matérias-primas que serão, ao longo da modernidade, processadas pela pesquisa sociológica.

## Informações sobre a próxima aula

Nos primórdios da Sociologia, ou seja, no século XIX, os fenômenos produzidos pelo choque entre tradição e modernidade serão objetos privilegiados de dois grandes autores, Karl Marx e Emile Durkheim – ambos iniciam suas abordagens em Sociologia ainda no século XIX – e, na próxima aula, você terá o prazer de conhecê-los.





# Aula 4

Duas visões sobre a sociedade: Durkheim e a coesão social e Marx e o conflito social

## Meta da aula

Articular biografias, temas sociológicos e a questão social no século XIX.

## Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. compreender como a disciplina sociológica possui expressões diferenciadas no século XIX, que são tentativas possíveis de se responder aos desafios sociais da sociedade industrial;
2. familiarizar-se com as biografias de grandes sociólogos do século XIX e suas relações com a sociedade na qual eles produziram conhecimento e agiram politicamente;
3. familiarizar-se com conceitos centrais das sociologias durkheimiana e marxista, como solidariedade mecânica, solidariedade orgânica, luta de classes, mercadoria, modo de produção;
4. conhecer duas formas distintas de se compreender a dinâmica social: a durkheimiana, que enfatiza a noção de solidariedade, e a de Marx, que enfatiza o conflito social.

## Pré-requisitos

Para melhor compreensão desta aula, é importante que você relembre os conceitos apresentados nas Aulas 2 e 3, principalmente no que se refere à discussão sobre tradição e modernidade.

## INTRODUÇÃO

As sociedades, em todos os tempos, tiveram alguma ideia sobre o que eram e o que desejariam ser. Somente as sociedades modernas, no entanto, pretenderam ter um conhecimento científico sobre si mesmas. O contexto europeu do século XIX trouxe à tona dois eventos que se transformaram em objetos de interesse filosófico e científico: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Grande parte dos sociólogos do século XIX se dedicou a interpretar a destruição das hierarquias sociais do Antigo Regime, a queda da monarquia francesa e o desenvolvimento das sociedades industriais, com suas novas hierarquias baseadas em divisões de classes e no mercado de trabalho. Algo de profundo estava mudando naquelas sociedades, e uma lente com um foco muito especial deveria refletir essa mudança. Essa lente chamava-se sociologia.

Mas essa sociologia não era apenas uma abstração, um conjunto de ideias metafísicas, descoladas do mundo real. Ela dependia de atores históricos de carne e osso, que pudessem olhar para o mundo em que viviam através de um amplo repertório cognitivo: novas ideias, novos valores, responsabilidade política, objetividade e instrumentos metodológicos. Pretendia-se, com esses procedimentos, criar uma nova ciência – a ciência da sociedade. Entretanto, esses atores históricos, os chamados pais da nova ciência – a sociologia –, embora tomados e envolvidos pelos novos acontecimentos de seu tempo, não os trataram da mesma maneira. Talvez em comum o fato de que interpretavam a sociedade do século XIX de um modo ambíguo: ao mesmo tempo que essas transformações na política, na economia, na moralidade e nos hábitos os seduziam, muito da incerteza desses novos tempos os abatia: a nova sociedade capitalista não era um mar de rosas. Produzia alienação, injustiça, desigualdade, miséria e opressão. O que a sociologia promovia em seus primórdios era a identificação dos males da sociedade industrial, moderna e capitalista, e, em alguns casos, arriscava e prognosticava algum remédio para amenizar ou superar esses males.

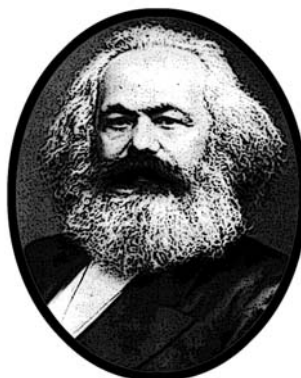


**Émile Durkheim**  
(Epinal, 1858-  
Paris, 1917)

É considerado um dos pais do pensamento sociológico. Seu pai, seu avô e seu bisavô eram rabinos, e, apesar de ter se distanciado da religião e tratado os fenômenos religiosos a partir de condicionantes sociais e não divinos, nunca se afastou definitivamente da comunidade judaica. Muitos de seus colaboradores foram judeus e alguns, inclusive, seus parentes, como Marcel Mauss. Professor da Escola Normal Superior, foi influenciado pela obra de Auguste Comte. Por outro lado, teve grande influência sobre o pensamento histórico francês da Escola dos Annales, particularmente sobre Marc Bloch.

**Karl Marx** e **Émile Durkheim** são dois exemplos de como o conhecimento da sociedade, por mais científico que quisesse ser, produzia consequências ou implicações sociais que se expressavam diferentemente de um sociólogo para outro: podiam reforçar ou enfraquecer instituições, criticar ou inaugurar hábitos, fortalecer ou enfraquecer partidos políticos. Marx e Durkheim eram sociólogos imersos em seu contexto, e a sociologia que eles produziram reflete, claramente, essa imersão.

Você pode estar se perguntando: Seria coincidência o fato de Marx e Durkheim serem, ambos, de origem judaica? Esse pode ser um interessante problema sociológico. Colocando a pergunta de outro modo: haveria alguma relação entre a sociedade europeia do século XIX, que passava por tantas transformações, a condição específica dos judeus europeus de então, e a emergência da sociologia como disciplina científica? A resposta poderia ser: sim e não. Não, porque Marx e Durkheim não foram os únicos pensadores que tiveram importância na nova disciplina, embora sejam considerados seus pilares, e muitos desses pensadores não eram judeus. Sim, porque a especificidade da condição judaica na Europa do século XIX colocava, a muitos judeus de então, uma série enorme de perguntas, que precisavam, de alguma forma, ser respondidas.



**Karl Heinrich Marx (Trier,  
1818-Londres, 1883)**

Tal qual Durkheim, nasceu em uma família de origem judaica, perto da fronteira entre Alemanha e França e, portanto, não longe de Epinal. Seu pai, contudo, havia se convertido ao protestantismo e se distanciado completamente de sua tradição religiosa. Tendo vivido em Paris e Londres, Marx articulou militância política e produção teórica, realizando uma profunda reflexão sobre o capitalismo e desenvolvendo importantes conceitos como materialismo histórico, mais-valia e modos de produção.

Talvez você não tenha ideia do que significava ser judeu, ou ter nascido no seio de uma família judia, na Europa do século XIX. Os desafios que os judeus enfrentaram para se integrar àquela nova sociedade liberal que se inaugurava com a Revolução Francesa foram muitos e decisivos para a geração que buscou, nos bancos escolares e nas universidades, formas de mobilidade social e de reconhecimento intelectual em sociedades ainda excludentes, anti-semitas e competitivas. O Caso Dreyfus (veja mais sobre ele no box a seguir), já no alvorecer do século XX, mostraria que, mesmo após a emancipação política dos judeus na França, país e contexto no qual Durkheim nasceu e fundou a sua sociologia, o antissemitismo não era apenas um fantasma, mas um fenômeno real que, por meio de ardis como a calúnia e a difamação, tentavam retirar dos judeus seus direitos à igualdade e à cidadania que haviam adquirido após a Revolução Francesa. Nesse sentido, é bom que você, estudante de História, compreenda um pouco da trajetória dos judeus na Europa após a Revolução Francesa, pois por meio da compreensão dessa trajetória você se sentirá mais apto a compreender a vida e a obra tanto de Durkheim quanto de Marx.



### Caso Dreyfus

Em 1894, o capitão do Exército francês Alfred Dreyfus, de religião judaica, nascido em Mulhouse, Alsácia – não muito longe de onde Durkheim e Marx nasceram –, foi acusado e condenado, em um julgamento secreto, à prisão perpétua por ter passado segredos militares franceses para os alemães, crime de alta traição. Dreyfus, no entanto, era inocente. A condenação baseara-se em documentos falsos, e, quando altos oficiais franceses perceberam o erro judiciário, procuraram ocultá-lo. O Caso Dreyfus dividiria a opinião francesa e a europeia, entre *dreyfusards* (simpáticos a Dreyfus) e os *anti-dreyfusards* (a ele contrários), ensejando debates sobre o antissemitismo na França, o país da Revolução, da República e da igualdade, fraternidade e liberdade. O Caso Dreyfus esteve mesmo na base do nascimento do sionismo, movimento nacionalista que definia o judaísmo como nação, não como religião. Entre os *dreyfusards*, Émile Zola, que você já conhece. Em 1906, Dreyfus foi readmitido no Exército francês. O ato de traição havia sido cometido, na verdade, pelo major Walsin-Esterhazy, que era católico.

## Os judeus e a modernidade

Nos séculos que precederam a modernidade, os judeus da Europa central e oriental (denominados *ashkenazim*) viviam fechados em suas comunidades. Tinham suas próprias escolas, onde aprendiam a lei judaica, sinagogas, cemitérios e instituições de ajuda mútua. E tinham também suas próprias normas de conduta pública e pessoal, assim como instituições que supervisionavam a observação dessas normas. Tal mundo fechado não resultava unicamente de uma escolha dos próprios judeus. Vivendo entre populações cristãs e em sociedades hierárquicas do Antigo Regime, os judeus *ashkenazim* eram convidados a permanecer ou eram expulsos de cidades, regiões ou reinos, ao sabor das vicissitudes políticas de duques, condes, barões ou reis. Por outro lado, dado que lhes era vedado o acesso a diversas ocupações profissionais e à terra, acabaram por se dedicar ao comércio e ao artesanato, limitando seus contatos com o mundo exterior às necessidades impostas por suas atividades profissionais e necessidades políticas.

A partir do século XIX, a modernidade, com seu poder dissolvente, veio colher tais judeus de forma avassaladora:

1. Em países como a Alemanha, onde Marx nasceu, e a França, onde nasceu Durkheim, a separação entre Estado e confissão religiosa tornou os judeus cidadãos plenos, com os mesmos direitos e deveres dos cristãos, abrindo-lhes as portas do serviço público, da universidade e das profissões liberais.
2. A industrialização e a urbanização na Rússia e no que hoje é a Polônia (no século XIX, o território polonês estava dividido entre a Prússia, a Rússia e o Império Austro-Húngaro) levaram a um esvaziamento do *shtetl* (aldeia judaica da Europa oriental), ou seja, a um esvaziamento da comunidade judaica tradicional, fazendo com que tais judeus se tornassem em grande medida proletários ou pequenos artesãos e alfaiates em grandes cidades do Império Russo, como Varsóvia, Kiev e Odessa.

Tais mudanças colocaram para os judeus o desafio de redefinir suas inserções e lealdades no seio das sociedades em que viviam. Se os muros de sua comunidade tradicional estavam caindo, o que fazer?

Diversas foram as respostas por eles construídas:

- Os judeus que sentiram a modernidade como uma libertação da tradição abraçaram as novas identidades nacionais na Alemanha, Áustria-Hungria, Inglaterra e França, como Durkheim, chegando muitos a se converter ao cristianismo, como o pai de Marx. Na Polônia e na Rússia, onde os judeus eram muito mais numerosos e a tensão com o Império Czarista era mais acentuada, muitos aderiram aos movimentos revolucionários, pregando a revolução socialista.

- Os judeus que sentiram a modernidade como uma ameaça rejeitaram-na em sua totalidade e buscaram fechar-se ainda mais em suas comunidades em crise. Passando a ser conhecidos como ortodoxos, tais judeus encerraram-se em suas casas de estudos, à espera do Messias.

- Houve também judeus que buscaram conciliar modernidade e tradição, articulando fé na esfera privada e cidadania na esfera pública. Tal foi o caminho de muitos judeus alemães e franceses.

- A emigração foi outra das respostas dos *ashkenazim* à modernidade europeia. Entre 1880 e 1920, cerca de quatro milhões de judeus russos e poloneses foram viver nas Américas, onde construíram novas identidades, como a do judeu americano, ou afastaram-se por completo da tradição religiosa e cultural de seus antepassados. Muitos judeus emigraram também para o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

- Por fim, houve judeus que redefiniram a identidade judaica, rejeitando sua natureza religiosa e afirmando sua dimensão nacional. Para esses, conhecidos como sionistas, cuja importância cresceu em razão do Caso Dreyfus, os judeus formavam uma nação, à moda europeia, e deveriam defender a criação de um Estado-Nação para os judeus na Palestina, o que se concretizou em 1948, com a criação do Estado de Israel.



O filme *Um violinista no telhado*, além de ótimo musical, retrata muito bem o poder dissolvente da modernidade sobre uma tradicional comunidade judaica da Europa oriental. O filme é de 1971, foi dirigido por Norman Jewison e está disponível em DVD.

Karl Marx e Émile Durkheim eram fruto dessa grande transformação da vida judaica europeia e, como tantos intelectuais judeus de então, buscaram compreender e interpretar o novo mundo que se lhes abria. Ao fazê-lo, no entanto, construíram respostas diferentes aos desafios a eles colocados.

Vamos, então, analisar um pouco a obra de cada um deles.

## Durkheim e sua obra

Você agora pode recapitular um pouco da última aula sobre a emergência do individualismo na modernidade. Com o exemplo de *Romeu e Julieta*, de Shakespeare, vimos que a nova concepção de indivíduo se articulava à ideia de liberdade e de livre-arbítrio. Era como se os laços com a tradição, com a moralidade tradicional, fosse ela religiosa, aristocrática ou camponesa, perdessem o seu poder de controle sobre as ações dos indivíduos. Nas sociedades modernas, é como se o indivíduo encontrasse dentro de si mesmo, dos seus próprios interesses e paixões, as motivações para a sua ação no mundo. O século XIX se abre com a Revolução Francesa e com a promessa de direitos iguais e de liberdade para todos.

### Utilitarismo

Surgido no século XVIII e desenvolvido ao longo do século XIX, por intermédio dos escritos de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, o utilitarismo pode ser definido como a doutrina que defende que a ação deve sempre produzir a maior quantidade de bem-estar coletivo.

O desenvolvimento da sociedade industrial pressupunha também a emergência de um mercado no qual os indivíduos circulassem livremente, quer para comprar mão-de-obra, quer para vender a sua própria mão-de-obra. As teses e teorias liberais, especialmente o **utilitarismo**, acreditavam que os indivíduos naturalmente participariam do mercado e que não seria necessária



nenhuma autoridade de “fora”, como o Estado, ou uma moralidade, como a religiosa, para regular as trocas e os contratos.

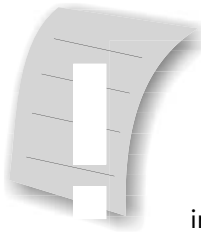
Tudo isso em tese parecia perfeito. Indivíduos livres, donos dos seus narizes, autônomos para participar livremente no mercado. Acreditava-se que a ordem social se auto-organizaria, pois os indivíduos seriam racionais e estariam em busca da felicidade. Não interessaria a tais indivíduos que a sociedade se transformasse num caos, numa bagunça em que homem fosse o lobo do próprio homem. Ao contrário, acreditava-se que os homens eram capazes de se auto-organizarem e que uma das formas dessa auto-organização eram os contratos. Sendo todos os indivíduos livres e iguais, tanto em termos políticos quanto econômicos – no sentido de que, ao contrário do que ocorria no Antigo Regime, estavam abolidos todos os laços de dependência e de trabalho compulsório –, tais indivíduos ajustariam, livremente entre si, contratualmente, portanto, os termos das suas relações.

Contudo, o que Durkheim observava, com seu olhar arguto de sociólogo, é que essas teses não eram tão bem-sucedidas assim. Os ideais do individualismo liberal, proclamados pela Revolução, encontravam-se muito distantes da realidade das sociedades européias do século XIX. Ainda assim, Durkheim sabia que a sociedade estava em franca transformação e que não adiantava retomar os valores do passado, do Antigo Regime, como queriam os conservadores, para os quais o individualismo representava uma patologia, uma doença que estaria contaminando toda a sociedade.

Em seu primeiro importante estudo, *A divisão do trabalho social* (1893), Durkheim criticava, ao mesmo tempo, os conservadores, que queriam uma volta aos valores do passado, e os liberais, que achavam que a sociedade podia abrir mão de qualquer tipo de autoridade moral. Para ele, a sociedade emergente não poderia abrir mão de uma moralização das relações sociais, mesmo que essa nova ordem moral contrastasse radicalmente com a antiga. Esse ponto é importante: para Durkheim, a moralidade era um sistema dependente das condições sociais, portanto dinâmica, sendo assim

um equívoco o desejo conservador de insistir em recuperar valores tradicionais. De fato, como aplicar, por exemplo, uma moralidade religiosa que fosse compartilhada automaticamente por todos, nas condições modernas, onde as diferenciações sociais, inclusive as de crença – como atestava a própria família de Durkheim –, eram muito profundas? Era necessário, pelo contrário, dotar o indivíduo e o mercado de uma nova ordem moral, que fosse com eles compatível. Para Durkheim, portanto, deveria haver um “elemento não-contratual no contrato”, cabendo à sociologia, justamente, investigar as fontes dessa autoridade moral moderna e quais os constrangimentos que ela imporia aos indivíduos, para que estes não se comportassem de forma egoísta e maximizadora de seus próprios interesses.

A sociologia de Durkheim, portanto, compreendia a inevitabilidade do individualismo como valor na modernidade, mas rejeitava o individualismo da perspectiva do homem egoísta, que queria ter vantagem em tudo. O individualismo que interessava a Durkheim era o individualismo moral, aquele que se orientava para a liberdade e a igualdade e que permitia ao indivíduo exercer a solidariedade social. Nas condições de seu tempo, pensava Durkheim, o mercado produzia uma dinâmica de relações que obrigava a cada indivíduo ter consciência de que a sua ação poderia afetar outros e prejudicar um consenso moral prévio. O que desafiava Durkheim era reconhecer, na estrutura social das sociedades industriais, nas quais se observava uma crescente divisão do trabalho social, os elementos que promovessem a coesão dos indivíduos ou a coesão social. Diante de tal desafio, ele propôs os conceitos de solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.



### **Solidariedade mecânica**

Por solidariedade mecânica, Durkheim compreendia os laços de coesão social típicos das sociedades tradicionais, em que os indivíduos se identificam por intermédio da família, da religião, da tradição, dos costumes. É uma sociedade que tem coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciam; reconhecem os mesmos valores, os mesmos sentimentos, os mesmos objetos sagrados, dado que se percebem como pertencentes a uma mesma coletividade.

### **Solidariedade orgânica**

Por solidariedade orgânica, Durkheim entendia os laços de coesão social das sociedades capitalistas. Nestas, há a divisão do trabalho social, os indivíduos tornam-se interdependentes, diferenciados, e o que garante a coesão não é a tradição, a religião, a família ou os costumes, mas a solidariedade engendrada pela própria divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho enseja a solidariedade orgânica porque, ao se tornar responsável pela produção de apenas uma pequena parcela dos bens e serviços de que precisa para viver, o indivíduo se sentirá cada vez mais dependente do que outros indivíduos produzem, criando uma grande rede de interdependência entre indivíduos que têm, todos, o mesmo objetivo: ter acesso aos bens e serviços de que necessitam para viver. A metáfora orgânica é evidente: um organismo possui vários órgãos independentes e com funções distintas – um produz sangue, outro processa alimentos, um terceiro elimina as impurezas, o mais importante de todos organiza todas essas funções etc. –, mas por cima de suas diferenças, todos são solidários no seu objetivo: manter o organismo vivo e, se possível, reproduzi-lo.



### Atende ao Objetivo 3

1. Faça uma descrição das atividades e dos costumes na sua cidade que traduza o que Durkheim chama, de um lado, “solidariedade mecânica” e, de outro, “solidariedade orgânica”.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

#### Comentário

Você provavelmente notará que muitas relações na sua cidade são baseadas no princípio da solidariedade mecânica. Assim, por exemplo, as relações familiares e as religiosas. No entanto, tais solidariedades não são capazes de estabelecer laços de coesão entre aqueles que delas fazem parte e aqueles que não. Por exemplo, a solidariedade mecânica que se estabelece entre pessoas que frequentam o mesmo culto não se estende a pessoas que não o frequentam. Nesse caso, em que uma maior diferenciação social ocorre, deveria ser acionado, para utilizar a terminologia de Durkheim, o princípio da solidariedade orgânica. Por exemplo, a solidariedade que pode ser percebida entre prestadores e consumidores de serviços. O estudo das sociedades mais complexas levou Durkheim às ideias de normalidade e patologia sociais, a partir das quais introduziu o conceito de anomia, ou seja, ausência ou desintegração das normas sociais. Como as sociedades mais complexas se baseiam na diferenciação, é preciso que as tarefas individuais correspondam aos desejos e aptidões de cada um. Isso nem sempre acontece, e a sociedade se vê ameaçada pela desintegração, pois os valores ficam enfraquecidos.

Se a solidariedade orgânica iria fornecer as bases morais de uma nova ordenação social, que superasse as limitações do individualismo liberal, Durkheim sabia também que ela não era uma realidade em seu tempo. Para ele, tal fato se explicava porque a passagem da solidariedade mecânica para a orgânica não seria automática, exigindo um aprendizado e instituições que promovessem a disciplina dos indivíduos. Por um lado, haveria resíduos da solidariedade mecânica na sociedade emergente, e, por outro, algumas condições sociais não satisfaziam o funcionamento de uma sociedade baseada na solidariedade orgânica. A solidariedade orgânica não se estruturaria plenamente, por exemplo, se persistissem elementos de uma consciência religiosa que fosse excludente dos não-crentes, assim como também não se realizaria se a justiça social e a igualdade de oportunidades não estivessem dadas, ou seja, enquanto essas condições não estivessem amadurecidas e os resíduos da solidariedade mecânica persistissem, a sociedade emergente padeceria do que Durkheim chamava de “patologias sociais”. A luta de classes era, para Durkheim, uma patologia social, a manifestação de uma anomia, em um contexto de transição da comunidade simples para a sociedade complexa, da solidariedade mecânica para a orgânica. Não se tratava, pois, apenas de punir o indivíduo com prisão, torturas etc., mas de discipliná-los, educá-los e normatizá-los para a vida do trabalho e para a vida social. É nesse contexto que as instituições penais de correção, os hospitais psiquiátricos, os internatos e as escolas técnicas surgem para disciplinar e assegurar a manutenção de uma moralidade individual e o bem-estar da sociedade.

Como você poderá ver no final desta aula, na listagem de livros de Durkheim, seu campo de interesses era vasto, indo desde questões relativas à divisão social do trabalho, que acabamos de discutir, até religião, passando por questões educacionais e metodológicas. Um estudo particularmente interessante de Durkheim, no entanto, é o que diz respeito ao suicídio. Os autores que estudaram o fenômeno do suicídio antes de Durkheim buscavam explicações individuais (mentais) ou não-sociais (fatores raciais) como causas do suicídio.

Durkheim, pelo contrário, buscou compreender o suicídio a partir de seus fundamentos sociais. Assim, ele descreveu três tipos de suicídio: o egoísta, em que o indivíduo se afasta dos seres humanos; o anômico, originário, por parte do suicida, da crença de que todo o mundo social, com seus valores, normas e regras, desmorona-se em torno de si; e o altruísta, por lealdade a uma causa.

A importância do trabalho de Durkheim é que, por meio do método sociológico, ele identifica no suicídio um fato social que precisa ser explicado por intermédio de outros fatos sociais. Durkheim pôde perceber, por exemplo, que as taxas de suicídio eram mais baixas em países católicos do que em países protestantes. Você pode agora facilmente concluir que, em sociedades nas quais o individualismo é mais desenvolvido (países protestantes), a taxa de suicídio provavelmente será maior, ao passo que em sociedades nas quais prevalece o catolicismo, a taxa de suicídio provavelmente será menor e a solidariedade, maior. Pense nos países nórdicos, na Suécia, por exemplo. Sempre ouvimos dizer que as taxas de suicídio nesses países são altas. Parece um paradoxo. São países com baixa taxa de desigualdade, com maior igualdade de oportunidades, com alto índice de desenvolvimento humano, com liberdade, direitos plenamente resguardados, de modo geral protestantes, e, no entanto, as pessoas cometem suicídio com significativa frequência. Esse é um fenômeno que não pode ser somente estudado da perspectiva da medicina ou da psicologia. É um fato social que merece a atenção da sociologia, como já chamava a atenção Durkheim.

E no Brasil, o que você sabe sobre o fenômeno do suicídio? Qual é a incidência desse fenômeno na sua cidade?



## Atende ao Objetivo 2

2. Identifique na sua cidade (na instituição que reúna os óbitos, como a Santa Casa ou o cartório de registro civil) as mortes por suicídio atestadas no último ano. Faça uma tabela que expresse se o suicídio é maior entre homens ou mulheres, as faixas etárias mais frequentes, o estado civil e outras variáveis que você achar interessantes. Um pouco mórbido, não? Mas esse é um procedimento tipicamente sociológico.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

A sua tabela pode ter resultados muito diferentes das tabelas construídas em outras cidades. O que importa é que, ao realizá-la, ao perceber que os suicídios podem ser agrupados em categorias, você perceberá que o suicídio é um fato social, um fenômeno social e não apenas individual.



Sugere-se a leitura de um livro de Durkheim, *O suicídio*, que deve ser feita junto à atividade proposta.

## **Durkheim: a sociologia como disciplina acadêmica**

Se você compreendeu as três primeiras aulas deste curso, não lhe escapará a sensação de que o século XIX, que nasce com a Revolução Francesa, sob influência do Iluminismo, e termina com o Caso Dreyfus, já na Terceira República na França, como um caso de antissemitismo que coloca abaixo os valores da própria Revolução – igualdade, liberdade e fraternidade –, é realmente um século que desafia todos os seus intelectuais e pensadores a tomarem posições políticas, a se envolverem com o seu tempo e a buscarem soluções para os problemas que eles observam em suas sociedades. O caso de Durkheim é muito interessante, pois ele parece manifestar alguma ambiguidade sobre seu papel na sociedade.

Por exemplo, em *As regras do método sociológico*, Durkheim afirma que a sociologia deveria voltar-se para um público restrito. Afastando-se das demandas da sociedade, ela se implantaria como uma ciência a serviço da empresa acadêmica. Por outro lado, como atestam seus biógrafos, Durkheim tinha opiniões políticas que conservou para o resto da vida. Era simpático ao republicanismo e às reformas sociais, embora nunca tenha participado mais efetivamente da dinâmica política na França. A preocupação com o tema da moral é uma demonstração clara de seu interesse pela sociedade francesa e as possibilidades da sua coesão social.

Agora que você já viu um pouco sobre as preocupações sociológicas de Durkheim, sua preocupação com a questão da coesão social e da necessidade de profissionalização da sociologia, conhecerá um pouco mais sobre a obra de Karl Marx, que partia de pressupostos diferentes. Para Marx, o princípio organizador da sociedade não era a coesão, mas o conflito, assim como o conhecimento só fazia sentido se articulado à ação política. Afirmava ele que os filósofos já interpretaram o mundo e que cabe agora transformá-lo.



## Marx e sua obra

Certamente você já ouviu muito falar de Marx, marxismo, comunismo, ditadura do proletariado, União Soviética, leninismo, stalinismo, totalitarismo... Muitas vezes, tais termos são utilizados quase como sinônimos. Marx, no entanto, não pode ser acusado do que outros fizeram posteriormente em seu nome, assim como Jesus Cristo não pode ser acusado pelo que a Igreja Católica fez, também em seu nome, durante a Inquisição. Na verdade, por ter sempre associado o conhecimento por ele produzido à ação política, à necessidade de transformar o mundo, o pensamento de Marx se prestou a variadas apropriações por diferentes líderes e partidos políticos, alguns dos quais realizaram políticas que o teriam deixado de cabelos – e barba – em pé.

Marx dedicou sua obra a compreender o funcionamento do que chamava de modo de produção capitalista, a partir de uma concepção materialista da História. Rejeitando o que entendia ser o socialismo utópico, preocupado em formular engenharias de reforma social completamente desvinculadas da realidade, como os **falanstérios**, Marx, ao lado de seu inseparável companheiro Frederick Engels, propunha-se a compreender cientificamente o capitalismo, de modo a poder transformá-lo de modo revolucionário.

A obra de Marx foi escrita ao longo da segunda metade do século XIX e girava em torno de alguns conceitos fundamentais, dentre os quais podem ser destacados o já citado materialismo histórico, o modo de produção, o modo de produção capitalista e a luta de classes. Como o objetivo dessa aula não é um estudo aprofundado do marxismo, mas o de ressaltar que o pensamento sociológico produziu duas formas de compreender as grandes transformações em curso na Europa do século XIX, uma que enfatizava o princípio da coesão social e outra que enfatizava o princípio do conflito social, apenas esses conceitos marxistas serão aprofundados.

### **Falanstérios**

Fazendas coletivas propostas pelo socialista utópico francês Charles Fourier (1772-1837), onde cada indivíduo desempenharia suas tarefas em prol da comunidade e, em troca, receberia o necessário para suas necessidades.

## O conceito de materialismo histórico

No livro *A ideologia alemã*, escrito em colaboração com Engels, Marx afirmava que o que determina a História são as condições materiais de sua reprodução, e não a consciência. Portanto, para o materialismo histórico, são as condições materiais, o trabalho humano de transformação da Natureza, que estão na base da construção do mundo, e não as ideias. Estas, pelo contrário, são construídas a partir dessas bases materiais. Portanto, para compreender o mundo, é preciso compreender como os homens produzem suas condições de existência, ou seja, o modo de produção.

## O conceito de modo de produção

Os homens podem extrair sua sobrevivência da Natureza de várias formas, estabelecendo entre si diversas relações de produção e utilizando, também, vários instrumentos, desde os mais rudimentares, como o tacape, aos mais sofisticados, como as máquinas. Em seu prefácio a *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, Marx assim definia o conceito de modo de produção:

na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa

certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social.

[http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio\\_crit\\_eco\\_pol.htm](http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio_crit_eco_pol.htm))



Um ótimo *site* da internet para você ter acesso a vários textos de Marx e de vários autores marxistas é: <http://www.marxists.org/portugues/>

O capitalismo, objeto de estudo de Marx, surge, então, como um modo de produção historicamente construído, com determinadas relações de produção correspondendo a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas.

Quais seriam, então, as características de tal modo de produção?

## O conceito de modo de produção capitalista

O capitalismo surge, na teoria marxista, como um modo de produção específico, distinto de outros modos de produção anteriormente existentes, por distintas serem suas relações de produção e sua base técnica, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas. É o modo de produção da Europa do século XIX, época em que viveu o próprio Marx, marcado pelo surgimento da grande indústria, sua base técnica, e pela emergência de duas classes sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado.

A grande indústria, a máquina, a maquinofatura (a fabricação com máquinas), é a base técnica do capitalismo. Na era da máquina, o trabalhador não possui mais controle sobre seu processo de trabalho, tampouco sobre os instrumentos para realizá-lo, como nos tempos da manufatura artesanal. A fábrica, as máquinas, a decisão de como, quando e em que quantidade produzir são, todas, propriedades e atribuições do capitalista.

E o capitalista produz não para consumo próprio, mas para vender, na forma de mercadoria, o que foi produzido. Portanto, todas as decisões a ele atribuídas têm por base um cálculo do valor de troca de sua produção, com vistas ao lucro. Por exemplo, o proprietário de uma fábrica de roupas não as produz em razão do valor de uso que elas possam ter, como agasalhar as pessoas no inverno, mas em razão do quanto ele vai obter de lucro ao vendê-las para uma loja. Se, por alguma razão, ele achar que esse lucro não vai ser compensador, ele pode diminuir a produção de sua fábrica, ou diversificá-la ou, no limite, mudar as mercadorias que produz.



---

## Atende ao Objetivo 2

3. Tente identificar, na sua cidade, situações como a descrita anteriormente. Se você mora na zona rural, não é improvável que conheça produtores de leite que, de tempos em tempos, jogam fora a sua produção. Se mora em uma cidade, certamente você conhece casos de pequenos ou grandes empresários que, diante da queda de preço dos seus produtos no mercado, reduzem a produção, demitem funcionários ou buscam novas alternativas. Converse com tais produtores, identifique a motivação de tais atitudes e escreva uma reflexão a respeito.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

É provável que, após as conversas, você identifique, como a razão principal de tais atitudes, o fato de que esses produtores estão voltados à produção de mercadorias que precisam ser vendidas com lucro no mercado. Portanto, eles devem ter jogado a mercadoria fora por acharem que o preço do litro do leite, ou de qualquer que seja a sua mercadoria, está muito baixo. Em outras palavras, o objetivo do produtor de leite – ou de qualquer mercadoria – não é produzir um alimento para crianças, mas vender, com lucro, uma mercadoria chamada leite. Se a mercadoria não está dando lucro, ele pode até destruí-la, buscando com isso elevar seu preço. É esse o sentido das ideias de valor de uso e valor de troca. A mercadoria, seja ela qual for, deve ser sempre pensada em termos de seu valor de troca no mercado.

---

Em tal situação, resta apenas ao trabalhador vender sua força de trabalho para o capitalista, em troca de um salário. A relação salarial diferencia decisivamente o modo de produção capitalista de outros modos de produção. Ao contrário do que ocorria nos modos de produção escravista e feudal, no capitalismo o trabalhador é formalmente livre, pode ou não vender sua força de trabalho, assim como escolher o empregador que quiser. Portanto, as relações entre patrões e empregados são contratuais, e não compulsórias.

No entanto, a relação salarial embute uma apropriação, por parte do empregador, do valor agregado pelo trabalhador ao que ele produziu. Marx chama tal apropriação de mais-valia. O conceito de mais-valia é muito importante na teoria marxista, então vamos olhá-lo com mais cuidado. A força de trabalho é uma mercadoria,

a única mercadoria de que o trabalhador é proprietário. Mas a força de trabalho é uma mercadoria diferente de todas as outras: ela é a única capaz de agregar valor. Dito de outro modo, ao vender sua força de trabalho para o capitalista, o trabalhador agregará valor ao que o capitalista estará produzindo. No entanto, quando receber seu salário, esse valor que ele agregou não será remunerado pelo salário, mas apropriado pelo capitalista. Em suma, o trabalho humano gera valor e, no caso do capitalista, esse valor é apropriado pelo capitalista, em detrimento do trabalhador. Daí a origem da luta de classes.

## **O conceito de luta de classes**

A ideia de luta de classes é central para a análise marxista do capitalismo. Em tal modo de produção, duas classes, a capitalista e a trabalhadora, ou proletária, possuem interesses contrários e irreconciliáveis, não cabendo qualquer tipo de consenso entre elas. Uma é a proprietária das fábricas, das máquinas, de todos os meios de produção, enfim, enquanto à outra só resta vender sua força de trabalho em troca de um salário. Mais do que isso, nessa relação está embutida uma exploração: a apropriação, pelo capitalista, do valor que a força de trabalho agregou ao seu produto. Em suma, o trabalhador, além de nada possuir de seu, apenas seu braço, ainda é explorado. Daí ser o conflito entre patrões e empregados, a luta de classes, inevitável, inseparável mesmo do capitalismo. Ao desenvolver a consciência da sua exploração, os trabalhadores unem-se para, coletivamente, combater seus exploradores, seja por meio da organização sindical, seja por meio da luta política, com vistas à construção de um novo modo de produção do qual a exploração esteja ausente.

Finalmente, Marx percebia a sua análise do capitalismo como dotada de um método científico, dialético, que buscava compreender as contradições do capitalismo, e não como mais uma interpretação, dentre tantas possíveis, portanto subjetiva, com vistas a edulcorar

tais contradições ou propor soluções românticas ou utópicas para as mesmas. Pelo contrário, seu diagnóstico, científico, devia pautar a ação política consequente da classe trabalhadora, com vistas à derrubada do capitalismo.

## **Marx, Durkheim e a questão judaica**

Você já deve estar ansioso para perguntar, mais uma vez: Qual a relação, enfim, entre Durkheim e Marx e o judaísmo? Do ponto de vista sociológico, é possível perceber algum padrão nas abordagens sociais de ambos, tão diferentes entre si, e a questão judaica na Europa do século XIX?

É claro que não podemos arriscar aqui uma explicação causal, cuja sentença seria: uma vez judeu, necessariamente sociólogo. Se assim fosse, todo sociólogo seria judeu e todo judeu, sociólogo. Entretanto, se buscarmos alguma compreensão histórica e sociológica da trajetória dos judeus na Europa, especialmente no século XIX, veremos que muitos dentre eles que se tornaram intelectuais tiveram a preocupação, ora no plano teórico, ora no plano político, de propor a possibilidade de uma sociedade igualitária, com oportunidades iguais para todos. Eles próprios recém-admitidos ao mundo da igualdade moderna, estavam particularmente preocupados em contribuir para a construção de uma sociedade cuja solidariedade não tivesse como base apenas uma cultura ou uma religião, ou que não estivesse dividida em novas e modernas formas de hierarquização social, como as classes sociais. Durkheim e Marx fizeram, assim, parte de uma tradição de judeus europeus, que se estendeu até a ascensão do nazismo, na Alemanha da década de 1930, que desejava o homem não como burguês ou proletário, como cristão ou judeu, mas o homem como homem, em toda a sua plenitude universal e humana.

## CONCLUSÃO

Durkheim e Marx são considerados, frequentemente, como fundadores de duas formas distintas de se pensar a sociedade originária da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. De um lado, a sociologia de Durkheim buscava pensar os laços de coesão modernos que, em substituição aos laços tradicionais, evitariam a anomia social e manteriam a coesão de uma sociedade de homens que não mais necessariamente acreditavam no mesmo deus, se é que acreditavam em algum, não tinham mais relações de parentesco ou vizinhança, não mais se conheciam pessoalmente e podiam, mesmo, possuir preferências políticas diferentes. De outro, Marx entendia a sociedade e a economia europeia do século XIX como arena de conflito, fundamentalmente o conflito entre capitalistas e trabalhadores, em razão de sua interpretação do modo de produção capitalista e do materialismo histórico. Ao contrário de Durkheim, que percebia no conflito uma patologia, a incompletude da solidariedade orgânica, para Marx o conflito era a norma de um modo de produção que opunha uma classe a outra, levando necessariamente à transformação da sociedade. Coesão social e conflito social, dois conceitos que, em última análise, estão na base da sociologia produzida no século XX, muito embora a maioria dos sociólogos hoje já não se filie diretamente a um ou a outro autor como sendo sua matriz teórica.



## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 4

Olhe, mais uma vez, para sua cidade. Tente identificar algumas relações que nela se estabelecem. Relações de trabalho, de grupos de interesse, de vizinhança, de gênero etc. Elabore um texto no qual você defina a sua forma de compreensão de tais relações, ou seja, se elas se inscrevem em uma visão de sociedade que enfatiza a coesão, e que tipo de coesão, ou o conflito.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Ao elaborar o texto, você poderá entender melhor a sua própria forma de compreender a sociedade. Caso você perceba que os elementos de coesão e solidariedade social estão na base de sua compreensão, poderá ter uma visão próxima à de Durkheim.

Caso a sua visão enfatize o conflito, poderá ter uma visão afim à de Marx.

Seja qual for a sua visão, você estará dando um passo importante para a construção do seu olhar sociológico.

---

## RESUMO

Há uma distinção entre duas visões básicas, a de Durkheim e a de Marx, de se perceber a dinâmica social.

Durkheim, ao pensar a sociedade francesa que emergia da Revolução Francesa, estava preocupado em estabelecer modernos elementos de coesão social, diante da fragilização dos elementos tradicionais, como a religião e a família. Assim, propunha as ideias de solidariedade mecânica para sociedades tradicionais, de baixa diferenciação social, e de solidariedade orgânica para sociedades altamente diferenciadas e com profunda divisão social do trabalho.

Marx, por seu lado, propunha que o conceito básico para a compreensão da sociedade que emergia da Revolução Industrial era o de modo de produção capitalista. Tal conceito, dentro da perspectiva do materialismo histórico, encerrava o princípio de que uma formação social capitalista, como a europeia do século XIX, é essencialmente conflituosa, dado que seus dois componentes básicos, as classes trabalhadora e burguesa, possuem identidades e interesses irreconciliáveis.

As visões de coesão e conflito, de Durkheim e Marx, estão na base do pensamento sociológico construído ao longo do século XX.

## Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai conhecer Max Weber, que, ao lado de Marx e Durkheim, é considerado um dos pilares do pensamento sociológico. Vamos aprender alguns conceitos básicos de Weber, como o de formas de dominação e desencantamento do mundo.

# Aula 5

Max Weber e o  
desencantamento  
do mundo

## Meta da aula

Apresentar a importância da obra de Max Weber para a consolidação da sociologia clássica.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. articular os conceitos de modernização, secularização, tipo ideal, desencantamento do mundo, religiosidade e capitalismo;
2. identificar, na sociologia de Weber, o sentido que os indivíduos atribuem às suas ações, através do que ele define como “tipos ideais de ação social” e “tipos ideais de dominação”.

## Pré-requisitos

Para que você compreenda melhor esta aula, é importante que você relembre as aulas anteriores, especialmente os temas da tradição e da modernidade, tratados na Aula 3.

## INTRODUÇÃO

Você conhecerá, nesta aula, mais um pensador que contribuiu para consolidar a Sociologia como disciplina científica:

**Max Weber.**



Depois de conhecer Durkheim e Marx, e agora diante de Weber, você deve estar se perguntando, com razão: Afinal, o estudo da Sociologia é o estudo de pensadores, os sociólogos, ou de problemas da sociedade? A resposta é: de ambos.

A Sociologia é muito diferente, por exemplo, da Medicina. Poucas são as pessoas que, sem ter conhecimento específico sobre o corpo humano, adquirido em escolas de Medicina, sentem-se capacitadas a diagnosticar e tratar doenças. No entanto, com a sociedade, objeto da Sociologia, acontece algo diverso. Como vivemos todos em sociedade, achamos que conhecemos muito bem nossos problemas e que sabemos, melhor ainda, como resolvê-los.

Você já sabe, graças à primeira aula, quando conheceu a distinção entre senso comum e conhecimento sociológico, que não é bem assim. Com isso não se quer desqualificar o senso comum. A maioria esmagadora das pessoas de qualquer país não é formada por sociólogos, o que não a impede de construir uma compreensão sobre o mundo e formular estratégias para enfrentar seus desafios.

### **Max Weber**

Como Marx, Weber nasceu na Alemanha, na cidade de Erfurt, em 1864, de uma família de classe média, Sua carreira universitária – professor das Universidades de Berlim, Freiburg e Heidelberg – foi interrompida por episódios de depressão, o que não o impediu de construir uma das mais importantes obras sociológicas do período e de constituir, ao lado de Marx e Durkheim, o trio considerado como fundador do pensamento sociológico.

É o que você próprio tem feito até hoje. No entanto, como você sabe, o senso comum é muitas vezes enganador. Quando muito, pode fornecer elementos para estratégias individuais. A Sociologia – a partir de suas teorias, seus métodos e suas pesquisas está, seguramente, muito mais capacitada a fornecer uma compreensão mais ampla da sociedade do que a experiência pessoal – sempre parcial, subjetiva e limitada.

E é aí que entram os sociólogos. Se o objeto da Sociologia é a sociedade, e se o estudo dessa sociedade é feito a partir de teorias, metodologias e pesquisas construídas e realizadas pelos sociólogos, conhecer a obra de cada um deles, ou ao menos dos principais, é fundamental. Marx, Durkheim e Weber foram quase contemporâneos e estavam preocupados em compreender a passagem de um mundo tradicional para o mundo moderno; mas, ao fazê-lo, construíram formas diferentes, e hoje consideradas clássicas, de compreender tal passagem.

Em Marx, como você deve se lembrar, as tensões entre tradição e modernidade se estruturavam especialmente pelos fatores econômicos, sempre determinantes, conforme as relações entre infraestrutura (economia) e superestrutura (política, moral, religião), de tal modo que a sua concepção de História era, em muitos aspectos, considerada totalizadora. A partir de então, pôde mesmo se estruturar uma filosofia materialista da História, em que o sentido desta era dado pelo desdobramento dos modos de produção. Já em Durkheim, a tensão entre tradição e modernidade não se explicitava como um problema histórico, ou no sentido da História, como em Marx. Mais decisivo, para ele, seria adotar um método científico que permitisse identificar o que é **fato social** e interpretar o comportamento moral em um mundo onde os valores da tradição não mais garantiam a solidariedade moral entre indivíduos cada vez mais diferenciados. Ambos os autores sentiam-se desafiados tanto pelas ideias iluministas e pela Revolução Francesa quanto pelo desenvolvimento do capitalismo e as transformações sociais que este promovia na modernidade. Marx e Durkheim eram, portanto,

### **Fato social**

Regras jurídicas, morais, religiosas, costumes que, dotados de existência própria, externa ao indivíduo, são capazes de condicionar, e mesmo determinar, as ações deste.

sociólogos imersos em seu tempo, e as Sociologias que produziram expressavam, claramente, essa imersão.

A Sociologia de Weber, assim como as de Marx e Durkheim, buscava compreender as grandes transformações de seu tempo. Seu próprio país, a Alemanha **recém-unificada**, industrializava-se, grandes fábricas eram construídas e movimentos operários eram organizados, a organização racional do trabalho avançava, o Estado se burocratizava e a religião, crescentemente, deixava de fornecer o sentido do mundo. Mas Weber tinha horizontes mais amplos do que os das fronteiras alemãs, tendo viajado por diversos países, inclusive os Estados Unidos, onde encontrou também uma sociedade em acelerado processo de transformação.

Contudo, ao contrário de Durkheim e, principalmente, de Marx, Weber recusava a compreensão dos fenômenos sociais por meio de grandes sistemas explicativos. Por outro lado, pode-se dizer também que, se para Marx a chave para a compreensão da sociedade era a ideia de conflito, para Durkheim era a de coesão, Weber estava muito mais aberto à incerteza e à indeterminação dos processos sociais.

No que consistia, então, a Sociologia weberiana?

### **Unificação alemã**

A Alemanha, entendida como um Estado-Nação, surgiu em 1871, ao fim da Guerra Franco-Prussiana, com a formação do Segundo Reich (daí o período nazista ser conhecido como Terceiro Reich). Até então, o que hoje é o território alemão estava dividido em várias autoridades políticas diferentes, como pequenos reinos, ducados e cidades livres. A unificação de tais autoridades foi liderada pela Prússia de Otto von Bismarck, o Chanceler de Ferro.

### **Primeiro, Segundo e Terceiro Reiches**

O Império alemão (*Deutsch Reich*) consistia na região da atual Alemanha, que só se consolidou como Estado-Nação em janeiro de 1871 (fim da unificação alemã). O chamado Segundo Reich durou até a abdicação do *Kaiser* Guilherme II em novembro de 1918, após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial e o advento da República de Weimar. Por essa lógica, considera-se o Sacro Império Romano-Germânico (843-1806) como o primeiro Império alemão (Primeiro Reich). A expressão Segundo Reich refere-se ao Estado-Nação que nasceu com a unificação alemã e o Terceiro Reich, aquele que se iniciou com a ascensão do regime nacional-socialista de Hitler, que durou de 1933 a 1945.

## A Sociologia weberiana

A Sociologia de Weber parte de uma visão de ciência e de um grande problema sociológico, a partir do qual ele vai realizar sua ampla reflexão sobre várias dimensões da sociedade. Por um lado, Weber entendia a realidade como algo fragmentado e infinito, não havendo uma lógica ou um sentido inerente aos acontecimentos históricos e sociais, e a ciência sociológica deveria lidar com tal fato. Por outro lado, a preocupação básica de Weber era compreender a singularidade do Ocidente, ou, dito de outra forma, compreender a modernidade com suas dimensões de racionalização, secularização e desencantamento do mundo, mas também em sua complexidade e indeterminação. Por isso, sua obra se caracteriza pela pluralidade de temas: religião, direito, economia, metodologia histórica e comparativa.

Você pode, mais uma vez, se perguntar, e com razão: Se, para Weber, a realidade é algo tão fragmentado, aberto e mesmo indeterminado, seria possível compreendê-la cientificamente? Para Weber, sim, mas não da mesma forma que para Marx ou Durkheim.

Em Weber, a Sociologia surge como uma ciência da realidade, do que é e do que existe, voltada para a compreensão do significado dos fenômenos sociais contemporâneos e para o entendimento da origem histórica destes. Portanto, para Weber, a Sociologia tinha o estatuto de ciência, voltando-se, como qualquer ciência, para a compreensão do seu objeto. Nisso ele estava de acordo com Marx e Durkheim. No entanto, ao contrário destes, e, sobretudo, de Marx, Weber recusava a possibilidade de um conhecimento absoluto, totalizante, da realidade social. Para ele, não seria possível ao sujeito do conhecimento ter o controle ou tentar conhecer a totalidade dos fenômenos sociais, ou a totalidade da história humana, por meio de um sistema único ou de uma teoria social geral. Para Weber, o mundo social surgia como complexo e fragmentário demais para ser engolfado por uma explicação única, geral e universal. Pelo contrário:



o conhecimento da realidade social seria sempre uma escolha de temas e enfoques realizada pelos sujeitos do conhecimento, frente a um universo vastíssimo de fenômenos. Assim, para Weber, é o sociólogo que escolhe seus problemas, e não a realidade social que lhe impõe o que estudar.

Vamos dar um exemplo. Você pode querer conhecer algum aspecto da realidade social, como a religiosidade, e decidir, com base em seus próprios valores culturais, privilegiar um recorte ou aspecto particular da religiosidade, como estudar o protestantismo como um fenômeno social. Nessas suas escolhas, não há neutralidade. Você poderia optar por estudar a violência, a sexualidade ou questões urbanas ou, ainda, para ficar no campo da religiosidade, a Igreja Católica, o budismo ou o judaísmo como fenômenos sociais. Mas não. Você escolheu estudar a religiosidade protestante porque tem interesse nesse assunto. Nesse sentido, você estará fazendo uma escolha fortemente carregada pela sua subjetividade, em um universo vastíssimo de fenômenos possíveis de serem estudados sociologicamente.

Você pode, ainda uma vez, se perguntar: Se o sociólogo só pode conhecer a realidade parcialmente, e se a escolha do que ele pode conhecer se dá por meio dos seus valores, o conhecimento por ele produzido pode ser considerado científico?

Para Weber, sim. Se assim não fosse, não haveria distinção entre pensamento sociológico e senso comum, não é? Para ele, se a escolha dos temas e o enfoque a ser aplicado resultavam da subjetividade do sujeito do conhecimento, o estudo em si do objeto deveria ser conduzido de forma neutra, garantindo a cientificidade do conhecimento produzido. O sociólogo, na visão de Weber, deveria sempre curvar-se aos resultados de suas pesquisas, mesmo se eles contradissem o seu enfoque inicial.

Este ponto é importante: para Weber, o sociólogo deve, sempre, saber diferenciar seus valores, móvel inicial de sua pesquisa, de suas análises científicas. Juízo de valor é uma coisa, trabalho de pesquisa é outra. Embora, para Weber, o sociólogo

se baseie em valores para selecionar seus objetos e ângulos de investigação, ele não deve fazer julgamentos de valor (não pode dizer como os atores sociais devem agir, se estão certos ou errados), mas fazer apenas juízos de fato (descrever as ações sociais de maneira imparcial, ou seja, descrevendo o que os atores podem e querem fazer). O sociólogo deve se restringir a buscar conclusões científicas sobre a realidade tal como esta é empiricamente, não sobre como ela supostamente deveria ser. Em decorrência, Weber sempre advertiu para se separar as análises sociológicas dos engajamentos políticos, muito embora ele próprio, como cidadão, fosse politicamente engajado no campo democrático. O político é um moralista. O sociólogo, não. O sociólogo fala “daquilo que é”, o político, “daquilo que deveria ser”.

Agora que você já viu um pouco a respeito do que Weber entendia como ciência, vai conhecer um pouco mais das questões sociológicas por ele trabalhadas. A grande questão de Weber, como você já sabe, era a especificidade do Ocidente, ou seja, a modernidade. Mas o que caracterizaria, para Weber, a modernidade? Para Marx, a modernidade se confundiria com o próprio modo de produção capitalista. Para Durkheim, pela passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, como você viu na aula passada. Para Weber, ela se expressaria por múltiplos fenômenos, muitas vezes contraditórios e não necessariamente paralelos, mas que teriam resultado na secularização e na racionalização.

## **A especificidade do Ocidente: racionalização e secularização como características centrais da modernidade**

Para Weber, a racionalização se manifestaria de várias formas: no cálculo racional para a obtenção de um dado objetivo, como a acumulação capitalista, na burocratização dos procedimentos estatais, na utilização do conhecimento científico

para a compreensão do mundo natural... Em suma, ela faria parte do grande processo histórico de secularização característico do Ocidente, ou seja, de diferenciação entre esferas – a economia, a política, o direito, a moralidade, a estética etc. – antes unificadas e reguladas pela religião. No momento em que, por exemplo, a política se emancipa da religião, em que o poder deixa de ser legitimado por Deus, é preciso encontrar uma outra forma de legitimação que não recorra ao mundo metafísico e que, portanto, seja mais racional para se realizar. Esse ponto vai ser retomado adiante.

O importante a salientar aqui é que os processos de racionalização e secularização, por meio dos quais o mundo deixa de ser regulado pelo divino, seriam característicos, para Weber, do Ocidente moderno. No mundo islâmico, por exemplo, eles não teriam ocorrido, ao menos na época de Weber, lá na virada do século XIX para o XX. Ainda hoje, se você olhar para alguns países islâmicos, como o Irã e a Arábia Saudita, verá que a política não se separou da religião, que a moralidade sexual ainda é fortemente regulada pelos preceitos religiosos ou que os códigos jurídicos são aqueles dados pela *Sharia*, a lei religiosa islâmica. Outros, pelo contrário, como o Egito, foram mais influenciados pela modernidade ocidental ao longo do século XX, existindo uma maior diferenciação das esferas.

Isso não quer dizer, claro, que a religião tenha desaparecido no Ocidente. Você mesmo pode ter uma religião, e é muito provável que seus pais ou avós sejam, ou tenham sido, muito religiosos. Mas a secularização, ao emancipar a economia, a política, o direito, a moralidade etc. dos princípios religiosos, permitiu o avanço da racionalização nessas áreas, jogando a dimensão religiosa para a esfera privada, referida à crença de cada pessoa em particular. Você vai compreender melhor essa discussão ao realizar a Atividade 1.



## Atende ao Objetivo 1

1. Você tem alguma religião? Digamos que sim. Digamos que você seja católico. Você deve ter amigos que não são católicos. Espíritas, ateus, protestantes, judeus. Converse com cada um deles a respeito da moralidade sexual presente em suas tradições religiosas, depois as compare e busque identificar suas semelhanças e diferenças. Uma vez feito isso, converse com um conhecido seu que seja advogado e pergunte a ele se a moralidade sexual presente em tais tradições religiosas está presente no ordenamento jurídico brasileiro. Escreva um ensaio a partir de suas observações sobre a moralidade sexual, no qual as duas perspectivas, a religiosa e a secular (ou jurídica), possam ser contrastadas à luz do que você aprendeu com Weber.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Você perceberá que, dependendo da confissão religiosa, ou da ausência desta, a moralidade sexual varia. Em algumas tradições religiosas, o sexo está associado ao casamento e à procriação, outras admitem com mais liberalidade os aspectos do amor e do prazer, algumas vedam absolutamente a homossexualidade, ao passo que outras a aceitam. Sejam quais forem os aspectos morais que cada confissão religiosa atribui ao ato sexual, nenhum deles está presente no ordenamento jurídico brasileiro. Se os envolvidos no ato sexual, tenha ele a dinâmica que tiver, forem maiores de 18 anos e consentirem no que estiver acontecendo entre eles, não há lei que proíba tal ato. No século XIX não era assim. Não havia sequer

separação entre Igreja Católica e Estado, e mesmo o registro civil era realizado pela Igreja. Isso quer dizer que o direito brasileiro aprofundou sua separação da tutela da religião. Esse é um dado do processo de secularização. Em outros campos, no entanto, a religião continua influenciando o direito brasileiro. Por exemplo, nas questões relativas ao aborto, as concepções de vida e morte presente nas religiões continuam informando o debate público, e a interrupção da gravidez continua sendo considerada crime.

---

É importante ter clareza de que, para Weber, seguindo sua concepção de ciência, a secularização era um fato verificável no Ocidente de seu tempo, e não uma “lei histórica” do Ocidente. Em outras palavras, quando realizou seus estudos sociológicos, Weber constatou que o Ocidente havia se secularizado, mas que tal secularização não era algo imutável ou irreversível. Se assim fosse, Weber estaria construindo uma teoria geral do desenvolvimento histórico do Ocidente, um grande sistema explicativo, que entenderia a História ocidental como um caminhar inexorável para a laicidade, o que ele, como você já viu, rejeitava.

Se Weber se preocupava com as questões relativas à secularização do Ocidente, a Sociologia da religião acabou por constituir um dos seus campos de investigação mais importantes. Na verdade, toda a Sociologia da religião escrita no século XX tem como referência, positiva ou negativa, para servir como fonte de inspiração ou crítica, a obra de Weber. E, dentro da Sociologia weberiana da religião, um dos conceitos centrais é o de “desencantamento do mundo”.

## O desencantamento do mundo

Você já deve ter escutado a expressão “desencantamento do mundo”, que sugere a ideia de um mundo sem graça, de um mundo depressivo, sem vida, muito embora a expressão, em si, seja muito bonita. Essa expressão foi criada por Weber, inspirado em Schiller, um filósofo alemão, para pensar o mundo moderno e as transformações nele em curso.

No campo da Sociologia da religião e da teoria sociológica como um todo, Weber fez uma distinção entre secularização e “desencantamento do mundo”. Enquanto o processo de secularização se referia a uma retirada da religião das esferas do poder, da economia, da estética, da moralidade etc., ou seja, à “morte de Deus” na regulação da vida econômica, política, moral e social, o fenômeno do “desencantamento do mundo” referia-se a um fenômeno interno ao campo da própria religião. Em outras palavras, para Weber, o “desencantamento do mundo” dizia respeito não à “morte de Deus”, mas ao fenômeno religioso inaugurado pelo judaísmo e aprofundado pelo puritanismo.

### **Ascetismo**

Filosofia de vida em que os prazeres são refreados. Em seu lugar, devem prevalecer a austeridade e a parcimônia como sinais de elevação espiritual. O asceta, em busca da purificação de sua alma, sacrifica seu próprio corpo. O trabalho árduo, o jejum, a abstinência sexual são, todos, expressões de modos de vida ascéticos.

### **Predestinação**

Segundo o calvinismo, a predestinação refere-se ao fato de que a salvação de cada indivíduo tem pouca relação com suas virtudes ou defeitos, mas resulta da graça de Deus. É ele, Deus, e somente ele, que decide quem está entre os salvos (os eleitos). O homem nada pode diante de Deus e deve, portanto, seguir um roteiro a ele previamente definido.

Para Weber, o “desencantamento do mundo” coincidia com o nascimento e a edificação das religiões monoteístas. Nesse sentido, o judaísmo foi a primeira religião “desencantada”. Ao cultuar um deus único, que sequer imagem tinha, repleta de regras éticas de conduta, baseadas na máxima de um “dever ser” que se opunha às crenças e superstições, aos ritos mágicos ou às magias religiosas, às imagens e politeísmos de seu tempo, o judaísmo propunha, com seus dez mandamentos e 613 obrigações, uma rotinização de condutas conscientes. Ao judaísmo, Weber acrescenta o puritanismo como uma religião desencantada.

O judaísmo e o puritanismo representavam, para Weber, formas de racionalização histórica da religião, pois, ao destruir vários deuses e seus múltiplos agentes (como os santos, na tradição católica), retiravam da religião a sua magia. O puritanismo, particularmente em sua versão calvinista, aprofundaria ainda mais o desencanto do mundo, com seu **ascetismo** e o tema da **predestinação**.

Nesse processo de desencantamento do mundo, em sua versão puritana, fortalece-se o princípio de que somente por meio de condutas e realizações racionais é possível obter sinais da graça divina. Promove-se assim uma intelectualização dos fiéis pelo domínio da palavra escrita, pela possibilidade da leitura da Bíblia. Não à toa, tanto para o judaísmo quanto para as religiões reformadas, ainda

que por razões distintas, o estudo, a leitura da lei, é fundamental para o exercício da fé.

No campo do cristianismo, o puritanismo promoveria diretamente a secularização, pela rejeição de tudo o que é tido como irracional ou demasiado pessoal nas condutas (sensualismo, ócio, esbanjamento, intimidades etc.). Nesse sentido, o crente se aproxima do que é mais impessoal e racional (a disciplina, o trabalho, a regularidade, a ascese, a poupança) como sinais da graça de Deus. Segundo Weber,

Não à castidade, como no monge, mas à eliminação de todo prazer erótico, não à pobreza, mas à eliminação de todo prazer à base de rendas e da alegre ostentação feudal da riqueza, não à mortificação ascética do convento, mas o modo de viver desperto, racionalmente dominado, e à evitação de toda entrega à beleza do mundo ou à arte ou às impressões e sentimentos próprios, estas são a exigência, disciplina e método no modo de viver, o fim unívoco, o homem de vocação, o representante típico, a objetivação e socialização racionais das relações sociais, a consequência específica do ascetismo intramundano ocidental em contraste *com todas as outras formas* de religiosidade do mundo (1991, p. 373. Grifos do autor).

Se o judaísmo e o puritanismo tiveram, para Weber, a função de “desencantar o mundo” dentro da esfera do fenômeno religioso, a Reforma Protestante, por encobrir uma boa parte dos cristãos a partir do século XVI em países como Inglaterra, Alemanha e Holanda, teria importância fundamental também no campo da economia. Haveria, segundo Weber, uma afinidade eletiva entre a Reforma Protestante e o espírito do capitalismo. Nesse sentido, a Reforma Protestante deixaria de ser um fenômeno puramente religioso para tornar-se, também, elemento da dimensão econômica.

Esse é o tema de um dos maiores clássicos da Sociologia do século XX, escrito por Weber em 1904: *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nesse ensaio, subvertendo a lógica da argumentação marxista, Weber buscou mostrar o papel da ética protestante na gênese do capitalismo moderno. Como você sabe, para Marx as ideias eram construídas a partir da realidade material, e não o contrário. Para Weber, a base material não teria primazia sobre o mundo das ideias e este poderia ter, sim, incidência na configuração dos fenômenos econômicos. Portanto, *a ética protestante e o espírito do capitalismo* é, ao mesmo tempo, um estudo sobre religião e sobre economia, e as afinidades entre essas duas esferas da sociedade.

O dado curioso é a surpresa que a tese weberiana muitas vezes causa. Quando você pensa em religião, provavelmente não faz nenhuma correlação com dinheiro, lucro, empreendimento empresarial, trabalho, ou seja, com o capitalismo. Para Weber, no entanto, haveria uma íntima relação entre protestantismo (calvinismo, pietismo, metodismo e seitas batistas) e o avanço do capitalismo. Ele observava, em suas pesquisas, que as regiões onde o avanço das técnicas de trabalho, dos empreendimentos capitalistas, das empresas modernas, da escolaridade, do comércio e da mão-de-obra qualificada era mais acentuado eram justamente aquelas onde predominava o protestantismo e não o catolicismo. Isto acontecia em sua própria Alemanha natal, onde o norte protestante avançava mais em termos de progresso capitalista do que o sul católico. Por quê? Porque o protestantismo encorajaria um comportamento econômico peculiar: o trabalho passaria a ser um dever, uma vocação, uma manifestação de fé. A ascese, a abstinência, a poupança e a disciplina contribuiriam indiretamente para o desenvolvimento do capitalismo. O protestantismo oferecia um novo *ethos* econômico: o empreendedorismo, a indústria e o trabalho árduo, entendidos como um dever moral. Não que não houvesse capitalismo em sociedades com outras religiões, entretanto, o que para Weber caracterizaria o capitalismo do Ocidente protestante, ou o moderno capitalismo, em



relação aos demais, era a busca pacífica e racional pela aquisição do lucro. O protestantismo, na visão de Weber, era a única religião que conciliava salvação pessoal e interesses econômicos.

Agora que você já viu alguns dos temas centrais do pensamento weberiano – a secularização, a racionalização, o desencanto do mundo, as afinidades eletivas entre o espírito do capitalismo e a ética protestante –, vai conhecer também alguns outros elementos da Sociologia de Weber.

## O tipo ideal

Para Weber, dada a complexidade do mundo dos homens e das sociedades por eles criadas, ensejando múltiplos caminhos para o seu desenvolvimento histórico, o método comparativo surgia como importante instrumento para destacar a singularidade das configurações históricas, religiosas, sociais e políticas. E, para fazer comparações, ele sugeria um instrumento conceitual ao qual deu o nome de *tipo ideal*.

O tipo ideal é uma construção, uma representação de uma configuração histórica, que não existe na realidade concreta (o próprio Weber nos ensinava que a História é muito mais complexa, ambígua e desordenada). O tipo ideal, no entanto, cria uma representação que permite ao sociólogo, por contraste, pensar a realidade concreta com a qual se defronta. A Atividade 2 vai contribuir um pouco para que você compreenda melhor o conceito de tipo ideal.



## Atende ao Objetivo 1

2. Imagine que você é um sociólogo que estuda as cidades, em particular a sua cidade. Trace um perfil dela: é um grande centro industrial ou administrativo, ou uma pequena cidade que vive de atividades agrícolas ou pastoris? Bem, agora construa para ela um tipo ideal de cidade.

Por exemplo: digamos que a sua cidade seja uma grande cidade industrial. Dessa forma, você construirá um tipo ideal de cidade industrial. Ela deve ter indústrias, serviços, transportes, comércio, lazer, espaços de moradia, vias de acesso para receber e escoar mercadorias, diferentes bairros ocupados pelas diferentes classes sociais, escolas técnicas...

Agora, compare, por escrito, esse "tipo ideal" de cidade (industrial ou do campo), com as características reais da sua própria cidade.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

O tipo ideal é uma construção que permite a análise comparativa de cada caso concreto. Assim, em que medida a sua cidade se aproxima do tipo ideal de cidade industrial? Ela tem todas as características do tipo ideal ou algumas delas, por exemplo, a diferenciação social dos bairros residenciais, não são encontradas? Em que medida a sua cidade se aproxima mais ou menos do tipo ideal de cidade industrial? A partir daí, você pode comparar a sua cidade industrial com cidades industriais de outros continentes, que também vão se aproximar mais ou menos do tipo ideal de cidade industrial.

Você sabe que Weber, ao contrário de Marx e Durkheim, rejeitava grandes sistemas para a explicação dos processos históricos. Por essa razão, ele dava muita importância à ação humana, que sempre pode levar a resultados sociais e históricos inesperados. A ação humana abre, portanto, campo para a indeterminação, que, ao fim e ao cabo, não se encaixa em nenhum grande sistema explicativo. Para Weber, no entanto, a ação humana era dotada de sentido, produzindo, intencionalmente ou não, consequências sociais para além do indivíduo que a realizou. Mas qual o sentido dessa ação? Ou melhor, haveria um sentido único para a ação humana? Não. Recorrendo, como fazia com frequência, à noção de tipo ideal, Weber identificou ao menos quatro tipos de ação.

## Os tipos ideais de ação social

A teoria weberiana da ação social distingue quatro tipos ideais de ação:

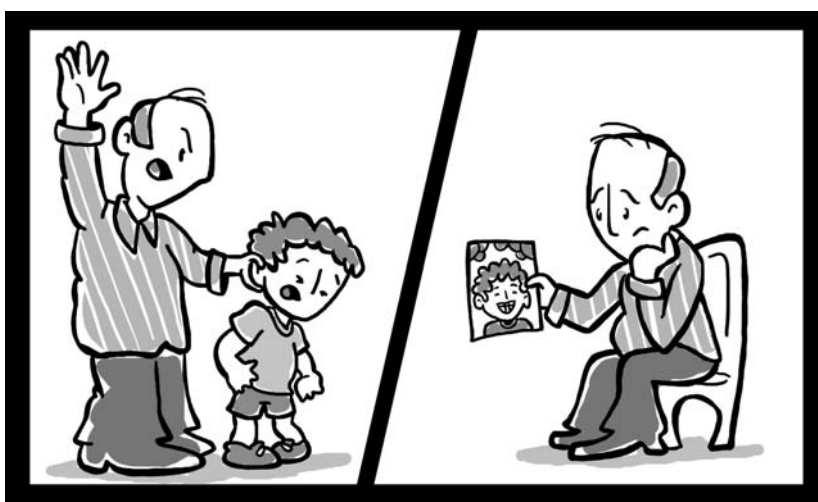
- **A ação racional com relação a um fim:** é uma ação concreta que tem um fim específico. Ao entrar com uma ação na justiça, o advogado quer ganhar uma causa; ao fabricar um tênis, uma fábrica quer obter lucros etc. Quando um indivíduo inicia uma ação racional com vistas a um fim determinado, ele leva em conta qual será o comportamento dos outros indivíduos em relação à sua ação, avaliando, racionalmente, suas condições de alcançar os fins a que almeja. Assim, por exemplo, ao entrar na justiça, o advogado irá levar em conta os argumentos do advogado da outra parte, de forma a traçar sua estratégia argumentativa. Da mesma forma, ao fazer o tênis, a fábrica vai levar em conta as outras fábricas que também produzem tênis, de modo a desenvolver um modelo novo ou a elaborar novas estratégias de marketing. Em outras palavras, a ação racional com relação a um fim não apenas tem claro o fim a que almeja, como também elabora, racionalmente, os meios de a ele chegar.



• **A ação racional baseada em um valor.** Quando um comandante afunda com seu navio, ou um aristocrata arrisca a vida duelando em nome de sua honra, ele está baseando sua ação na crença em um valor, que pode ser ético, estético, religioso ou qualquer outro. A ação é racional, conforme a crença do ator, que aceita todos os riscos que ela encerra. O objetivo da ação, nesse caso, não é a obtenção de um resultado exterior (ganhar uma causa na justiça, ter lucro fabricando tênis), mas o de permanecer fiel à sua honra, à crença consciente no valor que quer defender.



• **A ação afetiva.** É guiada pela paixão, ditada pelo estado de consciência ou humor do sujeito. Assim, ela é definida por uma reação emocional do ator em determinadas circunstâncias, e não em relação a um objetivo ou a um sistema de valores. Com muita frequência, tal ação pode resultar mesmo em algo distinto do que o ator, em outras circunstâncias, desejaria. Assim, por exemplo, com uma pessoa casada pode acontecer de, em determinado momento e em circunstâncias emocionais específicas, trair seu cônjuge, a quem no fundo ama e com quem quer permanecer vivendo lado a lado.



• **A ação tradicional.** É a ação ditada pelos hábitos, costumes e crenças. É como se fosse uma segunda natureza, que o ator realiza quase sem perceber. Para agir conforme a tradição, o ator não precisa conceber um objeto ou um valor, nem ser impelido por uma emoção. Obedece a reflexos adquiridos pela prática, pelo dia-a-dia. É o caso, por exemplo, do católico que faz o sinal-da-cruz sempre que passa diante de uma igreja.



É importante lembrar que, em sendo esses quatro tipos de ação “tipos ideais”, eles não constituem a totalidade das ações possíveis ou esgotam as possibilidades das ações sociais. A rigor, as ações sociais se aproximam ora mais, ora menos, desses tipos ideais. Não raro, elas podem combinar tipos diferentes. Ou seja, para Weber as interações sociais podem produzir oposições, conflitos, compromissos, solidariedades.

Na Atividade 3, você irá aplicar os tipos ideais weberianos de ação às suas próprias ações do dia a dia.



## Atende ao Objetivo 2

3. Faça uma listagem de suas ações cotidianas. Depois, tente classificá-las em um dos quatro tipos ideais de ação weberianos.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

Você provavelmente perceberá que, ao longo de um dia, realiza ações de diferentes tipos. Ao aplicar dinheiro no banco, estará realizando uma ação racional, ao passo que ao dar uma bronca muito forte no seu filho, você poderá estar realizando uma ação afetiva. Justamente aí

residem a multiplicidade, a indeterminação, a riqueza de possibilidades sociais identificadas por Weber. Porque você, em vez de dar uma bronca muito grande em seu filho, poderia conversar com ele, mostrando que o que ele fez para merecer a bronca não deveria ter sido feito, em razão das consequências que acarretou. Em outras palavras, você poderia ter realizado uma ação racional com vistas a um fim: dialogar com seu filho para que ele não tornasse a fazer algo de errado. Por outro lado, em vez de colocar dinheiro no banco, para render juros, você poderia ter doado esse mesmo dinheiro para um orfanato da sua igreja, realizando assim uma ação racional baseada em um valor, a caridade religiosa. Por fim, você poderia também combinar tipos de ações. Por exemplo, suponhamos que você seja um político religioso que quer ser eleito. Em busca de angariar votos para sua campanha, você pode fazer doações para instituições de caridade. Nesse caso, sua ação pode encerrar tanto uma dimensão racional com vistas a um fim como uma dimensão racional baseada em um valor.

---

Esses diferentes tipos de ação social encontram paralelo no processo de secularização, racionalização e desencantamento do mundo, que Weber constatou no Ocidente. A ação racional com relação a um fim é um tipo ideal de ação que, segundo Weber, se relaciona a um mundo racionalizado, ao passo que a ação tradicional pode ser percebida como um tipo ideal de ação que possui afinidades com os valores daqueles que resistem ao desencantamento do mundo.

Como você já sabe, para Weber as ações, mesmo as individuais, possuem sempre resultados sociais, pois atingem um conjunto de pessoas maior do que os indivíduos que as realizaram. Quando alguém faz uma doação a uma instituição de caridade, beneficia não apenas aqueles que, diretamente, dependem dessa instituição como também uma série de outros atores sociais. Por exemplo, se se trata de um orfanato, a ação de caridade beneficiará também o comércio em torno dele, que irá vender mais alimentos para as crianças nele alojadas. Se se trata, pelo contrário, de uma ação na justiça, envolverá necessariamente outras partes. Portanto, as ações estão inseridas em relações sociais.

Dentre as inúmeras possibilidades de relações sociais existentes, Weber entende uma como fundamental para a compreensão das sociedades: aquelas orientadas pelo conflito ou pela submissão. A esse tipo de relação Weber dá o nome de dominação, ou formas de dominação, e, assim como faz em relação às ações, caracteriza-as também a partir de tipos ideais.

## As formas de dominação

Weber define a dominação como a “oportunidade de encontrar uma pessoa pronta a obedecer a uma ordem de conteúdo determinado”. Essa discussão, no vasto conjunto da obra de Weber, é muito importante, pois diz respeito, em última instância, à política e ao Estado.

Antes de falarmos das formas de dominação, você terá, ainda que brevemente, uma noção do que seja o Estado para Weber. De forma sucinta, ele define o Estado como o conjunto politicamente organizado de pessoas que impõem, sobre um determinado território, o monopólio do uso legítimo da força. O monopólio da força é imprescindível para os outros monopólios que o Estado deve construir sobre o seu território: da criação e administração da lei, do fisco, da relação com outros Estados e, no caso dos Estados-Nação, da identidade nacional.

A ideia do monopólio pressupõe que o conjunto da população desse Estado obedeça a uma autoridade, o que implica dizer que essa autoridade tem de ser percebida como legítima, ou seja, como toda dominação necessita de uma justificação, ela é sempre acompanhada de uma razão, uma crença social que a legitime. Weber distinguiu três formas, três tipos ideais, de dominação:

**1. A dominação tradicional:** baseia a sua legitimidade na tradição. A dominação, nesse sentido, reproduz-se por sua antiguidade, porque sempre existiu, porque a experiência evidenciou



sua validade, pelos valores que ela expressa. As sociedades do Antigo Regime, por exemplo, hierarquicamente organizadas por estamentos sociais (nobres, clero, camponeses, em que os primeiros exerciam o mando), podem ser caracterizadas como uma dominação tradicional. Também as sociedades agrárias e patriarcais recorrem a esse tipo de dominação. No Brasil escravista, o senhor de terras e de escravos dominava não apenas os escravos, mas os agregados e sua própria família.



**2. A dominação carismática:** baseada na figura de uma personalidade excepcional. Nesse sentido, ela se opõe tanto à dominação tradicional quanto a uma ordem institucionalizada, do tipo racional-legal. Um chefe carismático – um grande imperador ou profeta, um líder político – cujo poder reside na sua força de convencimento e em um forte apelo emocional, frequentemente ampliados pela propaganda, ou na capacidade de mobilizar as massas, está sempre pronto a subverter, ou ao menos desconsiderar, as tradições e as instituições, principalmente em razão do fato de que buscará estabelecer uma relação direta com as massas.



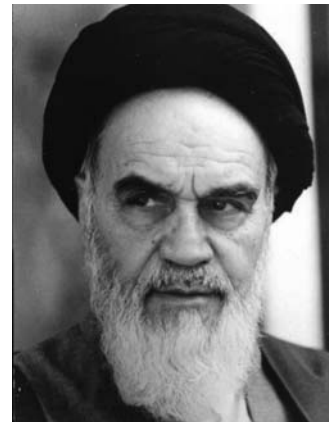
Getúlio Vargas

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlcio\\_Vargas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Get%C3%BAlcio_Vargas)



Benito Mussolini e Adolf Hitler

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/Benito\\_Mussolini\\_and\\_Adolf\\_Hitler.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f0/Benito_Mussolini_and_Adolf_Hitler.jpg)



O aiatolá Khomeini

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Khomeini\\_Famous\\_Portrait.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Khomeini_Famous_Portrait.jpg)

**3. A dominação racional-legal:** baseia-se na ideia de um direito abstrato, institucionalizado por regras que obedecem a critérios de racionalidade, impessoalidade e universalidade. A dominação racional-legal se afirma pela submissão a um código ou regra universal percebido como racional, que se autossustenta, e pode ser encontrada, para além do Estado, em grandes empresas e outras organizações burocráticas.



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Brasilia\\_Congresso\\_Nacional\\_05\\_2007\\_221.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Brasilia_Congresso_Nacional_05_2007_221.jpg)

É importante lembrar, mais uma vez, que tais tipos ideais de dominação dificilmente são encontrados em estado puro na realidade

concreta. Para ficarmos em um exemplo brasileiro, Getúlio Vargas é sempre associado à forma carismática de dominação, por sua personalidade excepcional, seu forte apelo emocional e sua capacidade de diálogo direto com os “trabalhadores do Brasil”. Contudo, nesse diálogo com as massas, é possível também identificar-se, em Getúlio, elementos da dominação tradicional, patriarcal, como quando ele aparece como o “pai dos pobres”, a encarnação de um membro das elites agrárias que, paternalmente, busca proteger seus “filhos”, ao mesmo tempo que os submete à sua autoridade. E, no entanto, Vargas também pode ser percebido como o fundador do moderno Estado brasileiro, impessoal e universal, ou seja, identificado à dominação racional-legal, como quando estabelece a profissionalização do serviço público.

Também no plano internacional, dificilmente um tipo ideal de dominação é encontrado na realidade concreta. Você já deve ter ouvido falar que grandes líderes autoritários, como Stalin e Hitler, eram carismáticos, mas o fenômeno da liderança carismática também pode ser percebido em regimes liberal-democráticos, em contextos de dominação racional-legal, como os Estados Unidos de Franklin D. Roosevelt ou a Inglaterra de Winston Churchill e, mais recentemente, de Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Enfim, como diria Weber, a realidade é muito mais criativa do que a capacidade de qualquer um de conceituá-la de forma total, fechada e acabada.



Winston Churchill

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/35/Churchill\\_portrait\\_NYP\\_45063.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/35/Churchill_portrait_NYP_45063.jpg)



Franklin D. Roosevelt

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b8/FDR\\_in\\_1933.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b8/FDR_in_1933.jpg)



Margareth Thatcher

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/65/Margaret\\_Thatcher\\_1983.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/65/Margaret_Thatcher_1983.jpg)



Ronald Reagan

Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/16/Official\\_Portrait\\_of\\_President\\_Reagan\\_1981.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/16/Official_Portrait_of_President_Reagan_1981.jpg)

Por fim, é importante salientar que, assim como existe um paralelo possível entre as formas de ação social e o processo de secularização do Ocidente, tal paralelo poder ser identificado também com as formas de dominação. Na dominação tradicional, com frequência fatores religiosos são acionados para legitimar o mando. Não à toa, no Antigo Regime europeu, o rei era rei por direito divino. Na dominação racional-legal, são elementos racionais, seculares, que estão na base da legitimidade do poder. Se a lei, no Antigo Regime, era de certa forma sagrada, posto que derivada, em última instância, da revelação divina, no Estado laico – terreno próprio da dominação racional-legal –, em que o campo do direito está dissociado da esfera de poder da Igreja, a lei é dessacralizada. Para usarmos conceitos que utilizamos lá na nossa primeira aula, na dominação racional-legal o poder deixa de se legitimar por uma autoridade transcendente e passa a se legitimar por uma autoridade imanente.

## CONCLUSÃO

No Brasil, assim como em vários países do mundo, a importância de Weber tem sido atualizada pelos debates em torno do que alguns chamam de retorno da religião. Para nele se apoiar ou para ele criticar, muitos sociólogos da religião têm utilizado conceitos weberianos como secularização ou desencantamento do mundo, em seus estudos sobre as novas igrejas que, no âmbito do protestantismo, vêm surgindo em velocidade cada vez maior, ou a respeito da renovação carismática na Igreja Católica.



Mas a importância de Weber não se restringe à sociologia da religião. Seu conceito de secularização, referido à emancipação das esferas da política, do direito, da moral, da ciência, da estética, do âmbito da verdade revelada, encerra também profundas consequências para a democracia e para a República. No momento em que, no Brasil e no mundo, se assiste a um avanço do pensamento religioso sobre os sistemas políticos – com a formação, por exemplo, de bancadas religiosas nos Congressos nacionais ou a construção de regimes políticos abertamente teocráticos –, o princípio da secularização parece central para o respeito das diferenças e, portanto, para o convívio democrático e republicano.

Já que você conhece tanto Durkheim como Weber, pode compreender toda a relevância do princípio republicano da separação entre a esfera religiosa e a esfera política.

Durkheim, por um lado, afirmava que a modernidade se configurava pela dissolução da comunidade mecânica e sua substituição pela comunidade orgânica. Na dissolução da comunidade mecânica, um elemento importante, dentre outros, é a diferenciação no âmbito da fé religiosa. Por exemplo: o Antigo Regime, até a Reforma Protestante, era compreendido como uma comunidade de católicos. A Reforma instaurou a diferenciação entre os cristãos: agora, alguns são católicos, outros são protestantes e não

há mais entre eles, para usar o termo durkheimiano, comunidade mecânica, a comunidade entre iguais. Na inexistência de comunidade mecânica e na ausência de um novo elemento de coesão, o século XVI foi o das guerras de religião: católicos contra protestantes.

Por isso, a emancipação da esfera política da esfera religiosa, traço da secularização moderna europeia, conforme Weber, tornou-se elemento central da República. A República deve estender sua legitimidade a todos os cidadãos, que são muito diferenciados em termos religiosos. Sejam eles católicos, protestantes, judeus, umbandistas, ateus, adeptos do candomblé ou de quaisquer religiões orientais, xamanistas, animistas ou adeptos da New Age, todos, sem exceção, devem encontrar, na República, a autoridade legítima que regule as suas interações. Suas convicções religiosas devem, conseqüentemente, regular suas vidas privadas ou, no máximo, suas relações familiares ou associativas.

Por essa razão, quando representantes de uma confissão religiosa tentam impor, por meio da eleição de uma bancada no Parlamento, elementos da moralidade de sua confissão – por exemplo, os relativos ao sexo, à vida e à morte, ao casamento etc. – ao conjunto da população, que engloba fiéis de outras confissões ou mesmo ateus, o fenômeno da secularização, que permite a convivência dos diferentes, está em jogo. Esse fenômeno pode ser aferido, com bastante clareza, não só nos países teocráticos do Islã como nos Estados Unidos, em que as políticas públicas e posicionamentos políticos a respeito de temas como o casamento de homossexuais e o aborto são fortemente condicionados pelo discurso religioso. Como Weber bem sabia, a secularização não é uma “lei da história” do Ocidente.

## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 1

Ao ler o jornal, ou ao olhar em volta na sua cidade, conversando com seus amigos e parentes, você deve estar percebendo a seguinte tensão: de um lado, uma volta às religiões, e, de outro, o avanço, no plano político, de discussões como aborto e células-tronco. Com base em seus conhecimentos sobre Weber, faça uma análise dessa tensão.

### Comentário

Você viu que, para Weber, a realidade não se explicava por um sistema total, capaz, inclusive, de prever resultados futuros. Pelo contrário, para ele, a ação humana poderia ser capaz de reorientar processos, entendidos sempre como indefinidos. Então, a tensão já apresentada pode ser entendida como a tentativa de aprofundamento do processo de secularização (o Estado buscando emancipar-se, cada vez mais, da tutela religiosa), ao mesmo tempo que grupos sociais resistem ao processo de desencantamento do mundo.

---

## RESUMO

Max Weber, ao lado de Marx e Durkheim, é considerado um dos pilares do pensamento sociológico. Entender a especificidade do Ocidente, ou seja, a modernidade, com seus corolários de racionalização, secularização e desencantamento do mundo, era a grande questão a que Weber se propôs a compreender, lançando mão, para tal, de instrumentos conceituais como tipo ideal, tipos de ação e tipos de dominação.

Ao contrário de Marx e Durkheim, no entanto, Weber rejeitava grandes sistemas explicativos, compreendendo a Sociologia como a ciência do que “é”, e não do que “deveria ser”. Assim, Weber

limitava-se a constatar fenômenos observáveis, e não a inseri-los em grandes sistemas causais, muito menos a prever o que poderia vir a acontecer. A partir de Weber, dificilmente se poderia conceber uma filosofia da história, como acabou por acontecer em certas leituras de Marx. Por exemplo, Weber constatou que, à sua época, o fenômeno da secularização era empiricamente observável. Daí, contudo, ele não concluiu que a secularização era um dado inexorável do desenvolvimento histórico do Ocidente.

## **Informações sobre a próxima aula**

Na próxima aula, você conhecerá a Escola de Chicago. Ao passo que Marx, Durkheim e Weber lançavam as bases do pensamento sociológico na Europa, a Escola de Chicago, nos Estados Unidos – diante dos fenômenos da industrialização, urbanização, imigração, dos conflitos étnicos e raciais –, construía os elementos fundamentais do que seria o pensamento sociológico americano, que teria grande influência no brasileiro.



# Aula 6

Escola de Chicago:  
a inovação da  
prática sociológica  
no contexto  
norte-americano

## Meta da aula

Levar você a entender como a Sociologia pode se diferenciar em seus métodos e pressupostos, dependendo do contexto histórico, cultural e geográfico no qual ela se desenvolve. As diferenças entre a Sociologia clássica europeia e a sociologia norte-americana da Escola de Chicago são uma evidência dessa diferenciação.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a Escola de Chicago como expressão de uma nova sociologia;
2. diferenciar a sociologia da Escola de Chicago da sociologia clássica;
3. correlacionar os temas da nova sociologia da Escola de Chicago com o contexto histórico e social norte-americano;
4. reconhecer a metodologia e as categorias sociológicas adotadas pela Escola de Chicago para a investigação dos problemas urbanos, com ênfase na ecologia urbana, na criminalidade e na imigração.

## Pré-requisitos

Para melhorar o entendimento desta aula, é importante que você leia as Aulas 4 e 5, especialmente porque Marx, Durkheim e Weber são autores clássicos de grande influência para a produção sociológica em outros contextos que não apenas o europeu.

## INTRODUÇÃO

Você já é capaz agora de compreender o surgimento da sociologia no contexto europeu do século XIX e como essa sociologia buscou interpretar fenômenos emergentes na sociedade moderna, capitalista e liberal. Viu como a sociologia se funda por meio da compreensão crítica dessa sociedade, identificando as razões e finalidades de sua dinâmica e movimento: em Marx, o *conflito*, ou luta de classes, conforme seu materialismo histórico, ou seja, uma abordagem sociológica em que uma grande teoria se sobrepõe aos desígnios dos indivíduos; em Durkheim a *coesão*, ou as formas de solidariedade social presentes na sociedade moderna, uma abordagem em que as instituições influenciam e definem a ação dos sujeitos sociais; em Weber, a incerteza e a indeterminação da ação e dos processos sociais, em uma abordagem em que o indivíduo goza de maior autonomia, embora limitada, pois sua ação pode resultar em algo diferente do esperado. Os modelos do que chamamos “sociologia clássica”, como você pôde conhecer nas aulas anteriores, privilegiam as noções de sociedade, comunidade, capitalismo, religião, racionalidade, secularização e mercado.

O que você vai descobrir agora é que a “sociologia clássica”, embora tivesse tido vida longa na Europa e mesmo na América Latina, sustentou-se com ressalvas no contexto norte-americano. A sociologia que se fundou nos Estados Unidos, em finais do século XIX e princípios do XX, estava voltada para um conjunto de preocupações, problemas e interesses distintos da “sociologia clássica”. Aos norte-americanos, socializados em um ambiente intelectual distinto do europeu, e diante de problemas inexistentes na Europa – como a segregação e as tensões raciais, a imigração e o problema da integração étnica etc. –, a “sociologia clássica” parecia uma grande abstração, fundada em princípios gerais e normativos pouco afeitos à realidade social dos Estados Unidos.

### **Epistemologia**

A origem da palavra *epistemologia* é grega. *Episteme* quer dizer ciência, ao passo que *Logia* significa estudo. Portanto, epistemologia é o estudo da ciência, dos limites e possibilidades do conhecimento. É possível conhecer algo? Se a resposta for afirmativa, qual a melhor forma de conhecê-lo? Existem métodos mais apropriados para se chegar ao conhecimento do real? O campo da epistemologia é um dos mais fecundos nas ciências sociais, resultando em infindáveis debates sobre a natureza do conhecimento.

### **Escola de Frankfurt**

Reunia um grupo de filósofos e cientistas sociais de orientação marxista. Seus membros mais conhecidos foram Max Horkheimer, Theodor Adorno e Walter Benjamin, que centraram suas reflexões nas questões da cultura, como a cultura de massas e a indústria cultural. Mais recentemente, Jürgen Habermas é muitas vezes associado a tal escola.

Os sociólogos de Chicago, portanto, buscaram desenvolver uma sociologia adequada ao que entendiam ser as necessidades americanas, a partir de uma tradição intelectual que, embora inspirada em pensadores europeus, trazia também a marca americana. Ao fazê-lo, acabaram construindo uma escola sociológica.

## **A sociologia de Chicago como escola**

Você deve estar estranhando o uso do termo escola para designar os sociólogos de Chicago. Afinal, o que constitui uma Escola, no sentido aqui empregado?

Uma escola sociológica possui uma marca, algo que a caracteriza e a distingue de outras escolas, e que agrega diversos sociólogos individuais. A “sociologia clássica” não se configurou como uma escola, ou seja, não existe uma escola clássica de sociologia. Ela é a expressão da reflexão sociológica de indivíduos pioneiros, Marx, Durkheim e Weber, que buscaram estabelecer critérios teóricos e metodológicos próprios. É por isso que, quando estudamos a “sociologia clássica”, estudamos pensadores individuais. No entanto, a partir deles, e principalmente de Marx e Weber, pode-se falar em escolas: escola marxista, para gerações de sociólogos, historiadores, economistas etc., que pensaram as sociedades humanas a partir das categorias marxistas, ou a escola weberiana, principalmente para sociólogos da religião, da política e do fenômeno burocrático.

Uma escola sociológica, portanto, é uma espécie de guarda-chuva metodológico e **epistemológico** que orienta o estudo dos que dela fazem parte. Não que pertencer a uma escola signifique abrir mão de algumas especificidades como autor individual. A escola é um círculo que demarca um campo de influências e debates que tende a orientar as abordagens desses autores. Nos anos de 1920, por exemplo, inaugurou-se, na Alemanha, uma escola muito importante, a **Escola de Frankfurt**, que expressava uma filosofia crítica de base marxista.

A Escola de Chicago, portanto, era um guarda-chuva que orientava a produção de diversos autores. Ao contrário da “sociologia clássica”, ela não enfatizava grandes teorias explicativas. Para os sociólogos de Chicago, influenciados pela filosofia **pragmática**, o importante era o contato com as questões e problemas da vida “como ela é”, isto é, com a descrição da vida social de indivíduos e grupos, e seu impacto na ordem social. À abstração do que entendiam ser a sociologia europeia, os americanos enfatizavam a **empíria**, o apego às mensurações ao que poderia, na prática, ser demonstrado. Assim, a Escola de Chicago propunha novos métodos de investigação sociológica.

Dentre os principais métodos de pesquisa da Escola de Chicago, que se disseminaram com rapidez para vários estudos sociológicos, inclusive no Brasil, estavam as pesquisas por meio da observação direta de fenômenos sociais, o que chamamos também **estudo de campo ou estudo de caso**.

Por outro lado, a Escola de Chicago não estava apenas interessada na compreensão da sociedade, mas também em como melhorá-la. Ou seja, seus temas preferenciais, como você verá adiante – a cidade, a criminalidade, os imigrantes – não eram entendidos como objetos de pura reflexão. De forma pioneira, eles criaram instrumentos metodológicos não só para identificar tais problemas como também para oferecer soluções para superá-los. É por isso também que a sociologia da Escola de Chicago é considerada pragmática. Ela seria, nesse sentido – tal qual a tradição marxista, mas diferentemente da weberiana – uma sociologia engajada, e seus membros seriam, muitos deles, militantes da reforma social.

Mas, justiça seja feita, se a Escola de Chicago nasceu americana, ela também devia parte de sua concepção de sociologia a sociólogos europeus. Na virada do século XIX para o XX, havia já um intenso intercâmbio universitário entre os Estados Unidos e a Europa, e as ideias circulavam com grande velocidade entre Chicago e Nova York, Paris, Londres e Berlim. Assim, não só muitos sociólogos americanos – e também historiadores, psicólogos e economistas – de então passaram longos períodos de sua formação em universidades

### **Pragmatismo**

Doutrina filosófica americana, contemporânea da Escola de Chicago na Universidade de Chicago, que confere às ideias um valor instrumental. O pragmatismo rejeita toda a visão filosófica metafísica e, portanto, uma afirmativa só adquire validade se pode ser comprovada empiricamente. Entre seus fundadores destacavam-se Charles Sanders Pierce, William James e John Dewey. Mais recentemente, Richard Rorty tem se destacado como pensador pragmático.

### **Empíria**

O conhecimento baseado na empíria é aquele que valoriza a experiência. O acesso à verdade se dá, portanto, pela via da experiência, não pela via da razão ou de teorias abstratas.

### **Estudo de campo ou estudo de caso**

É uma investigação que tem por objetivo analisar fenômenos concretos, casos particulares ou específicos, procurando compreendê-los em seus variados aspectos, ou seja, em sua totalidade.



alemãs, como as universidades americanas recebiam com frequência professores universitários europeus. A universidade americana seria, aliás, muito beneficiada pelo quase constante fluxo de intelectuais europeus, asiáticos e mesmo latino-americanos para os Estados Unidos, fluxo esse que se aprofundaria com a Segunda Guerra Mundial e se manteria até os dias de hoje.

Robert Park era um desses sociólogos americanos que, em finais do século XIX, foi estudar na Alemanha, onde foi aluno de Georg Simmel na Universidade de Heidelberg. Simmel desenvolvia pesquisas sobre temas então considerados marginais, que não faziam parte do repertório clássico da sociologia. Enquanto os clássicos da sociologia preocupavam-se com aspectos macrossociais – a luta de classes em Marx, o fato social em Durkheim, as formas de dominação e a secularização do Ocidente, como Weber –, Simmel olhava os pequenos fenômenos, os aspectos microssociais. Ele queria entender, por exemplo, como os indivíduos exerciam influência uns sobre os outros, por meio do que chamava “relações de reciprocidade”. Para ele, tais relações eram orientadas por várias motivações: interesses, religiosidade, amor, sexo, trabalho, conflito etc. Assim, para entender os interesses que moviam as relações de mercado, ele estudava o tema do dinheiro; para compreender as relações familiares, estudava o amor; para compreender os impulsos eróticos, estudava a prostituição, para entender os imperativos da agressão e da sobrevivência, estudava o estrangeiro. Surgindo como a soma das várias relações de reciprocidade, estava a cidade.

Ter sido aluno de Simmel foi muito importante para a formação de Park, influenciando seu olhar para os pequenos fenômenos, assim como a utilização de instrumentos metodológicos pouco usuais na época, como métodos quantitativos, pesquisas estatísticas, censos urbanos e comunitários.

Agora que você já conhece um pouco sobre a Escola de Chicago, deve estar se perguntando: Mas, afinal, sobre quais fenômenos sociais ela se debruçava?

## Os Estados Unidos na virada do século XIX para o XX

Na virada do século XIX para o XX, os Estados Unidos passavam por transformações profundas. Se até então muitos americanos estavam convencidos da excepcionalidade histórica dos Estados Unidos, que os teria livrado dos conflitos sociais característicos da Europa em sua entrada na modernidade – e que foram o pano de fundo das reflexões de Marx e Durkheim –, tais norte-americanos se perguntavam o que estaria acontecendo com seu país. A sociedade, até então percebida como aberta ao talento individual e ao desenvolvimento da economia de mercado, dado que livre das amarras do feudalismo, da concentração fundiária e de classes sociais “parasitárias” como a nobreza, parecia, por assim dizer, europeizar-se.



### Excepcionalidade histórica dos Estados Unidos

A ideia do excepcionalismo americano, construída a partir da Revolução Americana, está associada à visão de que os Estados Unidos conheceram uma experiência histórica única, e superior, à dos demais países, o que lhes emprestaria uma missão civilizatória para o mundo. Nascido de um ideal de liberdade e igualdade, expresso na Declaração de Independência, contando com uma fronteira, tanto física quanto social, aberta ao talento individual, destituído das diferenças de classe, *status* social e riqueza característicos dos países europeus, e ainda, nas versões alimentadas pela tradição evangélica, percebido como dotado da bênção divina, os Estados Unidos surgem nesta visão como um país único, destinado a realizar um projeto de liberdade, individualismo, igualdade e abundância. A tradição do excepcionalismo está na base, inclusive, da ideia de um *American way of life*, um modo próprio de viver dos americanos.

De fato, nesse momento, os Estados Unidos eram sacudidos por violentos movimentos operários, como a grande greve ferroviária de 1877, que resultou em 100 mortos, ou a greve da Pullman Car Company, de 1894, em que 13 pessoas morreram em razão da repressão realizada por forças federais. O coração da greve da Pullman foi Chicago, palco também do célebre Massacre de Haymarket, de 1886 – origem do Primeiro de Maio –, que resultou em 14 trabalhadores, em luta pela jornada de trabalho de oito horas, mortos.

Tais movimentos inseriam-se em um contexto de profundas transformações. Os Estados Unidos deixavam para trás a base agrária da sua economia para transformarem-se em uma sociedade urbana, profundamente heterogênea em termos étnicos, marcada por relações de trabalho assalariadas e crescentes desigualdades de renda e riqueza. Em 1910, quase 15% dos residentes nos Estados Unidos haviam nascido no estrangeiro, contribuindo para que a população urbana passasse de 40% para 56% do total entre 1900 e 1930. Em decorrência, as grandes cidades, como Detroit, Nova York ou Chicago, viviam às voltas com graves problemas sanitários e habitacionais nos novos bairros operários. Era como se, em um espaço de apenas 40 anos, entre o fim da Guerra Civil e o início do século XX, a República abandonasse os seus fundamentos agrários, de pequenos proprietários empreendedores, igualitários e democráticos, para dar lugar a um mundo novo e desconhecido, da fábrica e da cidade, da grande corporação e do cortiço, do sindicato e de associações de ajuda mútua com nomes impronunciáveis em **iídiche**, húngaro, italiano e línguas eslavas.

### ***lídiche***

Idioma da família indo-europeia que pertence ao subgrupo germânico, adotado pelos judeus na Europa central e na Europa oriental, mais ou menos no século X. Esse idioma é escrito com caracteres hebraicos.

Tendo como berço Chicago – tipo ideal, na terminologia weberiana, da nova cidade industrial americana –, e como objetivo autoimposto o de servir como instrumento de aperfeiçoamento da realidade, a cidade, fenômeno urbano como um somatório de relações sociais, na tradição de Simmel, foi um dos temas centrais da Escola de Chicago.



## A cidade como objeto de reflexão sociológica

A cidade de Chicago, com seus imigrantes europeus e migrantes negros do Sul, seus guetos e cortiços, conflitos raciais e étnicos, constituiu o grande objeto de reflexão da Escola de Chicago.

Você já deve ter ouvido falar em guetos, não? Louis Wirth, um dos expoentes da Escola de Chicago, definiu **gueto** como um lugar no qual as pessoas que dele fazem parte (em geral grupos imigrantes, étnicos ou raciais) encontram algum tipo de proteção e solidariedade, uma espécie de refúgio contra os preconceitos e a violência do grupo majoritário. Mas o gueto pressupõe, também, exclusão e preconceito dos que dele não fazem parte.



### **Gueto**

Geralmente um bairro, ou conjunto de quarteirões, em que vivem pessoas de uma minoria nacional, religiosa ou étnica. O conceito de gueto encerra uma ideia de discriminação do grupo majoritário em relação ao minoritário. Nos dias de hoje, lugares frequentados por pessoas que se identificam com minorias comportamentais são designados como guetos. Por exemplo, bairros, quarteirões ou ruas com bares *gays*, *darks*, góticos etc. podem ser chamados de guetos. Nesse caso, como no anterior, o princípio da discriminação também está presente.

---

### Atende aos Objetivos 3 e 4

1. A leitura do texto a seguir indica um significado para gueto que realça mais a violência coletiva do que uma ideia romântica e pacificada de gueto, encontrada em Louis Wirth. "O gueto não é uma área natural, produto da história da migração (como Louis Wirth defendia), mas sim uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço urbano" (WACQUANT, Löic. Que é gueto: construindo um conceito sociológico. *Revista Sociologia Política*, 23 nov. 2004).

Comente alguma experiência no Brasil que possa ser identificada com uma experiência de gueto.

## Comentário

Você pode identificar várias experiências, nas cidades brasileiras, relacionadas à ideia de gueto: minorias comportamentais que buscam frequentar certos bairros das cidades (como *darks*, góticos etc.), assim como grupos com orientações sexuais também minoritários (*gays*, lésbicas, transexuais etc.). Em todas essas experiências, pode-se perceber uma experiência de violência e defesa na demarcação dos espaços urbanos.

Mas, mais uma vez, é importante lembrar que o tema das cidades e de seus problemas como objeto de reflexão sociológica não nasceu com a Escola de Chicago. Durkheim, por exemplo, já pensava o suicídio como um desvio moral socialmente produzido nos grandes centros urbanos, ao passo que Simmel, de maneira mais viva, desenvolveu estudos sobre Berlim e Roma. Mas foi com a Escola de Chicago que o tema das cidades ganhou sua expressão mais bem acabada, guardando muitas diferenças com as abordagens da “sociologia clássica”, como o **Quadro 6.1** evidencia.

**Quadro 6.1:** A cidade na “sociologia clássica”, em Simmel e na Escola de Chicago

Weber	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cidade é definida por suas funções econômicas, simbólicas, militares e políticoadministrativas. Para melhor caracterizá-las, Weber construiu tipos ideais de cidades: cidades de produtores, de consumidores, de administradores, de comerciantes, cidades-fortaleza, cidade ocidental, cidade oriental...</li> <li>• A cidade moderna, ocidental, caracterizada pela superação das relações tradicionais, produz indiferença entre os indivíduos e ausência de laços de solidariedade.</li> </ul>
Marx	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cidade é produto do modo-de-produção dominante na sociedade que a construiu.</li> <li>• No capitalismo, a cidade industrial é o local próprio da luta de classes entre os detentores dos meios de produção, os capitalistas, e aqueles que vendem sua força de trabalho, a classe trabalhadora.</li> </ul>

Émile Durkheim	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cidade moderna, com sua diferenciação social e sua profunda divisão social do trabalho, surge como o espaço da passagem da comunidade mecânica para a comunidade orgânica. Enquanto esta passagem não está consolidada, gerando novos elementos de coesão social, a cidade surge como o espaço da anomia, de patologias sociais como o conflito de classes.</li> </ul>
Georg Simmel	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupado com as relações recíprocas, Simmel esteve atento à influência do meio urbano, das grandes cidades como Berlim e Roma, na personalidade e na vida interior dos seus habitantes.</li> <li>• A cidade, marcada pela economia do dinheiro, pelas trocas comerciais, ensejaria personalidades reservadas, desconfiadas, apáticas e não-solidárias, ao contrário do campo, onde o costume, a tradição e a lentidão da vida diária permitiriam uma vida com mais sentimento e emotividade.</li> </ul>
Escola de Chicago	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A cidade é entendida por meio de uma analogia com a ecologia. Assim, conceitos da ecologia, como os de competição, dominação, sucessão, são utilizados para pensar o fenômeno urbano. Daí que a Escola de Chicago é frequentemente identificada como Escola Ecológica.</li> <li>• Ao contrário do que queria Weber, a Escola de Chicago buscava politizar suas análises. Assim, seus estudos sobre as cidades visavam buscar soluções concretas para os problemas urbanos, oriundos da industrialização, da imigração, do inchamento dos cortiços dos bairros operários, para os problemas sanitários e comportamentais. Assim, longe de ser apenas um objeto de uma disciplina acadêmica, a Escola de Chicago queria transformar a cidade em um "laboratório social". Dito de outra forma, a Escola de Chicago não queria apenas buscar compreender o fenômeno urbano, mas contribuir para o seu aperfeiçoamento. Consequentemente, muitos sociólogos de Chicago tornaram-se militantes da reforma social.</li> <li>• A importância da cidade vai para além de seu espaço físico. A cidade produz uma cultura urbana e um estilo de vida que transcende seus limites.</li> </ul>

É possível observar no **Quadro 6.1** que a abordagem sobre as cidades construída pela Escola de Chicago guarda mais proximidade com a visão de Simmel do que com os clássicos da sociologia. Em Weber, há uma excessiva abstração sobre o fenômeno urbano, pensado em termos de tipos ideais; em Marx, a submissão do fenômeno urbano aos ditames do modo-de-produção; em Durkheim, a cidade como espaço da anomia, no momento em que a comunidade mecânica ainda não morreu e em que a solidariedade orgânica ainda não se consolidou. Em Simmel e na Escola de Chicago, há a preocupação maior com a análise concreta das cidades realmente existentes e como elas influem na vida das pessoas.

Agora que você já conhece um pouco as diferenças de como o fenômeno urbano foi tratado pelas diferentes tradições sociológicas, vai conhecer um pouco mais o caso concreto de Chicago.

## **A cidade de Chicago vista pela Escola de Chicago**

A cidade de Chicago nas primeiras décadas do século XX, com seu crescimento rápido e desmesurado, a chegada contínua de (i)migrantes de todas as nacionalidades, etnias e religiões, os negros como um grupo racial numericamente relevante, constituía um riquíssimo “laboratório natural” de investigação.

Dois importantes sociólogos de Chicago, Robert Park e Ernest Burgess, estudaram a expansão de Chicago em círculos concêntricos. Um primeiro círculo, correspondente ao centro, era a região mais valorizada, com seus edifícios de negócios, prédios governamentais, comércio e lazer. Depois havia uma zona de transição, com edifícios deteriorados e moradores em permanente mudança. No círculo seguinte, habitações da classe trabalhadora e da classe média e, finalmente, os subúrbios. Esse mapeamento da cidade de Chicago era acompanhado de informações qualitativas e quantitativas sobre cada um de suas partes, evidenciando interesse na espacialidade urbana e em seus padrões de desenvolvimento. Assim, a distribuição dos imigrantes por origem em bairros diferenciados, bem como dos negros, o desenvolvimento e os investimentos desiguais em cada um dos bairros, distintos padrões de habitação urbana e serviços públicos etc. A cidade não surgia, pois, como uma abstração, fruto de uma teoria sociológica, mas como realidade concreta, mensurável, verificável, em permanente transformação e, portanto, possível de ser melhorada, aperfeiçoada, por meio do saber sociológico.

Hoje você possui muitas informações sobre a sua cidade, sobre cidades no Brasil e no mundo, com seus problemas habitacionais, de pobreza e criminalidade, pela imprensa, pela televisão, pelo cinema, pela literatura e pela internet. Você pode imaginar, contudo, o que significava, no início do século XX, o crescimento desordenado das cidades e suas consequências para a vida das pessoas? Esses fenômenos eram novos. Claro que antes havia pobreza, mas ela era espalhada por pequenas cidades no interior e, portanto, não

tinha a visibilidade que passou a ter então; tampouco significava um real desafio à ordem, daquele momento em diante, como passou a ser. Por outro lado, naquela época a ciência não dispunha de instrumentos adequados para identificar claramente esses problemas, diagnosticá-los e sugerir soluções. A Escola de Chicago tentaria suprir tudo isso.

Agora, procure imaginar a cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1920 e 1930. O Rio de Janeiro já era então uma cidade bastante complexa, apresentando algumas similaridades com Chicago, mas também muitas diferenças. O Rio possuía, por exemplo, um centro altamente valorizado. Por ser então a Capital Federal, abrigava um importante centro administrativo, político e financeiro. Possuía também uma área de transição, próxima ao centro, na qual se concentravam ex-escravos e seus descendentes, prostitutas, desempregados, imigrantes vindos de regiões pobres da Europa, que habitavam casas precárias e viviam de biscates e de pequeno comércio e algumas vilas operárias (olhe um mapa da cidade do Rio de Janeiro e visualize a região da Praça Onze, da Gamboa e a que hoje é a Cidade Nova). Na Zona Norte, ou seja, na Tijuca e nos bairros do subúrbio, localizavam-se as moradias de classe média e também da classe trabalhadora. A Zona Sul, Flamengo, Botafogo e Copacabana, era área de moradia das elites e da classe média. Essa espacialização do Rio de Janeiro em muito lembra as zonas concêntricas de Chicago, identificadas pelos sociólogos, não é?

No entanto, o Rio de Janeiro iria assistir ao crescimento de algo que se tornou específico, alterando a espacialização já apresentada: as favelas. Em princípio, elas se formaram como uma espécie de receptáculo de populações expulsas do centro da cidade por ocasião dos grandes projetos de reforma urbana do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e de demolição de moradias populares e precárias. Hoje, as favelas encontram-se encravadas na natureza e em todos os cantos, nas Zonas Norte e Sul, no centro e nos subúrbios, como partes ao mesmo tempo constitutiva e marginal da cidade. E as

favelas expressam problemas como a desigualdade social crescente, passando pela criminalidade e a pobreza, até a ausência de políticas públicas de habitação e transporte para populações de baixa renda. Para compreender esses problemas, caso fôssemos adeptos da Escola de Chicago, não bastaria apenas identificá-los a olho nu. Teríamos de produzir uma estatística para quantificar o tamanho dos problemas, a quem eles mais afetariam e o impacto que eles promoveriam na cidade como um todo. Nesse sentido, a Escola de Chicago foi de fundamental importância para que se consolidasse não só uma sociologia do espaço, da cidade, a chamada sociologia urbana, mas também para a elaboração e o aperfeiçoamento de métodos quantitativos de pesquisa, utilizando estatísticas e séries históricas, assim como qualitativos, como pesquisas de opinião. Assim, a sociologia inspirada na Escola de Chicago transformou-se em um poderoso instrumento capaz de produzir diagnósticos e de orientar governos sobre diversos temas, problemas e políticas de planejamento urbano.



---

### Atende aos Objetivos 3 e 4

2. Durante muito tempo, cidades foram sinônimo de segurança. Desde o final da Idade Média, cidades muradas e densamente ocupadas ofereceram proteção e *status* aos que tinham o privilégio de ser seus cidadãos. O medo estava na natureza, com seus demônios, nos caminhos vazios e sujeitos à ação de bandos de salteadores, no isolamento da vida rural. As cidades passaram ainda a representar sofisticação e civilização em contraste com a rusticidade da vida rural.

O medo da cidade e a elaboração de sentimentos antiurbanos são coisas relativamente recentes. Começaram a tomar forma com a expansão das grandes cidades industriais a partir do fim do século XIX e arraigaram-se mais em algumas partes do mundo ocidental do que em outras. Até recentemente, sentimentos antiurbanos foram mais fortes nos Estados Unidos do que na Europa ou na América Latina (para ficar restrito apenas a esta parte do mundo, já que as cidades na Ásia e no Oriente Médio têm toda uma outra história). Hoje em dia, os medos associados ao espaço urbano cresceram tanto que algumas cidades vêm perdendo sua conotação de proteção e segurança, para adquirir apenas a de perigo.

A violência e o crime são atualmente o cerne do sentimento antiurbano e dos ataques ao tipo de espaço público corporificado nas cidades ocidentais. Mas embora o crime sirva de emblema aos perigos urbanos, o medo da cidade não diz respeito apenas à violência: ele indica mudanças profundas em algumas noções constituintes do mundo moderno. A ideia da cidade protetora dos cidadãos se firmou junto com outras noções fundamentais: as de democracia, de liberdade, e de igualdade dos cidadãos. Na era das revoluções, as cidades ocidentais transformaram-se basicamente em cidades abertas. Perderam muros, destruíram privilégios, rasgaram avenidas e consolidaram a noção de que o espaço público é aberto à circulação de todos os cidadãos a despeito de suas diferenças sociais (CALDEIRA, 2008).

1. Leia com atenção o texto e procure identificar na sua cidade quais são os “medos” que mais preocupam os moradores e os governantes.
2. Compare a sua cidade com cidades maiores e discorra sobre quais são as características que as diferenciam.
3. Você seria capaz de comparar a sua cidade, ou seja, como ela se estrutura hoje e quais os seus principais problemas três décadas atrás?

---

---

---

---

É grande a possibilidade de respostas para estas três perguntas. É possível que, entre os medos da sua cidade, encontrem-se problemas tão diferentes quanto a criminalidade e a solidão. É possível, também, que entre as diferenças entre a sua cidade e cidades maiores, você localize políticas públicas menos desenvolvidas e, de outra parte, sentimentos comunitários mais fortes, que suprem a carência destas políticas. É possível, por fim, que você perceba que, há três décadas, esses mesmos laços comunitários eram ainda mais fortes do que são hoje. Quaisquer que forem as suas respostas, elas se inserem no campo de estudos da sociologia urbana.

Agora que você já viu a importância da Escola de Chicago para a sociologia urbana, vai ver como ela lidou com outras questões, também ligadas às cidades.

Você pode imaginar o que significava para um sociólogo urbano estar diante de uma variedade cultural imensa em uma cidade como a de Chicago, que desde o final do século XIX vinha recebendo sistematicamente imigrantes de várias regiões da Europa



e migrantes internos, especialmente os negros do Sul? Não à toa, os estudos sobre imigração ocuparam parte do interesse dos sociólogos da Escola de Chicago.

Eles estavam interessados, sobretudo, em compreender a capacidade de grupos de imigrantes tão diferenciados se justaporem em alguns contextos urbanos e, até mesmo, de experimentarem formas de interação e de solidariedade. Se na Polônia católicos e judeus frequentemente tinham conflitos, no contexto americano eles se juntavam em muitas ocasiões. Por outro lado, se em seus países de origem muitos imigrantes identificavam-se mais com suas regiões do que com a identidade nacional – por exemplo, sicilianos, piemonteses, calabreses etc.–, nos Estados Unidos muitos passavam a se identificar com o seu Estado-Nação, a Itália, como notou Robert Park. Outro exemplo: na virada do século XIX para o XX, os judeus de origem polonesa mantinham-se unidos, assim como aqueles de origem alemã, húngara ou russa. Eram judeus poloneses, alemães, húngaros ou russos. Muitas vezes tinham sinagogas, instituições de ajuda mútua, cemitérios e escolas separados. Possuíam *landmanschafts*, associações de conterrâneos. No ambiente americano, no entanto, a dimensão religiosa acabou por se sobrepor à origem nacional, criando a identidade do judeu americano. Em suma, os imigrantes não apenas traziam, para os Estados Unidos, suas identidades de origem. Estas identidades eram redefinidas nos Estados Unidos e, em interação com outras identidades, redefinidas mais e mais vezes. Os sociólogos de Chicago notaram que havia padrões gerais, sociológicos, de redefinição de identidades entre os imigrantes, fenômeno que até então era percebido como relativo à psicologia de cada indivíduo ou à sua origem nacional, religiosa ou étnica.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os sociólogos de Chicago, cidade repleta de alemães e italianos, foram estimulados a estudar esses grupos para identificar o grau de americanização em que se encontravam. O problema da capacidade de integração à sociedade americana desses imigrantes colocava em foco o problema da suspeita sobre a existência de inimigos internos. Isso contribuiu para

.....

aumentar o interesse sobre o tema da imigração e para expandir os estudos nessa área. Seja como for, nos Estados Unidos, graças à Escola de Chicago, a questão dos imigrantes tornou-se um dos principais focos da sociologia urbana.

## **Crime e delinquência**

Um desdobramento sobre os estudos da cidade realizados pela Escola de Chicago foi a problematização sociológica da criminalidade e da delinquência. Até então, era muito comum associar-se a violência à herança genética de algum indivíduo, à sua origem nacional ou étnica, ou a fatores psicológicos. Essa foi a época, é bom lembrar, do pensamento eugênico, que você viu na Aula 2, que pensava a evolução da espécie passo a passo com a evolução moral. Para a eugenia, filhos de criminosos teriam maior propensão à criminalidade. Por outro lado, muitas vezes a criminalidade era associada a certos grupos de origem nacional, como os italianos, que teriam trazido para os Estados Unidos suas práticas mafiosas. A Escola de Chicago rompeu com tais perspectivas, analisando a criminalidade e a delinquência como fenômenos originários de uma série de condicionantes sociais.

No início do século XX, o crescimento desordenado das grandes cidades atingia mais diretamente a população dos migrantes e imigrantes. Então, era fácil associá-los imediatamente à desordem, à negação dos valores americanos, à bebida, à arruaça...

Como tratar sociologicamente tais problemas? Associando-os às questões da sociologia urbana. Por exemplo, à questão dos guetos. Nas grandes cidades americanas, Chicago em particular, os cortiços proliferavam, na medida em que ondas de imigrantes vindos da Europa e migrantes vindos de pequenas cidades americanas, como os negros vindos do Sul, iam se aglomerando. Tais imigrantes e migrantes, além de morarem em habitações precárias, viviam também em guetos, discriminados pelos moradores mais antigos,

sobretudo os brancos em relação aos negros, mas também os anglo-saxões em relação aos italianos e eslavos, ou os cristãos em relação aos judeus. Nos guetos havia, portanto, uma sensação de proteção, de lealdade e de solidariedade mas, ao mesmo tempo, de exclusão e falta de perspectivas de inclusão. Nas grandes cidades americanas, ainda hoje, é muito comum encontrarmos bairros italianos, judeus, chineses, mexicanos, alemães, poloneses, húngaros, russos, porto-riquenhos etc., que foram historicamente se constituindo para abrigar essas populações.

Então, a Sociologia articulou o problema da guetização, os problemas de integração social, ao problema da delinquência, como, por exemplo, as gangues. No caso da cidade de Chicago, nas primeiras décadas do século XX, observava-se ao lado de uma fortíssima expansão da industrialização e da guetização, o aumento da criminalidade. O combate a essa criminalidade, identificada em detalhes pelas pesquisas da Escola de Chicago, foi empreendido por meio da repressão policial e pelo aumento dos índices de encarceramento. Isso resolveria o problema? Mas, afinal, o que é uma gangue, quais as razões de seu surgimento e como melhor combatê-la?

A gangue pode ser definida como um agrupamento de jovens que se coloca à margem das regras sociais. De modo geral, esses jovens pertencem aos segmentos menos favorecidos da sociedade, principalmente de imigrantes e negros, que viveram experiências de exclusão e preconceito, tanto simbólicas quanto físicas e profissionais. Assim, eles fecham-se em gangues, tanto para se proteger mutuamente quanto para ameaçar a ordem que os exclui ou, mesmo, a outras gangues. Nesse sentido, a violência das gangues surge contextualizada em uma ampla rede de relações sociais, que inclui questões relativas ao espaço urbano, às políticas públicas, às oportunidades de trabalho e ascensão social, à integração de grupos de imigrantes etc.

Ademais, as gangues constituem um interessante estudo de caso para os sociólogos porque, ao mesmo tempo em que expressam

os problemas acima referidos, não estão submetidas a formas tradicionais de controle social, como a família, a igreja e a escola. Estão submetidas, ou são objetos – ou esse é o objetivo – de controle do Estado, através de leis e da polícia. O controle exercido pelo Estado é qualitativamente diferente do exercido pelas famílias, pela igreja e pela escola. Enquanto estas lidam com valores, princípios morais e éticos, elementos de afetividade, coesão e integração, a polícia lida com a repressão e a manutenção da ordem. Daí que o tratamento sociológico da questão da violência, da delinquência e da criminalidade resulta em uma visão muito mais complexa do que era tratado anteriormente.

## CONCLUSÃO

A Escola de Chicago, ao rejeitar as grandes visões macrosociais da “sociologia clássica”, tidas como excessivamente teóricas, enfatizou a observação direta de fenômenos sociais através de estudos de caso ou estudos de campo. Os fenômenos sociais em foco em tais estudos – o fenômeno urbano, a imigração, a criminalidade – deveriam ser mensurados, quantificados, diagnosticados e o resultado das análises sociológicas não deveriam se restringir à compreensão, mas também à oferta de soluções, sobretudo aos governantes, para os problemas encontrados. Nesse sentido, a Escola de Chicago pode produzir uma sociologia que se diz mais engajada e pragmática.

## Atividade Final

### Atende ao Objetivo 4

Elabore uma redação na qual você discorra sobre suas experiências com imigrantes ou sobre alguma experiência histórica com imigrantes sobre a qual você tenha ouvido falar, ou lido, e que tenha de alguma maneira te chamado a atenção. Caso haja grupos de imigrantes na sua cidade ou indivíduos estrangeiros, procure descrever em detalhes o que há de específico no comportamento deles se comparado ao hábitos dos brasileiros.

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

## Comentário

O objetivo é que você não apenas identifique um grupo de imigrantes, ou imigrantes individuais, mas descreva aspectos que lhe chamem a atenção. Pretende-se aqui observar em que medida essas descrições estão repletas de juízos de valor, estigmas, manifestações de preconceito ou até de reverência e admiração em relação a esse outro, o estrangeiro.

## RESUMO

Você agora deve consolidar alguns pontos relevantes para compreender as questões e os temas pesquisados pelos sociólogos da Escola de Chicago: 1) o uso do conceito de ecologia urbana; 2) o trabalho de campo e o estudo empírico; 3) o estudo da cidade e seus maiores problemas: imigração, delinquência, crime e problemas sociais; 4) a ideia da cidade como laboratório social (com o objetivo de atuar politicamente sobre os problemas da cidade). Estes, enfim, os pontos centrais da Escola de Chicago.

## Informações sobre a próxima aula

Depois de conhecer o surgimento da sociologia no contexto europeu e no norte-americano, você deslocará a sua atenção para um novo contexto: o Brasil. Quais são as origens das primeiras reflexões de tipo sociológico no Brasil? Quem são os expoentes dessa reflexão? Quais são os temas e as questões que caracterizam essa sociologia incipiente? Em que medida ela produz questões e diagnósticos específicos se comparados ao que observamos nas aulas anteriores?

# Aula 7

O ensaísmo  
como precursor  
da Sociologia  
no Brasil

## Metas da aula

Apresentar o contexto de emergência e de produção intelectual do que ficou conhecido como o ensaísmo sociológico dos anos de 1930 e 40; identificar nessa sociologia interpretativa e incipiente, as formas pelas quais seus autores buscam transpor os dilemas entre a tradição e a modernidade no Brasil.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os temas mais recorrentes do ensaísmo brasileiro e seus principais autores;
2. reconhecer quais eram os dilemas brasileiros naquele contexto entre os anos 1920 e 1940 e como eles foram diferencialmente tratados por três autores exemplares: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior;
3. reconhecer nesses autores os fundadores e intérpretes de um Brasil cuja história é dotada por cada um deles de um sentido que está dado fundamentalmente na origem do país.

## Pré-requisitos

Você compreenderá melhor esta aula se a articular com as Aulas 4, 5 e 6. Marx, Weber e a Escola de Chicago tiveram influência direta sobre o ensaísmo sociológico brasileiro.



## INTRODUÇÃO

Se você está com a memória em dia, lembrará que a Sociologia surge como uma disciplina científica no contexto europeu entre os séculos XIX e XX em sintonia com um complexo processo de enormes transformações sociais. A industrialização, o surgimento de grandes centros urbanos, a emergência de novos atores sociais – os trabalhadores urbanos e industriais, os segmentos médios da sociedade; o surgimento de novos fenômenos políticos e sociais – a Revolução Francesa, o sufrágio universal, a burocratização crescente do Estado, a secularização, a emergência das massas urbanas; enfim, uma miríade de grandes mudanças e novos fenômenos que serviram como uma espécie de “laboratório” de observação para essa nova ciência, a Sociologia. Você também teve a oportunidade de observar que, nos Estados Unidos, a Sociologia surge tanto no âmbito das universidades quanto nas formulações de políticas públicas, com base em observações de fenômenos que emergem nas grandes cidades, inaugurando um novo olhar (a um só tempo científico e político) sobre os fenômenos sociais presentes no chamado novo mundo. Além dos atores sociais clássicos do mundo industrial – burguesia e trabalhadores –, essa sociologia do “novo mundo” buscaria identificar novos atores, específicos ao contexto americano, especialmente grupos imigrantes, étnicos e raciais, contribuindo com diferentes desafios e questões para o entendimento da dinâmica social, da interação social, do conflito, da acomodação e da adaptação nas cidades e no mundo rural.

E no Brasil, como identificar o surgimento da Sociologia? Até que ponto aquelas transformações que mobilizaram o surgimento da Sociologia no contexto europeu e norte-americano estavam presentes no contexto brasileiro? Quais são as especificidades da reflexão de tipo sociológica que se pratica no Brasil? Qual é o seu impacto na sociedade brasileira?

Com esta aula, você terá a oportunidade de construir na sua imaginação um quadro mais amplo das formas como a Sociologia se estrutura em diferentes contextos nacionais. O Brasil, por certo, não está fora desse quadro. A experiência de constituição da Sociologia no contexto brasileiro apresenta diferentes etapas que merecem ser exploradas. Na aula de hoje, você terá a oportunidade de conhecer uma modalidade da Sociologia – o ensaísmo dos anos 1930 e 40 – cujas finalidades não são completamente científicas, mas que não obstante funcionou como um sólido fundamento para a constituição, já nos anos de 1950, da Sociologia como disciplina científica, institucionalizada e de matriz universitária no Brasil. Foram selecionados para esta aula três grandes ensaístas que, cada um ao seu modo, buscariam explorar os dilemas da sociedade brasileira. E eles realizaram essa exploração por meio de uma compreensão criativa e de grande apelo simbólico, especialmente em um país que nos anos de 1930 ainda tentava consolidar uma imagem republicana, moderna e nacional, nascida com a abolição da escravidão e com o fim do Império. Tal como na Sociologia produzida no contexto europeu e norte-americano, o ensaísmo sociológico brasileiro irá se dedicar também a compreender como se processou a passagem da tradição para a modernidade no Brasil. Buscará identificar até que ponto a nossa trajetória histórica apresenta as mesmas condições e características da trajetória da passagem da tradição para a modernidade observada no contexto histórico europeu. Em comparação com os Estados Unidos, o nosso ensaísmo sociológico buscará pontos de articulação e de diferenciação quanto à experiência da escravidão e quanto ao tema do negro no pós-abolição.

## **Ensaísmo sociológico e História**

De imediato, é bom que você saiba que a reflexão sociológica nasce no Brasil com uma preocupação nitidamente histórica. Para melhor compreender o Brasil nos anos de 1930 e 1940, momento de maior

produção do ensaísmo sociológico brasileiro, é necessário identificar a maneira pela qual esse ensaísmo busca interpretar a dinâmica histórica de formação do país, o tipo de colonizador português que aqui chegou, as populações que aqui viviam, especialmente escravos africanos, crioulos e indígenas, as características dessas populações, as formas de poder senhorial, de dominação colonial, de instituições políticas, de trabalho e produção que aqui foram sendo constituídos e o tipo de economia que aqui se praticava. Todas essas preocupações, de natureza nitidamente histórica, fazem parte da reflexão ensaísta que se consolida no Brasil, sobretudo entre os anos de 1930 e 1940. A busca do passado seria o melhor caminho para a compreensão e os diagnósticos do presente.

## O contexto dos anos 1930-40

O Brasil dessas décadas exibe enormes transformações e apresenta, de uma perspectiva regional, enormes contradições. O mundo do trabalho começa a demandar maior atenção, especialmente porque o mercado experimenta uma inédita diversificação, tornando mais complexo o mundo urbano. De um país basicamente rural, despontam nesse contexto atores nitidamente urbanos, a classe operária, por exemplo, acirrando ainda mais as contradições entre o trabalhador do mundo urbano e rural: os imigrantes em busca de integração e acomodação eram, em alguns casos, vistos como ameaça, especialmente pelo governo; um campesinato ainda aprisionado ao mandonismo e ao coronelismo rural; o fim da escravidão que legaria à República uma massa de ex-escravos em busca de oportunidades de trabalho e sobrevivência. Em 1930, esses ex-escravos e descendentes de escravos lutam pela integração à nação, organizando-se em movimentos negros ou em movimentos nacionalistas como, por exemplo, o **Movimento Integralista**. Entre os anos de 1930 e 1940, observa-se, ademais, o crescimento de movimentos de esquerda. A reação é imediata. Instaura-se em 1937 um governo,

### **Movimento Integralista**

Movimento que se desenvolveu no Brasil nos anos de 1930 e que reunia em suas fileiras setores da classe média, militares, Igreja, setores oligárquicos e negros. Sua representação institucional se dá com a criação da chamada Ação Integralista Brasileira (AIB), cujos ideólogos mais conhecidos são Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Esse movimento buscava resgatar e resguardar uma identidade nacional genuinamente brasileira por meio de um discurso fortemente nacionalista e autocongratatório e também de um discurso fundamentalmente anti-imigrantista.

mais do que nacionalista, autoritário. Inicia-se o chamado Estado-Novo com o fim das liberdades políticas. Os intelectuais nesse período dividem-se em várias vertentes da direita à esquerda. Muitos destes eram ligados ao movimento modernista dos anos 1920. É nesse contexto autoritário e nacionalista que eles iriam buscar uma interpretação do Brasil, especialmente seu passado e suas raízes, para compreender o presente em que eles viviam e para vislumbrar um futuro viável ou não. O ensaísmo que nasce nesse contexto fará perguntas ao passado a fim de propor inéditas interpretações sobre nossa origem, nossa autonomia como nação, sobre o caráter do povo brasileiro, sobre a identidade nacional, afastando-se de versões canônicas da História, típicas do século XIX. Essas, de modo geral, caracterizavam-se fundamentalmente pela utilização de registros históricos oficiais, fontes documentais do Estado e mesmo em uma concepção científica da História. Contrariando essa tendência, o ensaísmo histórico-sociológico irá valorizar e utilizar um conjunto de fontes, antes não valorizado: folclore, anúncios de jornais, cultura material, costumes populares, arquitetura, arte, vestuário e alimentação, hábitos, comportamentos, enfim, diferentes formas de manifestações históricas que não se resumem aos grandes monumentos, grandes personalidades e grandes acontecimentos.

No estudo da sua história íntima despreza-se tudo que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo. Estudando a vida doméstica dos antepassados, sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o "tempo perdido". Outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e em cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos (FREYRE, 2000, p. 219-220).

## Os males do Brasil?

Ainda na segunda metade do século XIX, cientistas e intelectuais brasileiros, ou estrangeiros de passagem pelo Brasil, acreditavam que um país cuja mistura de raças era bastante disseminada estava fadado à “degeneração”, conforme prognósticos elaborados pelo conde de Gobineau e por Agassiz, dois adeptos do racismo, um representante do governo francês e o outro um naturalista, que se encontravam no Brasil na década de 1860. O Brasil, mesmo vivendo sob o regime de escravidão, era um país, já no século XIX, altamente miscigenado. O intercuro entre brancos, índios e negros (escravos ou libertos) já havia transformado o Brasil em uma sociedade visivelmente misturada, a ponto de produzir um enorme desconforto e estranhamento aos olhos dos estrangeiros que, por viverem na Europa e nos Estados Unidos, estavam pouco familiarizados com tamanha mistura de “raças”. Para esses visitantes, uma nação que se prestava à desordem da mistura racial dificilmente seria capaz de alcançar o estágio de civilização já atingido pelos países de população “racialmente pura” da Europa.

Em resposta a esse prognóstico, duas teses são formuladas por intelectuais brasileiros: 1) a primeira nasceu ainda no Império e perdura até o início dos anos de 1930 e revelava-se simpática à sentença de que o Brasil estava em vias de degenerar-se, caso persistisse na “desordem racial”; contudo, não viam esse prognóstico como uma sentença inevitável. Acreditavam, nesse caso, em uma longínqua saída: se a “raça” branca era superior às demais, após várias gerações de mistura inter-racial e com a crescente chegada em nossos portos de imigrantes europeus brancos, muito provavelmente o Brasil encontraria o rumo do “branqueamento”, igualando-se, então, às nações puras e desenvolvidas, ou seja, a presença da “raça” branca em maior número, dotada de características superiores, necessariamente se sobreporia à “raça” negra e à indígena. Essa vertente racial ficou conhecida como a que formulou a “ideologia do branqueamento”, e seus principais representantes, com nítidas pretensões científicas, eram: Nina Rodrigues, Sílvio Romero e

### **Culturalismo**

Abordagem que vê na cultura o principal fundamento para a explicação de fenômenos sociais. Nesses termos, a cultura é vista como autônoma e independente das determinações biológicas e/ou da natureza. O culturalismo é a mais clara expressão da separação entre raça e cultura. Uma raça não é portadora de uma cultura que está a ela irremediavelmente associada. Brancos, negros e índios podem partilhar uma mesma cultura.

Oliveira Vianna; 2) a segunda tese, nascida já na República, por volta dos anos de 1930, buscava, como desafio, encontrar uma outra interpretação para o “problema racial” brasileiro. O principal argumento dessa corrente era a de que a miscigenação racial, ao contrário de ser algo que condenaria e inviabilizaria a sociedade brasileira, seria, ao contrário, uma rara qualidade, um diferencial positivo do povo brasileiro em relação aos povos europeus e ao norte-americano. A mestiçagem transformar-se-ia, para os adeptos dessa corrente, em uma característica própria da nação brasileira, um elemento poderoso para sua formação nacional e uma clara evidência de que os brasileiros eram mais flexíveis e mais democráticos, pois efetivamente se misturavam. Essa vertente ficou conhecida como “**culturalista**”, em oposição à outra, conhecida como “**racialista**”, e perdurou até os anos de 1950, quando a Sociologia, ao transformar-se em uma ciência institucionalizada e ensinada nos bancos universitários, redefine como uma ciência social o problema do negro, da miscigenação e do racismo no Brasil, como você verá em aula futura.

### **Racialismo**

Definição que se pretende científica sobre as diferenças entre as raças, também chamado raciologia. O racialismo acredita na existência das raças, ou seja, supõe que a espécie humana se encontra dividida em raças distintas (negra, branca, asiática etc.). O racialismo realça a natureza biológica do homem. O que é inato ao homem deve prevalecer sobre o que lhe é cultural. Para os racialistas, as várias raças possuem valores morais próprios que diferem de raça para raça (austeridade asiática, relaxamento africano, impulsividade europeia) e por vezes até de etnia para etnia (portugueses, russos e suecos reagem de modo diferente a situações iguais, para dar um exemplo). O racialismo considera o indivíduo um mero reflexo do grupo racial a que pertence. Muitas vezes o racialismo é visto como sinônimo de racismo. Pode-se afirmar que todo racista é racialista, pois acredita por princípio na diferença entre as raças, mas nem todo racialista é racista (ele não necessariamente julga as raças por sua superioridade ou inferioridade).

Um dos desafios dessa corrente “culturalista” seria a busca das raízes de nossa formação, ou seja, pretendia-se reinterpretar a História do Brasil desde a sua colonização, dando maior ênfase aos aspectos culturais da história, buscando identificar os males da nação não por meio de uma biologia ou de uma natureza que não pode mudar, mas sim por meio das instituições, dos costumes

e do poder. Pare estes os males dos Brasil encontravam-se muito mais no tipo de sociedade escravista desigual e autoritária do que nas diferenças “raciais”. Essa corrente de pensamento promoveu uma enorme transformação na maneira como o Brasil passa a se perceber como nação. De uma condição inferiorizada pela tese da degeneração do país miscigenado, o Brasil passa a ser interpretado como um país de grande futuro, pacificado, sem conflitos de raças, tolerante e cordial.

Ora, você talvez estranhe essa mudança de mentalidade dos intelectuais e cientistas, mas o fato é que a tese culturalista teve um impacto tão positivo e duradouro na mentalidade dos brasileiros que até hoje muitos se vangloriam e se autodefinem como um povo pacífico, amigo de todos os povos, racialmente tolerante e com uma cultura altamente miscigenada. Provavelmente você cultiva essa mesma impressão sobre o Brasil e os brasileiros. Por exemplo, ainda hoje os brasileiros consideram o Brasil o país do futuro, com uma natureza exuberante e um povo cordial. O brasileiro imagina também que vive em uma democracia racial, na qual todas as “raças” convivem pacificamente. Não faz muito tempo, era comum escutar que o Brasil e os brasileiros não eram racistas e que o problema do empobrecimento da população negra se devia às desigualdades de classe social e não ao racismo. Entretanto, o dia-a-dia mostra que o brasileiro, de muitas maneiras, comporta-se e age com preconceito.



---

### Atende aos Objetivos 1 e 3

1. Você já deve ter lido José de Alencar ou ouvido falar da união das três raças (branco, negro, índio) como o mito fundador da identidade nacional brasileira. Como você interpretaria esse mito? O Brasil hoje pode ser interpretado por mito? Produza uma narrativa sobre como você

definiria hoje esse mito, ativando exemplos que, por um lado, corroborem a atualidade do mito e, por outro, demonstrem a sua pouca eficácia simbólica hoje no Brasil.

### Comentário

Esta atividade pretende identificar em que medida o mito das três raças ainda opera de maneira naturalizada entre os brasileiros. Trata-se de verificar até que ponto você é capaz de formular uma argumentação crítica ao mito e relativizá-lo tendo em vista as transformações em curso no Brasil e as denúncias cada vez maiores de racismo na sociedade brasileira.



Você verá agora como os autores de *Casa-grande & senzala*, *Raízes do Brasil* e *Formação do Brasil contemporâneo*, buscam conhecer o mundo patriarcal, o passado escravista, a estrutura social e política por meio de tipos contrários e o sentido da colonização, na verdade bases criativas para se pensar as especificidades da passagem da tradição para a modernidade no Brasil.





## Gilberto Freyre

O nosso primeiro ensaísta, Gilberto Freyre (1900-1987), atento a um rico repertório de fontes alternativas às oficiais, busca reinterpretar positivamente o Brasil por meio do patriarcalismo e do papel decisivo do escravo na formação das nossas características culturais mais íntimas. Hábitos, manifestações culturais, folclore, modos de fala, sexualidade etc. são temas que povoam o universo ensaístico de Freyre. Inspirado na antropologia cultural norte-americana, Freyre irá produzir, com rara criatividade, uma história da cultura que é também uma história social dos encontros de culturas, uma história da cultura material.

[...]Arquivos de família, livros de assento, atas de Câmaras, livros de correspondência da corte, teses médicas, coleções de jornais, de figurinos, de revistas, estatutos de colégios, almanaques, álbuns de retratos, daguerreótipos, gravuras. Sem desprezar, é claro, diários e livros de viajantes estrangeiros (FREYRE, 2000, p. 748).

A sua sociologia se fundamenta mais na cultura do que na ciência. Tal procedimento é metodologicamente inovador. Ainda no seu tempo, a Sociologia encontra-se profundamente ocupada

com os temas da ciência biológica, da raça, da eugenia, e com o darwinismo social. Gilberto Freyre irá divorciar a sua pesquisa e reflexão sociológica das versões biológicas sobre raça. Para ele, o que torna o Brasil interessante do ponto de vista sociológico é que ele é um laboratório não de “raças” puras, mas de “raças misturadas”. O português já teria trazido de Portugal a mistura, a miscigenação (o português já era uma mistura de europeu, mouro e judeu), e dissemina aqui esse hábito. Desde a formação histórica do Brasil, essa predisposição à mistura teria viabilizado e facilitado formas culturais de interação, mas que se expressavam ao mesmo tempo por meio da violência e do afeto.

...devemos atender às circunstâncias especialíssimas que entre nós modificaram ou atenuaram os males do sistema. Desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte na América (FREYRE, 1987, p. 352).

Costuma dizer-se [sic] que a civilização e a sifilização andam juntas. O Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado. A contaminação da sífilis em massa ocorreria nas senzalas, mas não que o negro já viesse contaminado. Foram os senhores das casas grandes que contaminaram as negras das senzalas. Por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para um sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem (FREYRE, 1987, p. 317).

Esses antagonismos culturais, ou seja, o senhor patriarcal tratar de maneira violenta e autoritária seus escravos e agregados e ao mesmo tempo permitir intimidades sexuais com mulheres escravas, ou criar o filho nascido de sua relação com uma escrava, eram vistos por Freyre como antagonismos em equilíbrio, o que resguardava, conforme esse autor, aquela sociedade escravista de maiores conflitos. O escravo no ensaísmo de Freyre é um ator histórico

importantíssimo para se pensar o Brasil durante a escravidão e no período pós-escravista. A contribuição do negro para as particularidades da cultura brasileira é, não raro, mais enfatizada na obra de Freyre do que aquela trazida pelo português ou aquela observada no indígena. Esta será a marca interpretativa do ensaio histórico-sociológico que Gilberto Freyre desenvolve em seu principal trabalho: *Casa-grande & senzala*, de 1933. *Casa-grande* é um livro sobre os engenhos e os tipos sociais que os compunham. É uma análise da sociedade escravocrata e das mentalidades de seus atores históricos fundamentais: o indígena, o português e o escravo.

Há muito de otimismo na obra de Freyre, particularmente porque ele enxergou na experiência da escravidão no Brasil um aspecto que demarcaria a sua sociologia definitivamente no Brasil: o fenômeno da miscigenação. Se décadas antes a miscigenação ou mistura entre as raças era vista como o principal mal do Brasil, uma vez que inviabilizava a civilização nos trópicos, a partir da obra de Freyre, a mistura, a mestiçagem, transforma-se em bálsamo para a autoestima do brasileiro. A miscigenação apontava para a possibilidade de um novo homem, não racialmente enfermo, mas vigoroso, portador de uma nova cultura. Para Freyre, mesmo tendo sido violentíssima a sociedade escravista patriarcal, ainda assim era possível celebrar o passado pelo que ele havia legado na passagem da tradição para a modernidade: a positividade da mistura, a relativização dos racialismos científicos e a aposta em um futuro muito distinto da visão pessimista sobre o Brasil e os brasileiros que, de modo geral, estava irremediavelmente ligada ao chamado legado ou herança da escravidão.

## **Gilberto Freyre e uma nova interpretação do Brasil**

Não foi só de alegria a vida dos negros escravos dos  
ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram  
comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas

e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo – a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas. Não morreram, mas ficaram penando (FREYRE, 1987, p. 464).

*Casa-grande & senzala* é na verdade um livro que representa um grande esforço de síntese da formação da sociedade e do povo brasileiro, através do português branco colonizador, do índio nativo da terra e do negro escravo trazido da África. A síntese dessas três “raças” é tratada não de uma maneira apenas harmônica, como se uma raça complementasse a outra. É mais complexo do que isso. Trata-se de uma interpretação das três raças pela chave ora do conflito, ora do equilíbrio, do contraste, da exploração e da submissão. O livro representa um ponto de inflexão no pensamento social brasileiro e é até hoje considerado uma obra clássica, quase insuperável. Você que talvez não tenha ouvido falar ou que já tenha ouvido falar um pouco de Gilberto Freyre deve estar se perguntando sobre a razão de tanta importância dada à obra desse autor. Vamos então conhecê-lo um pouco mais.

### **Franz Boas**

Antropólogo nascido em 1858 na Alemanha. Doutorou-se em Física ainda na Alemanha. Parte para o Canadá, onde estuda os esquimós e se encanta com a antropologia. Em 1899, ingressa como professor na Universidade de Colúmbia, em Nova York, e desenvolve pesquisas sobre antropologia física e depois sobre linguística. Realizou pesquisa etnológica sobre os índios americanos, sobre sua arte e folclore. Entre seus principais trabalhos destacam-se: *The Mind of Primitive Man* (1911) e *General Anthropology* (1942). Morre em Nova York em 1942. Gilberto Freyre torna-se seu aluno e orientando quando desenvolve seus estudos de doutoramento na Universidade de Colúmbia nos anos de 1920.

## **Uma breve biografia**

Gilberto Freyre nasceu em 15 de março de 1900 em Recife em uma família da elite intelectual e econômica de Pernambuco. Foi criado na cidade, mas frequentava, desde pequeno, engenhos e casas-grandes de parentes e amigos. Seu pai era educador e juiz de Direito. Em 1917, Gilberto Freyre concluiria o curso de bacharel em Ciências e Letras. Foi para os Estados Unidos em 1920 e se diplomou bacharel em Artes. Concluiu dois anos depois seu mestrado em Ciências Sociais na Columbia University, em Nova York. Nessa universidade teve como professor o antropólogo **Franz Boas** que lhe ensinou a distinção entre raça



e cultura, cuja aplicação pode ser claramente observada em sua obra *Casa-grande & senzala*. Nessa obra, Freyre exercita uma notável capacidade de comparação com outros contextos culturais, talvez porque tenha tido a oportunidade de visitar Paris, Berlim, Munique, Nurembergue, Londres e Oxford, alargando seu horizonte de reflexão sociológica, histórica e antropológica. Também através dessas viagens aperfeiçoava o foco sobre os problemas brasileiros. Uma das questões que mais inquietavam e encantavam Freyre, era a miscigenação. A essa questão ele praticamente dedica o conjunto de sua obra.

A sua principal obra, *Casa-grande & senzala*, começa a ser elaborada no início de 1931, e é concluída e publicada em 1933. Dando continuidade às suas investigações sobre a sociedade patriarcal no Brasil, publica, em 1936, *Sobrados e mocambos* (Tomos I e II), onde mostra a decadência do patriarcado rural e a emergência da vida urbana através das transformações na arquitetura, nos hábitos, nos costumes, na mentalidade e nas relações sociais. O tema da modernidade brasileira é desdobrado em sua obra não tão conhecida *Ordem e Progresso*, editada em 1959. É na verdade uma coleção de depoimentos de brasileiros que viveram a passagem do Império para a República e especialmente viveram a abolição. Seu objetivo era compreender como o Brasil se fez moderno. Essa trilogia é a melhor expressão de como Gilberto Freyre compreendeu a passagem da tradição à modernidade; a passagem de uma sociedade patriarcal para uma sociedade burguesa, do trabalho escravo para o trabalho livre. A recepção da sua obra pela crítica brasileira foi notável, e a crítica estrangeira recebeu com entusiasmo sua obra, especialmente *Casa-grande & senzala*, livro que foi traduzido para diversos idiomas. Poucos sabem, contudo, que Gilberto Freyre não se aventurou apenas à pesquisa histórica e sociológica e aos ensaios, mas se envolveu com a política. Em 1946 foi eleito deputado federal constituinte, bem como se elegeu para a primeira legislatura que se inicia em 1950. Seus principais livros são: *Casa-grande & senzala* (1933), *Sobrados e mocambos* e *Ordem e progresso* (1959).



## Atende ao Objetivo 2

2. A obra de Gilberto Freyre enfatiza fundamentalmente a miscigenação racial e seus efeitos mais benéficos do que maléficos nas relações entre negros e brancos na sociedade brasileira. Hoje o Brasil tem sido alvo de críticas contundentes à miscigenação, que na verdade não teria resolvido o problema da desigualdade entre brancos e negros aqui. Nesses termos, a crítica tem considerado as representações positivas em torno da questão da miscigenação como um obstáculo político para a consciência política dos negros no Brasil. Diante da valorização da miscigenação observada em Freyre e das críticas mais recentes sobre as razões do racismo no Brasil, perguntamos: você considera que os brasileiros são racistas? Essa é uma questão que tem confrontado o brasileiro com o seu próprio racismo, que muitas vezes ele mesmo desconhece. Você já deve ter se perguntado sobre onde você guarda o seu preconceito e sobre onde seus vizinhos, familiares e cidadãos também guardam. Produza uma lista de situações que você vem observando no Brasil, ou mesmo na sua cidade, por meio das quais seja possível identificar manifestações diretas de racismo, manifestações sutis ou indiretas, e manifestações de solidariedade e mistura raciais.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

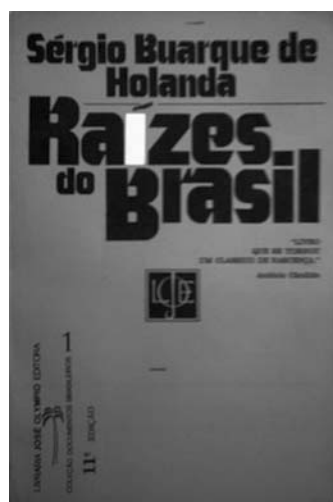
---

---

## Comentário

O objetivo desta atividade é levar você a pensar sobre a questão do racismo não apenas em tese, mas por meio de observações ou situações que o confrontem com o problema. Ele mesmo determinará, através da seleção de casos, o que ele define como racismo. O foco sobre essa questão será importante para aulas futuras.

---



## Sérgio Buarque de Holanda

Você provavelmente já ouviu falar de Chico Buarque de Holanda e é capaz de cantarolar várias de suas músicas. Do pai dele, contudo, você, um jovem dos dias de hoje, talvez nunca tenha ouvido falar. Se isso é verdade, trataremos de apresentá-lo. Nosso segundo ensaísta, Sérgio Buarque de Holanda, o pai do Chico, é um dos mais relevantes sociólogos brasileiros, e escreveu uma obra seminal, já aludida aqui, *Raízes do Brasil*. A novidade da sua abordagem ensaística é que, com uma narrativa elegante e econômica, ele irá propor um olhar histórico diferente do de Freyre, mais pessimista em relação ao legado histórico e simbólico do

processo de colonização do Brasil. Em *Raízes do Brasil* encontramos uma sociedade marcada por fortes contrastes, expostos em seu livro de maneira contrastiva: trabalho e aventura; rural e urbano; semeador e ladrilhador; iberismo e americanismo; escravidão e capitalismo; mundo novo e velha civilização; rotina e razão abstrata; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e homem cordial. É assim que ele interpreta o Brasil e os brasileiros: pela adoção de conceitos contrários e em oposição, bem como pela maneira como eles aparecem e interagem no processo histórico. É assim que Sérgio Buarque de Holanda construirá a sua versão histórica do Brasil. Em seu mais conhecido trabalho, *Raízes do Brasil*, de 1936, Sérgio Buarque de Holanda constrói os “tipos ideais” (ele sofre grande influência da sociologia de Max Weber, que você já conheceu na Aula 5) por meio dos quais identifica criticamente no “tipo de colonizador português” características que teriam promovido as condições do atraso brasileiro. Para construir o tipo de colonizador português, ele desenha também um tipo de colonizador espanhol como mais uma expressão do seu método histórico compreensivo baseado nos tipos ideais de Max Weber, mas aqui colocados em contraste. Ao contrário de Freyre, ele não exhibe otimismo em relação ao Brasil que ele desvenda no passado.

Com esse método ele então identificará no processo histórico brasileiro, desde a colônia, mais vícios do que virtudes, mais problemas que soluções. Por meio da sua viva abordagem e fiel ao método dos contrastes, Sérgio Buarque de Holanda identificará problemas que você ainda hoje é capaz de reconhecer na sociedade brasileira e no funcionamento das suas instituições, tanto quanto no comportamento e nos hábitos dos brasileiros. Sérgio Buarque de Holanda buscará comparar e distinguir a colonização portuguesa da colonização espanhola, o tipo de colonizador português e o colonizador espanhol. Ao contrário do nosso primeiro ensaísta, Gilberto Freyre, será extremamente crítico quanto ao resultado da colonização portuguesa no Brasil. Para ele, o personalismo tradicional teria dado origem à frouxidão das instituições, à falta de coesão social (tema de que anteriormente tratamos em Durkheim,



especificamente na Aula 4); à exaltação do prestígio pessoal; à repulsa pelo trabalho regular; teria também dado origem a um curioso paradoxo: à vontade de mandar e à disposição para cumprir ordens. Outro aspecto salientado por Sérgio Buarque de Holanda é a sua ênfase na escravidão como um agravante para a aventura, o ócio e ausência de espírito de trabalho entre os homens livres. Também a oposição rural e urbana ganha em seu livro um lugar de destaque. Ele observa em sua investigação que a cidade brasileira, cópia de outras nações, não possuiria capital humana compatível. A população, de modo geral, era rural e exibida e era impregnada da mentalidade do mundo rural.

## O homem cordial

Sérgio Buarque de Holanda foi talvez quem melhor definiu um termo até hoje muito usado para se referir ao brasileiro: homem cordial. Contudo, não pelas razões que o seu significado literal sugere. Ao contrário do que possa parecer, “homem cordial”, não sugere bondade, educação, afeto ou generosidade. Homem cordial em *Raízes do Brasil* significa alguém inadequado ao trato impessoal, ou seja, indivíduo que sempre aciona sua marca familiar ou íntima em relação ao seu grupo primário. O chamado “jeitinho brasileiro” cunhado pelo antropólogo Roberto Da Matta, de que você muito provavelmente já deve ter ouvido falar, é uma espécie de versão de um mundo em que as pessoas se valem de seus parentescos, de amigos influentes, de benefícios pessoais, que relutam em face da lei para alcançar fins que deveriam ser atingidos por mérito, capacidade, merecimento, procedimentos formais, impessoais etc.

Para ele, o português e a tradição ibérica deixaram o Brasil por três séculos mergulhado na ignorância, na falta de empreendimentos urbanos e educacionais e mantendo-se com uma mentalidade basicamente rural e tradicional, evidência do atraso social existente no Brasil, longe dos apelos típicos da modernidade.



### Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

3. Procure interpretar com exemplos mais recentes essa passagem de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal... No "homem cordial", a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência (HOLANDA, 1988, p. 107 -108).

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

O objetivo dessa atividade é confrontar você com o significado mais sociológico e histórico da categoria “homem cordial”. É muito comum que se traduza esse termo ao pé da letra, quando para o autor o significado por trás desse termo pode revelar muito do familismo patriarcal tão presente no Brasil até hoje, sobretudo no Nordeste.

---

## Breve biografia

Sérgio Buarque de Holanda nasceu em São Paulo em 11 de julho de 1902, filho de Cristóvão Buarque de Holanda e de Heloísa Buarque de Holanda. Em 1921, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e participou do movimento Modernista de 1922. Torna-se bacharel em Direito em 1925. Foi colunista do *Jornal do Brasil*. Em 1929 viaja para a Europa, fixando-se em Berlim, ocasião em que conhece a obra de Max Weber. Viajou para a Europa em 1929, como correspondente dos Diários Associados. De volta ao Brasil, torna-se professor-assistente na Universidade do Distrito Federal na cadeira de História Moderna e Contemporânea em 1936. Neste mesmo ano, Sérgio Buarque de Holanda lança sua mais importante obra, *Raízes do Brasil*, considerada por muitos um dos maiores clássicos do ensaísmo sociológico brasileiro. Em 1946 volta a São Paulo e assume a vaga de professor de História Econômica do Brasil, na Escola de Sociologia e Política, em substituição a Roberto Simonsen. Filia-se em 1947 ao Partido Socialista. Muda-se para a Itália em 1952 a convite da Universidade de Roma. Foi membro fundador do Partido dos Trabalhadores, em 1980. Sérgio Buarque de Holanda morreu em São Paulo, em 24 de abril de 1982. Entre suas obras mais conhecidas estão: *Raízes do Brasil* (1936), *Cobra de vidro* (1944), *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Visão do paraíso* (1959).



## Caio Prado Júnior

Paralelamente aos trabalhos de tipo mais culturalista e sociológico, essa mesma geração de ensaístas produziria análises econômicas relevantes. Este é o caso de nosso terceiro ensaísta, Caio Prado Jr., autor de *Formação do Brasil contemporâneo*, de 1942, que busca compreender o Brasil através do materialismo histórico, aplicando pioneiramente a teoria marxista à História do Brasil, o que o leva a explorar as determinações econômicas da colonização (um país escravista, de latifúndios e de monocultura, altamente dependente das flutuações no contexto do antigo regime colonial). Essa preocupação em compreender o Brasil por meio da suas configurações econômicas, ou da infraestrutura, para usar uma terminologia marxista, é claramente uma influência do materialismo histórico de Marx, pensador que foi tratado na Aula 4. Conceitos e categorias típicas de teoria marxista são identificadas na obra de Caio Prado como, por exemplo: luta de classes, meios de produção, força de trabalho, etc.

A ênfase de Caio Prado recai sobre alguns importantes aspectos da colonização e o seu sentido, o que ora o diferencia ora o aproxima dos outros dois ensaístas. Este autor interpreta a História do Brasil considerando sua natureza comercial, sua dependência dos mercados internacionais, a expansão da exportação e o papel da escravidão como importante suporte econômico. Ao contrário de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. adota a concepção marxista da História para melhor mergulhar no universo colonial brasileiro e compreender a interdependência do Brasil relativa a Portugal. Entretanto, tal como Sérgio Buarque, e diferentemente de Freyre, Caio Prado enxerga na História do Brasil sérios problemas que irão corroborar a sua versão pessimista do legado colonial.

[...] incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução dos costumes; inépcia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos. Neste verdadeiro descalabro, ruína em que chafurdava a colônia e sua variegada população, o que encontramos de vitalidade, de capacidade renovadora? (PRADO, 1942, p. 355).

Caio Prado está interessado em compreender os problemas do atraso nacional no contexto dos anos 1930 e 1940, identificando as continuidades estruturais desde o período colonial. É no processo de colonização que este autor irá desvendar o sentido histórico que pode explicar a sociedade de seu tempo. É a empresa comercial que dará sentido à colonização do Brasil e marcará toda a trajetória brasileira, mantendo a nação dependente dos interesses das nações imperiais, presa ao sistema agroexportador e à economia escravista, fornecedora de mão-de-obra para a monocultura em grandes latifúndios. A família patriarcal configuraria uma organização social fundamental do domínio rural que se perpetuará por muito tempo, mesmo depois da independência do Brasil de Portugal e da abolição da escravidão. Para Caio Prado, as estruturas do antigo regime colonial se perpetuariam mesmo na República, expressando um deletério continuísmo sem clara ruptura entre a tradição e a modernidade.

## Breve biografia

Caio Prado Júnior nasceu em São Paulo em 1907. Era historiador, escritor e editor. Era bacharel em Direito, e sua licenciatura foi em Economia Política. Em 1933 publicou sua primeira obra, *Evolução política do Brasil*, e em 1942 seu extraordinário trabalho *Formação do Brasil contemporâneo*, no qual se observa uma clara identificação com o marxismo. Tal aproximação ao método marxista permitiria uma abordagem original à época para as origens do Brasil e o sentido da sua colonização. Como Freyre, a sua trajetória o encaminhou à vida política. Em 1945 é eleito deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e deputado constituinte em 1947, tendo seu mandato cassado quando é decretada a ilegalidade do Partido Comunista. Morre em São Paulo em 1990. Escreveu uma extensa obra. Seus trabalhos mais conhecidos são: *Evolução política do Brasil* (1933); *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) e *A revolução brasileira* (1966).



### Atende aos Objetivos 2 e 3

4. Você deve ler diariamente nos jornais matérias sobre economia brasileira e sobre o estágio no qual a economia brasileira hoje se encontra no cenário mundial. O setor agro-exportador, ou de agronegócios, a exploração de petróleo e de minério, a industrialização, o mercado de trabalho e seus índices de empregabilidade, a valorização do real frente ao dólar, o mercado de ações e sua valorização crescente, a desigualdade econômica e social. Enfim, o Brasil é, hoje, do ponto de vista econômico, extremamente complexo. Produza uma narrativa na qual você tente interpretar o Brasil considerando fundamentalmente seus determinantes econômicos no presente para compará-los com o Brasil que você já conhece do passado, ao menos desde o primeiro governo Vargas. Tal como Caio Prado, que retrato do Brasil você seria capaz de desvendar priorizando as determinações econômicas?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Pretende-se que você possa manipular dados do cenário econômico nacional e internacional e trazê-los à sua interpretação sobre o Brasil. Seria como se você adotasse “a mesma” perspectiva marxista que Caio Prado adotou na sua análise sobre a colonização do Brasil e seu sentido.

---

## CONCLUSÃO

O objetivo de apresentar o ensaísmo sociológico brasileiro como uma importante vertente da sociologia que se produziu no Brasil deve-se à sua indiscutível relevância e pioneirismo no resgate das origens da sociedade brasileira, por meio de fontes históricas altamente inovadoras para época; de teorias e metodologias sociológicas e filosóficas que permitiram buscar uma explicação, um sentido, uma linha de compreensão entre o passado colonial e o presente republicano. Com a compreensão da obra dos autores aqui tratados, podemos agora legitimamente incluir a sociologia brasileira no rol das sociologias do contexto europeu e norte-americano.

Como na sociologia desses contextos, a Sociologia que se inicia nos anos de 1930 e 1940 no Brasil apresenta preocupações muito semelhantes às outras sociologias, embora a trajetória histórica que aqui se desenvolveu apresente fenômenos específicos não identificáveis nos outros contextos. As formas de entendimento da passagem da tradição para a modernidade, a identificação de atores sociais do mundo tradicional e do mundo moderno; as formas de conflito e de coesão; a escravidão, o problema racial etc. são questões comuns às sociologias do Velho e do Novo Mundo. Os sociólogos clássicos vistos nas Aulas 4 e 5 (Marx, Durkheim e Weber) e a Escola de Chicago aparecem no ensaísmo brasileiro como interlocutores fundamentais para as interpretações sobre Brasil, sejam elas otimistas ou pessimistas, que nos foi legada por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

## Atividade Final

### Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Ao observar cada uma das interpretações do Brasil elaboradas por nossos três ensaístas, você mesmo poderá fazer um esforço de aproximação e de diferenciação das teses deles. Então, como você pode explicar que autores que viveram o mesmo contexto histórico e buscaram compreender o Brasil legaram-nos interpretações sobre os mesmos fenômenos, mas com diagnósticos tão diferentes?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



---

---

---

---

---

---

## RESUMO

Você talvez tenha se dado conta, agora que chegamos ao final desta aula, de que o ensaísmo sociológico brasileiro, representado fundamentalmente pelos três autores aqui tratados, pôde desvendar de maneiras criativas as características relevantes da sociedade brasileira na sua origem e os diferentes legados deixados na passagem da tradição para a modernidade no Brasil. Todos os ensaístas, como você viu, dotaram a História do Brasil de alguma característica que garantiria ao país uma especificidade, um caráter único em relação a outros contextos e culturas.

## Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai conhecer uma outra vertente do ensaísmo brasileiro: a dos pensadores autoritários. Assim como os autores que você conheceu nesta aula, os autoritários como Oliveira Viana e Azevedo Amaral estavam preocupados com a passagem da tradição para a modernidade no Brasil e percebiam no Estado autoritário o principal condutor de tal passagem. Os pensadores autoritários brasileiros, como você verá, tiveram grande importância no desenho e na legitimação do Estado Novo de Getúlio Vargas.



# Aula 8

O pensamento  
social brasileiro II:  
os pensadores  
autoritários

## Meta da aula

Apresentar o pensamento de dois dos principais proponentes do Estado autoritário brasileiro nos anos 1920 e 1930, Azevedo Amaral e Oliveira Viana.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a proposta do Estado autoritário de Azevedo Amaral e Oliveira Viana;
2. reconhecer a proposta de organização corporativa da sociedade brasileira por eles apresentada;
3. distinguir a diferença entre o fascismo e o autoritarismo corporativista.

## Pré-requisitos

Para melhor compreender esta aula, você deve estar atento aos conteúdos da Aula 4 relativos às diferentes formas de compreensão da dinâmica social – como conflito ou como solidariedade –, e da Aula 7, sobre outros autores do pensamento social brasileiro.

## INTRODUÇÃO

Como você viu na aula passada, o Brasil viveu, nas primeiras décadas do século XX, um intenso debate acerca de sua natureza profunda, de seus dilemas e de suas potencialidades. Após um século de independência, autores como Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre tornaram-se três dos principais “intérpretes” do Brasil, buscando identificar as características da formação histórica brasileira e os remédios para a superação dos males desta. Nesta aula, você vai entrar em contato com dois outros importantes “intérpretes” do Brasil, ainda que menos incensados que os três anteriores: **Oliveira Viana** e **Azevedo Amaral**.

As razões que levaram Oliveira Viana e Azevedo Amaral a um quase ostracismo intelectual e político podem ser referidas à defesa que ambos fizeram do Estado autoritário como agente civilizador, construtor da nação e indutor da modernização sócio-econômica brasileira. Em um país que viveu dois longos períodos autoritários no século XX – o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar (1964-1984) –, marcados por violências e arbitrariedades, é compreensível que as ideias de pensadores autoritários tenham perdido muito da sedução que, a seu tempo, tiveram.



Você pode ter uma ideia da vida e obra de Oliveira Viana visitando o *site* da Casa de Oliveira Viana, hoje transformada em museu: [http://www.funarj.rj.gov.br/museus/cov\\_01.html](http://www.funarj.rj.gov.br/museus/cov_01.html)

Por outro lado, é importante lembrar que, no momento em que Oliveira Viana e Azevedo Amaral escreviam suas obras, as ideias liberais – do indivíduo como matriz de organização da sociedade, de mercados autorreguláveis e representação partidária dos interesses – estavam sendo criticadas em diversos lugares do mundo, tanto por

### **Oliveira Viana**

Nascido em Saquarema, em 1883, Oliveira Viana estudou Ciências Sociais e Jurídicas na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Participou ativamente da vida política do país, atuando como consultor jurídico do Ministério do Trabalho na formulação da legislação trabalhista e sindical de Getúlio Vargas e foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas da República em 1940. Membro da Academia Brasileira de Letras, faleceu em 1951.

### **Azevedo Amaral (1881-1942)**

Médico, exerceu o jornalismo por muitos anos, sendo colaborador do *Jornal do Comércio* e do *Correio da Manhã*. Foi um dos fundadores de *O Dia*. Traduziu para o português um dos mais importantes pensadores corporativistas do entre-guerras, o romeno Manoil Manoilescu, autor de *O século do corporativismo* e escreveu um dos clássicos do pensamento autoritário brasileiro: *O Estado autoritário e a realidade nacional*.

pensadores, partidos políticos e movimentos sociais de esquerda quanto de direita. Da União Soviética comunista à Itália fascista e à Alemanha nazista, da Ação Francesa ao pensamento social da Igreja Católica, do Movimento Progressista norte-americano de princípios do século XX ao New Deal de Franklin D. Roosevelt dos anos 1930, o liberalismo vinha sendo questionado sistematicamente como sendo incapaz de dar respostas eficazes aos problemas de coesão social e de instabilidade política e econômica então vividos. A Grande Depressão que, iniciada em 1929, iria se arrastar nos Estados Unidos até a entrada deste país na Segunda Guerra Mundial, só vinha confirmar a crítica então feita ao liberalismo. O solo sobre o qual os pensadores autoritários brasileiros lançaram suas idéias revelava-se, na ocasião, propício a recebê-las.

## **O Estado autoritário brasileiro**

Oliveira Viana e Azevedo Amaral foram dois, dentre vários pensadores, que, durante a Primeira República (1889-1930), fizeram críticas ao liberalismo e propuseram a construção de um regime autoritário para solucionar os problemas do país.

Oliveira Viana identificava, na formação histórica brasileira, as bases do atraso nacional: o passado colonial brasileiro, marcado pela grande propriedade rural autárquica, isolada e escravista, teria sido responsável pela construção de um padrão de sociabilidade centrado na família e na autoridade privada do proprietário de terras, inibidor das atividades comerciais e industriais e de associativismos que escapassem à família e às relações de dependência pessoal face ao patriarca. Ademais, o espírito de clã e a autoridade do chefe proprietário de terras teriam protegido o homem rural de qualquer autoridade externa, originando o fenômeno do caudilhismo, do personalismo e da fragmentação das autoridades. Em suma, o ruralismo brasileiro teria produzido um excesso de autoridade privada e uma profunda fragilidade da autoridade pública, colocando em xeque, inclusive, a unidade territorial.

A Constituição republicana de 1891 revelava-se inadequada para lidar com a realidade brasileira. Inspirada em modelos estrangeiros – nas experiências inglesa e norte-americana –, a Constituição, com seu federalismo, seus partidos políticos e órgãos representativos, representava uma ficção *legal*, em profundo desacordo com o país *real* e suas oligarquias reprodutoras dos velhos padrões de sociabilidade. A dicotomia entre o país *legal* e o país *real* seria tema corrente do pensamento autoritário, por enfatizar o divórcio entre uma sociedade marcada pelo poder privado e as instituições liberais. Em outras palavras, ao invés de expressar o interesse público, as instituições representativas liberais, como os partidos e o Congresso, nada mais fariam do que representar interesses particularistas das oligarquias, em detrimento do bem comum.

Azevedo Amaral, ao criticar as instituições políticas da Primeira República, reafirmava o divórcio entre estas e a realidade nacional. Para ele, tais instituições teriam adulterado permanentemente a representação dos interesses da sociedade brasileira, excluindo os representantes das forças econômicas e os elementos ligados ao mundo do trabalho e privilegiando os interesses ligados à lavoura.

Diante da incapacidade da Primeira República em romper com o privatismo oligárquico, em construir a nação e modernizar o país, o Estado autoritário surgia como o elemento externo à lógica institucional representativa, capaz de romper as estruturas tradicionais e alavancar o novo, o urbano-industrial. Portanto, o Estado autoritário surgia não para oprimir a sociedade, mas para libertá-la do jugo do caudilhismo e do artificialismo jurídico do liberalismo e para conduzi-la à modernidade.

Nas condições brasileiras, portanto, a modernização só poderia ser construída de cima para baixo, do Estado para a sociedade. Oliveira Viana era muito claro a esse respeito: o poder deveria se concentrar nas mãos do presidente, representante de um Poder Executivo forte, identificado com a nação, abandonando assim a ficção *legal* do legislativo como órgão de representação dos interesses. O Estado Novo (1937-1945) seria percebido, por ambos,

como a grande oportunidade de consolidação do poder central e, não por acaso, Oliveira Viana seria não só defensor de tal regime, como também um funcionário seu.

Por outro lado, sendo a modernização entendida como construção de uma sociedade urbano-industrial, a necessidade do Estado autoritário derivava também da necessidade de novas formas de representação dos interesses e de controle social das massas. Você já viu, na Aula 4, que Marx e Durkheim propuseram duas formas básicas de compreender a dinâmica social, a primeira centrada na ideia de conflito, a segunda, nas ideias de solidariedade e integração. Os pensadores autoritários brasileiros associavam-se claramente à segunda visão e, diante do surgimento da classe trabalhadora industrial oriunda do processo de construção de uma ordem urbano-industrial, sua preocupação básica era a de construir formas modernas de solidariedade social que, incorporando as massas, evitasse a luta de classes. A forma básica de representação dos interesses e de integração e solidariedade social que os pensadores autoritários propunham era a organização corporativa.

## **O corporativismo brasileiro**

A ideia corporativa não era nova, remontando aos primeiros tempos da Revolução Industrial. Diante do espetáculo de conflitos sociais que acompanhou o processo de industrialização e urbanização, a solução corporativa de uma sociedade harmônica e não-conflituosa seduziu alguns dos primeiros sociólogos, inclusive Durkheim, e a Igreja Católica. Na Encíclica *Rerum Novarum*, de 1892, o Papa Leão XIII defendia abertamente a organização da economia em corporações, de modo a aproximar as classes e, segundo o espírito cristão, criar um clima de harmonia entre elas.

Na implantação mesma do projeto corporativo, os órgãos do Estado Novo, como a revista *Cultura Política* e os *Boletins do Ministério do Trabalho*, associavam, continuamente, o corporativismo brasileiro ao cristianismo e à Encíclica *Rerum Novarum*. A proposta



corporativa de organização dos interesses afirmava que a sociedade deveria ser organizada tendo por base as funções do mundo do trabalho. O Estado corporativo deveria agrupar os indivíduos em categorias profissionais por sindicatos e, a seguir, reunir os sindicatos em uma ordem social hierárquica e harmoniosa. Através da estrutura sindical corporativa, os trabalhadores, até então de fato excluídos da falsa democracia liberal, seriam incorporados à verdadeira democracia, de cunho social. No **Quadro 8.1**, você terá uma ideia dos elementos constitutivos básicos da ordem sindical corporativa proposta pelos pensadores autoritários.

**Quadro 8.1:** Elementos da organização sindical corporativa

Característica	Finalidade
Sindicatos reconhecidos pelo Estado	O sindicato deveria exercer funções delegadas do poder público, como promover a harmonia social e, para tal, deveria ser reconhecido e controlado pelo Estado.
Imposto sindical	Para ter condições de exercer suas funções, os sindicatos deveriam ter estrutura e recursos próprios.
Monopólio da representação e unicidade sindical	De modo a exercer suas funções, apenas um sindicato por categoria deveria existir em uma determinada base territorial, representando todos os trabalhadores daquela categoria.



## Atende ao Objetivo 2

1. Faça uma pesquisa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e identifique os elementos que podem ser associados à estrutura sindical corporativa. Enumere pelo menos três artigos e diga por que, na sua opinião, eles podem ser associados à estrutura sindical corporativa.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

Você pode ter enumerado os seguintes artigos.

Art. 514. – São deveres dos Sindicatos:

a. colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social.

Justificativa: o sindicato como promotor da harmonia social.

Art. 516 – Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em uma dada base territorial.

Justificativa: unicidade sindical e monopólio da representação da categoria.

Art. 517 § 1º – O Ministro do Trabalho outorgará e delimitará a base territorial do Sindicato.

Justificativa: é o Estado quem determina a jurisdição do sindicato.

---

No entanto, a obra estado-novista deixaria muito a desejar aos pensadores autoritários brasileiros. Muito embora os aspectos referidos à centralização política tenham sido implementados com o Estado Novo, a organização corporativa dos interesses, consolidada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) só foi implementada, como aponta Ângela de Castro Gomes, na fase de liberalização

do regime, a partir de 1942, como instrumento de mobilização de apoio político a Vargas. Assim, a estrutura sindical corporativa, ainda hoje existente, passou a conviver com regimes políticos de diferentes naturezas: a Constituição de 1946, que liberalizou o sistema político, com o retorno dos partidos e a divisão de poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário; o regime militar de 1964 –1984, com seus Atos Institucionais e a imposição do bipartidarismo; a Constituição de 1988, que inaugurou um novo período de liberdades públicas e civis. Portanto, aquilo que era central para os pensadores autoritários, a articulação entre Estado autoritário e organização corporativa dos interesses, não chegou a se consolidar durante o Estado Novo.



---

## Atende ao Objetivo 1

2. Leia a seguinte passagem de Oliveira Viana:

O que o nosso povo-massa pede aos governos – *eleitos* ou *não eleitos*, pouco importa – é que eles não o inquietem no seu viver particular. Equivale a dizer: o que interessa ao nosso povo-massa é a *liberdade civil e individual*. (...)

*Garantir a liberdade civil ao povo massa*: eis o problema central da organização democrática no Brasil. Temo-nos, entretanto, descurado disso, temos relegado este problema para o segundo plano, preocupados, como vivemos – à maneira dos ingleses – como a *liberdade política* (VIANA, 1987, p. 149-150).

Elabore um texto de 10 linhas refletindo sobre:

1. distinção entre liberdade civil e liberdade política;
2. o artificialismo das instituições brasileiras.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Neste trecho, pode ser percebida a distinção que Oliveira Viana faz entre o seu autoritário, que preserva as liberdades civis, e o totalitarismo europeu, que incorpora a esfera privada ao domínio do Estado. Por outro lado, o artificialismo das instituições políticas brasileiras pode ser percebido na associação entre a liberdade política e a experiência inglesa.

## CONCLUSÃO

Um problema historiográfico se impõe ao final desta aula. Desde que, no fim do Estado Novo, o jornal *Correio da Manhã* publicou uma série de artigos denunciando que a Carta de 1937 teria sido inspirada pela *Carta del Lavoro* de Benito Mussolini, a associação entre a legislação sindical do Estado Novo e o fascismo italiano tem sido uma constante na literatura. Mais ainda: dada a longevidade da estrutura corporativa, ainda hoje vigente, ela teria se tornado um elemento impeditivo à construção de uma ordem efetivamente democrática no Brasil. Mas seria o corporativismo brasileiro inspirado, diretamente, pelos fascismos europeus do entre-guerras? Na visão de seus próprios proponentes, não.

Como você já viu, o corporativismo brasileiro reclamava suas raízes na doutrina social da Igreja Católica, e não no fascismo italiano. Azevedo Amaral é bastante claro quanto à sua rejeição

ao fascismo como modelo inspirador de suas ideias corporativas, afirmando que o fascismo representava uma perversão das ideias corporativas. E aí está a chave para a distinção entre os pensadores autoritários brasileiros e os fascismos de Mussolini e Hitler. Enquanto estes propunham um Estado totalitário, Oliveira Viana e Azevedo Amaral propunham um estado autoritário: ao passo que o Estado totalitário invadiria a esfera privada, anulando as individualidades e submetendo os indivíduos à lógica da esfera pública dominada pelo Estado, o Estado autoritário deixaria espaço à vida privada dos indivíduos, respeitaria suas individualidades e, mesmo, seus direitos civis, apenas atuando na esfera pública. No fascismo, as corporações serviriam como instrumento do Estado totalitário; no Estado autoritário, como formas de incorporação social, respeitadas as liberdades civis dos indivíduos.

Ainda assim, o corporativismo brasileiro, associado que foi ao autoritarismo de Vargas, no momento dos fascismos europeus, acabou por associar o corporativismo ao fascismo.

Em recente trabalho, Arion Romita afirma que a Justiça do Trabalho seria um elemento constitutivo da *longa manus* do Estado autoritário/corporativo, de inspiração mussoliniana, sobre a administração do conflito distributivo. Para Arion Romita, a matriz ideológica da Justiça do Trabalho seria o corporativismo fascista italiano, no qual o Poder Executivo usurpa prerrogativas do Legislativo e passa a produzir, ele próprio, as normas de regulação dos conflitos sociais. No entanto, a defesa por Oliveira Vianna do poder normativo da Justiça do Trabalho, quando das discussões a respeito da implementação desta, tinha por base não a Carta del Lavoro de Mussolini, tampouco os escritos teóricos do fascismo italiano, mas a doutrina anglo-americana de delegação de poderes, em que o Poder Legislativo delega, ao Executivo, soberania para criar normas. Por outro lado, a alocação da Justiça do Trabalho no Poder Executivo, e não como um ramo da justiça comum, não estava prevista na Constituição de 1937, fascista no dizer de Romita, mas no artigo 122 da Constituição de 1934, que propunha sua criação, inclusive com representação classista.

Como visto, Ângela de Castro Gomes afirma que a estrutura sindical corporativa brasileira só começou a ser efetivamente implantada a partir de 1942, quando o regime buscava ampliar sua base de apoio junto aos trabalhadores. Nesse momento, o país já havia se alinhado efetivamente com os Aliados e, portanto, não poderia justificar sua base de apoio no fascismo. Por outro lado, vários elementos caros ao corporativismo fascista, como a Câmara Corporativa, com funções legislativas, jamais foram aventados no Brasil.

Portanto, a estrutura sindical corporativa brasileira, tanto anos após sua criação, continua a ser alvo de debates que, longe de simplesmente acadêmicos, encerram uma dimensão política.

## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Em seu prefácio à obra de Mihail Manoilescu, *O século do corporativismo*, Azevedo Amaral afirma que o fascismo pervertia as instituições corporativas, tornando-as instrumentos de um Estado absorvente e onipotente. Em sua visão, qual a razão de tal colocação de Azevedo Amaral? Escreva um texto de 10 linhas a respeito.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

Na aula, você viu que Azevedo Amaral defendia um Estado autoritário, e não um Estado totalitário. Portanto, na visão do autor, o corporativismo deveria ser o corolário de um Estado autoritário, que permitisse liberdades civis aos seus cidadãos, sendo, portanto, pervertido por um Estado totalitário, que elimina a esfera privada, tornando-se portanto absorvente e onipotente.

---

## RESUMO

O pensamento autoritário brasileiro das primeiras décadas do século XX identificava, na trajetória histórica brasileira, algumas características da sociedade brasileira: a insolidariedade, a fragmentação das autoridades, o privatismo, o caudilhismo... Associados às instituições políticas da Primeira República, que opunham um país *legal* ao país *real*, tais elementos acabavam por se tornar impeditivos para a modernização do país. De modo a romper com tal impasse, os pensadores autoritários propunham um duplo receituário: a constituição de um Estado autoritário e a organização corporativa dos interesses, de modo a construir as bases de uma nova solidariedade social.

## Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você verá a institucionalização do pensamento sociológico brasileiro, com a criação da Escola Paulista de Sociologia.





# Aula 9

A Sociologia *in* no  
Brasil dos anos de  
1950

## Meta da aula

Apresentar a diferença entre a sociologia produzida nos anos 1950 do ensaísmo sociológico dos anos 1930-40, através das obras de três importantes sociólogos: Guerreiro Ramos, Costa Pinto e Florestan Fernandes. Trata-se de apresentar as contribuições desses autores para a institucionalização da Sociologia como ciência da realidade.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os temas mais recorrentes da Sociologia dos anos 1950 e seus principais autores;
2. reconhecer quais eram os desafios da Sociologia para a compreensão dos problemas sociais brasileiros e de que forma ela propõe novas interpretações sobre a causa desses problemas e as possibilidades de intervenção política para a sua superação;
3. compreender os dilemas entre a ciência e a militância política: o sociólogo como cientista e o sociólogo como reformador social e político.

## Pré-requisitos

Você compreenderá melhor essa aula se articulá-la com as Aulas 4, 6, 7 e 8. Marx, a Escola de Chicago e o ensaísmo sociológico, e os autoritários colaboram para a compreensão da Sociologia em sua versão mais científica e institucionalizada no Brasil dos anos 1950.

## INTRODUÇÃO

Você agora está um pouco mais familiarizado com as questões que desafiaram Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado Júnior, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral a produzirem obras interpretativas sobre o Brasil em diálogo direto com a pesquisa sociológica que se praticava no velho mundo. Compreendeu que o ensaísmo sociológico, tal como visto na aula passada, postulava que a melhor maneira de conhecer o Brasil era através da interpretação do passado e da forma como este iluminava e dava sentido tanto ao presente quanto ao futuro. A história, desde a colonização, como palco de interpretações dos eventos no tempo e como lugar de formação das características culturais brasileiras, sejam elas positivas ou negativas, revelava-se ora plena de ambiguidades, ora de contradições, ora de continuidades. Você já viu que os temas da escravidão, da influência da cultura e do **ethos** ibérico, da colonização, do patriarcalismo, da raça e das instituições políticas brasileiras constituíam-se em temáticas relevantes para esses autores. Esse foi um primeiro passo para que o Brasil fosse efetivamente tratado nos termos de uma sociologia, embora ainda não fosse ela institucionalizada, sequer completamente integrada às poucas universidades e institutos universitários do país.

Nesta aula, você verá que a “sociologia pioneira” de que falávamos seria, uma década depois, objeto de críticas contundentes por parte da “nova sociologia” que emerge nos anos 1950, e passa a se definir como ciência, ciência da realidade, com pressupostos conceituais, teóricos e metodológicos próprios. Ela, a nova Sociologia, buscará se afirmar como uma disciplina científica não mais confundida com outras disciplinas. Ou seja, uma disciplina com fronteiras bem delimitadas. Era de seu interesse possuir um estatuto científico próprio demarcando aqueles fenômenos que deveriam ser objeto de investigação sociológica e de **pesquisa empírica**. Nesses termos, a crítica ao ensaísmo sociológico e ao pensamento autoritário do anos 1930 e 40 dirigia-se especialmente aos temas

### **Ethos**

Palavra de origem grega, significa: “acostumado ao lugar”.  
Costume, hábito, caráter, manifestação de caráter moral; espírito característico, sentimento de um povo ou comunidade.

### **Pesquisa empírica**

Pesquisa experimental, baseada na experiência sensível do mundo real e em fatos e eventos produzidos nesse mundo.

das relações raciais, da colonização, das instituições brasileiras, do corporativismo, do Estado autoritário, do liberalismo e assuntos correlatos, e a forma como eles foram abordados. Tratava-se de realçar, então, uma já percebida divisão entre estudos cujo interesse sociológico dissolvia-se em conclusões de natureza ensaística, culturalista, ou “proto-científicas”, e estudos que se apresentavam com a marca dos “rigorosamente” sociológicos. O rigor, explicavam seus adeptos, resultava basicamente das seguintes exigências: institucionalização da disciplina sociológica (inclusão dessa disciplina nos currículos acadêmicos), profissionalização do trabalho do sociólogo (oportunidade de desenvolver pesquisas com métodos e técnicas específicas para melhor orientar, por exemplo, os setores médios e populares da nova ordem urbano-industrial) e direcionamento dos sociólogos para estudos de natureza monográfica, ou seja, estudo sobre temas cada vez mais delimitados e específicos. Gilberto Freyre, no prefácio de 1954 ao livro de René Ribeiro, *Religião e Relações Raciais*, ressentia-se claramente dessa nova geração cujos estudos, com raras exceções, não levariam em conta, ou se recusariam a reconhecer, o ineditismo, a originalidade e as contribuições que as gerações precedentes, através de seus estudos de interesse sociológico, teriam legado aos “novos sociólogos”.

Mesmo se consideramos uma ruptura, um ponto de inflexão, entre a sociologia “pioneira” – aquela de Freyre, Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., também de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral – e a “nova sociologia”, de Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Costa Pinto, Oracy Nogueira e René Ribeiro, veremos que a última abriga diferenças bastante significativas quando se trata de comparar seus autores. Nem todos os sociólogos presentes nessa nova fase partilham as mesmas preocupações. Como a Sociologia é uma ciência do social em busca de legitimidade científica e acadêmica, você verá que dentro da “nova sociologia” co-habitam, de maneira não raro tensa, sociólogos de várias tendências que, de modo geral, lecionavam em universidades e institutos. Em São Paulo, a Sociologia inicia a sua trajetória acadêmica na Escola

Livre de Sociologia e Política, criada em 1933, e também na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934. No Rio, a nova Sociologia se desenvolve na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Entretanto, há diferenças entre o papel da Sociologia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo a Sociologia se institucionaliza na universidade orientada pelos desafios da modernização em curso naquele estado, ou seja, na consolidação de um mercado cujos principais atores sociais são: o empresariado e o operariado. O mundo do trabalho seria o laboratório por excelência dessa sociologia. No Rio de Janeiro, à época capital federal, observa-se uma preocupação mais enfática com o tema do dualismo entre o atrasado e o moderno, pelo qual se elege o Estado como protagonista das mudanças sociais e como importante agente para implementar as diretrizes da modernização no país. Essa cultura política associada ao Estado inicia-se com o Estado Novo, a exemplo da sociologia produzida por Oliveira Vianna, nessa fase longe das universidades, e depois através de intelectuais que ocupavam cargos no Estado. Contudo, tanto no Rio, quanto em São Paulo, essa nova sociologia se dedicará a compreender cientificamente o Brasil, país em franco processo de modernização e industrialização.

A “nova sociologia” seria, nesse sentido, uma observadora privilegiada de um “país-laboratório” que, ao final do Estado Novo, experimentava uma grande transformação. Um parque industrial em pleno crescimento, desenvolvimento urbano, democratização e novos atores sociais atuando no processo de modernização. Diante desse cenário, em pleno processo de transformação, observa-se a afirmação da Sociologia como uma importante ciência, localizada cada vez mais nas universidades, e pronta a desvendar esse Brasil, seja em suas fragilidades e desigualdades, seja no reconhecimento de suas potencialidades, elaborando estudos de fenômenos específicos, para compor grandes sínteses compreensivas capazes de apontar o verdadeiro alvo para o qual a sociedade brasileira deveria se dirigir.

“A verdadeira vocação da sociologia encontra-se no seu papel preditivo e de direção dos rumos da mudança social, pois ela deve estudar a transição para o futuro da ordem social que a gerou” (COSTA PINTO, 1973, p. 37).

## **A pesquisa da Unesco e a sociologia brasileira**

No início dos anos 1950, o programa de pesquisas sobre relações raciais no Brasil patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) estimulou sociólogos e antropólogos brasileiros a produzirem diagnósticos sobre as relações raciais no Brasil. Havia uma expectativa internacional de que o Brasil seria um excelente laboratório de relações raciais harmônicas, ou seja, relações não-racistas, diferente de outros contextos que haviam sido (a Alemanha nazista) ou eram palco de vigoroso racismo (Estados Unidos, África do Sul, etc.). A surpresa é que várias das pesquisas, especialmente a de Florestan Fernandes & Roger Bastide, sobre o negro em São Paulo, e a de Costa Pinto, sobre o negro no Rio de Janeiro, mostraram que o Brasil não era nem um paraíso racial, tampouco uma democracia racial. Para Fernandes, as relações raciais no Brasil resultavam de uma história de escravidão que teria prejudicado os negros em sua integração à sociedade no período após a abolição; e, para Costa Pinto, a ideologia da “democracia racial”, reflexo de uma sociedade tradicional e patriarcal, deveria ser substituída por uma análise sociológica cujo enfoque era a correlação entre raça e classe social. As pesquisas patrocinadas pela Unesco sobre relações raciais no Brasil, revelaram-se um precioso laboratório para a afirmação científica e empírica da “nova sociologia”, agora preocupada com os critérios internacionais de rigor científico. O programa de pesquisa da Unesco sobre relações raciais no Brasil reuniu uma geração de sociólogos brasileiros que, não obstante suas diferenciações regionais e conclusões sobre o problema do negro no Brasil, pareciam partilhar alguns pressupostos metodológicos,

em maior grau, com os estudos da sociologia norte-americana. É visível a sedução que a produção sociológica norte-americana das décadas de 1940-50 exerce sobre os novos sociólogos brasileiros, especialmente quanto aos temas do preconceito, do estigma e das relações raciais. A Escola de Chicago (Aula 6) também influenciaria as pesquisas desenvolvidas no Brasil, dando origem a um tipo de produção que enfatizaria a observação sistemática das mesmas questões em diferentes contextos regionais. O problema do negro, por exemplo, seria observado em diferentes cidades brasileiras para que, ao final, algumas comparações pudessem ser realizadas. A teoria da modernização, que você verá em futura aula, teve também notável impacto sobre essa geração, sobretudo nas questões relativas aos contrastes entre arcaísmos agrários e modernização urbana e industrial, aos aspectos duais da sociedade brasileira, à ênfase sobre a ideia de reforma social e de transição para o moderno. Se a pretensão inicial da pesquisa da Unesco era identificar no Brasil uma possível convivência harmônica entre diferentes raças, bem ao espírito da Declaração dos Direitos Humanos, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, seu resultado reservaria um cenário menos otimista. Ao contrário de encontrar no exemplo brasileiro os fundamentos da tão idealizada democracia racial, essa nova sociologia nos fez ver a roupagem enganosa e acomodada com que se revestia a desigual experiência das relações raciais no Brasil.



---

### **Atende ao Objetivo 2**

1. Com base no parágrafo anterior, como você definiria a chamada “democracia racial”? Você acha que o Brasil é uma democracia racial? Por quê? Como você observa o problema do racismo no Brasil?

---

---

---

---

---

---

---

---

## Comentário

A democracia racial tem sido um tema evocado no Brasil desde 1930. Hoje ela é vista, por um lado, como uma ideologia que tenta escamotear o problema da desigualdade racial no país e do preconceito e, por outro, como uma saudável crença, um desejo, um alvo que todo brasileiro almeja atingir.

---

## A influência da sociologia norte-americana

Você já deve estar consciente de que o rigor científico é objetivo fundamental de afirmação desta “nova sociologia”. A influência da metodologia norte-americana teria sido crucial para fundamentar essa nova fase dos estudos sociológicos brasileiros. As contribuições de **Donald Pierson**, com a marca da Escola de Chicago, que você já conhece, de **Melville Herskovits** e **Charles Wagley**, estudiosos da cultura africana, para citar apenas alguns, teriam enorme importância na promoção e socialização das ciências sociais no Brasil. Particularmente em relação ao estudo sobre relações raciais, a nova geração de sociólogos brasileiros orientaria suas análises utilizando-se recorrentemente de **Robert Park**, **Franklin Frasier**, **Gunnar Myrdal**, entre outros. Os temas anteriormente tornados dignos por gerações precedentes, como, por exemplo, estudos de escravidão ou estudos raciais, seriam pela



nova sociologia amplamente reconsiderados à luz de fenômenos como modernização, urbanização, estratificação social, com considerações morais típicas da sociologia do pós-guerra.

### **Donald Pierson**

Nasceu em 1900 em Indianápolis nos Estados Unidos. Era Ph.D em Antropologia pela Universidade de Chicago, foi professor convidado, entre os anos de 1939 e 1959, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Estudou fundamentalmente o tema do preconceito de raça no Brasil. Morreu em 1995.

### **Melville Herskovits**

Nasceu em 1895 em Ohio, nos EUA, e morreu em Illinois em 1963. Antropólogo Americano formado na Universidade de Columbia em Nova York, onde foi aluno de Franz Boas (o mesmo que orientou Gilberto Freyre, como você viu na aula 7). Introduziu na academia norte-americana os estudos sobre a cultura africana e sua influência sobre os afro-americanos. Esteve no Brasil em 1941 fazendo pesquisa de campo sobre a cultura africana no Brasil.

### **Charles Wagley**

Nasceu em 1913 no Texas e morreu em 1991 na Flórida. Antropólogo, Doutor pela Universidade de Columbia, aluno de Franz Boas. Fez pesquisa de campo no Brasil nos anos 1940 sobre os índios Tapirape e sobre a Amazônia.

### **Franklin Frasier**

Nasceu em 1894 em Maryland, nos EUA, e morreu em 1962 em Washington D.C. Sociólogo negro, dedicou-se nos anos de 1940 a estudar a família negra desde os tempos da escravidão. No início dos anos 1940, Frasier veio ao Brasil para realizar estudos comparados entre os negros brasileiros e norte-americanos. Em 1957 escreveu sua grande obra *Black Bourgeoise* (Burguesia Negra).

### **Gunnar Myrdal**

Nasceu em 1898 na Suécia e morreu em 1987. Doutor em Economia, foi convidado pela Carnegie Corporation para estudar os problemas dos negros nos Estados Unidos. Desse estudo resultou seu importante trabalho, *An American dilemma: the negro problem and the modern democracy* (O dilema americano: o problema negro e a moderna democracia).

Voltando às influências da sociologia norte-americana, pode-se dizer que a “americanização” em pauta na sociologia brasileira representaria, ao final da década de 1940 e início de 1950, um ponto de inflexão entre uma já criticada tradição de estudos ensaísticos que, segundo os sociólogos rigoristas, seria de orientação culturalista, marcada por ambiguidades e misturas de várias disciplinas (filosofia, história, literatura, política), e uma nova sociologia, cujos estudos apresentariam outros objetivos: utilização de novas técnicas e métodos de pesquisa, conhecimento mais delimitado e, portanto, mais aprofundado dos problemas brasileiros e uma clara associação entre ciência e modernização. Os expoentes dessa nova sociologia seriam: Florestan Fernandes, Costa Pinto e Guerreiro Ramos.

## **Os temas da nova sociologia**

Você já deve ter se dado conta que a “nova sociologia” do contexto dos anos 1950, nasce sob o signo da crítica. Ela busca afirmar o seu valor, como disciplina acadêmica, em contraposição ao ensaísmo sociológico dos anos 1930 e 40, visto como culturalista e híbrido. Essa geração de novos sociólogos brasileiros, não obstante as diferenças do contexto regional a partir do qual e sobre o qual eles falam (alguns do Rio de Janeiro, outros de São Paulo, Bahia e Recife), buscava dar um caráter universal às suas pesquisas regionais. Os temas tratados no Brasil deveriam ser comunicados em uma linguagem própria à Sociologia como ciência. Os diálogos sobre as pesquisas e suas conclusões não deveriam se limitar apenas aos brasileiros, mas deveriam ser de interesse universal. Nesse aspecto, a nova sociologia se aproximaria, por exemplo, dos pressupostos metodológicos da sociologia norte-americana. Alguns temas valorizados aqui foram desenvolvidos sob influência da Escola de Chicago (temas como relações raciais, pesquisas de comunidade, urbanização e industrialização, conflito social, modernidade, desenvolvimento, planejamento, mudança social, nacionalismo, imigração, estratificação social, universalismo, papel do sociólogo).

A teoria da modernização, que você verá na próxima aula, teve também notável impacto sobre essa geração de sociólogos, especialmente por abordar os contrastes entre o atraso do mundo agrário e a modernidade do mundo urbano e o seu impacto na correlação de forças entre diferentes regiões do mundo.



---

### Atende ao Objetivo 1

2. Você viu na Aula 6, sobre a Escola de Chicago, que uma nova sociologia no contexto da América abrigou uma série de temas próprios ao contexto norte-americano: grandes cidades, imigrantes, negros, guetos, criminalidade etc. A sociologia no Brasil dos anos 1950 também se envolveria com temas próximos aos tratados na Escola de Chicago. Compare esta aula com a aula sobre a Escola de Chicago e arrisque algumas hipóteses sobre o que há de comum e o que há de diferente entre os Estados Unidos e o Brasil. Você pode assinalar aspectos históricos, culturais, políticos e sociais, do passado e do presente.

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Essa atividade tem o objetivo de estimular a sua capacidade e criatividade para comparações entre diferentes contextos nacionais e culturais. É uma boa maneira de você identificar tanto no passado (comparando por exemplo a escravidão lá e aqui), quanto no presente (o problema da violência, ou mesmo a música ou o futebol), o que nos une e o que nos separa dos Estados Unidos.

## Cientista ou cidadão? O debate sobre o papel do sociólogo no Brasil

(...) o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de pôr os conhecimentos sociológicos a serviço das tendências de reconstrução social. Numa fase de desintegração e mudança, não nos compete, apenas, produzir conhecimentos sobre a situação histórico-social. Impõe-se que digamos também como utilizaríamos tais conhecimentos, se nos fosse dado tomar parte ativa na construção do nosso mundo de amanhã (FERNANDES, F. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976).

Se você voltar sua atenção para as aulas passadas, verá que a produção da Sociologia clássica associada a Karl Marx não se realizou nos bancos escolares das universidades (Marx não conseguiu entrar na universidade alemã sob administração prussiana). Marx não era um professor ou pesquisador universitário que do “escritório” da universidade desenvolvia brilhantes teses sobre revolução, classe operária, luta de classes, socialismo etc. Através de seu engajamento político nas questões sociais do seu tempo e utilizando-se da imprensa, brinda-nos com uma produção também sociológica sobre a modernidade, as injustiças do mundo do trabalho, os limites do estado liberal e os caminhos para a revolução socialista. Em Durkheim e Weber, observa-se outra trajetória. Ambos são formados pelo *ethos* da universidade, e isso está de certa maneira refletido em suas produções sociológicas e em suas pesquisas empíricas com critérios metodológicos. No Brasil podemos observar na geração de Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, uma evidente preocupação quanto ao papel do sociólogo. Perguntava-se à época: Qual é o papel do cientista social? Seria ele apenas um estudioso neutro e distanciado de qualquer envolvimento com os problemas de seu tempo, ou teria ele um papel muito mais atuante e de intervenção sobre a realidade que ele estudava? Quais eram os limites entre o sociólogo acadêmico e o sociólogo militante? Essa era uma questão que, como você verá, teve enorme importância nos debates sobre o “fazer” do sociólogo.

A institucionalização da Sociologia no Brasil, como disciplina acadêmica que enfaticamente buscava se afirmar como tal, idealizaria um papel para o sociólogo que, ao contrário de aproximá-lo da sociedade civil, ou seja, dos atores sociais emergentes (operários, empresariado), dotava-o com técnicas racionais para a compreensão dos problemas sociais e dilemas da sociedade brasileira, a fim de propor ao Estado, ou às elites dirigentes, possíveis soluções. A geração anterior de ensaístas, sem tradição na universidade, buscava informar e formar o Estado, pela chave da construção da nação, da identidade nacional, da identidade cultural e de suas instituições. Estava, nesse sentido, integrada a um projeto de Estado nacional. A geração de nossos novos sociólogos se beneficia de um projeto de universidade que pensa as ciências sociais de uma perspectiva universal e como “dotadas de técnicas racionais capazes de permitir a solução dos problemas sociais brasileiros sem pressão social nem conflitos (FERNANDES, 1978, p. 86).

Contudo, não parecia possível aos sociólogos brasileiros apenas demarcar uma autonomia intelectual portadora de um conhecimento sobre os atores sociais e políticos, ou sobre os problemas da sociedade, propondo formas de ação racional para os atores sociais adequadas a uma eventual solução dos problemas identificados (WERNECK, 1998, p. 186). Havia uma questão mais complexa. Essa Sociologia que nasce em outros países, baseada em critérios modernos de cientificidade e praticada em outros contextos mais competitivos e democráticos, enfrentaria aqui um difícil desafio: dialogar com setores tradicionais, patrimoniais e arcaicos da sociedade brasileira. Nesse sentido, essa Sociologia institucionalizada deveria ser complementada com clara preocupação de encontrar “... meios através dos quais se pudesse intervir direta e conscientemente na vida social” (FLORESTAN, 1964, p. 266). A Sociologia deve propor à sociedade uma orientação, fundamentada na ciência, quanto ao caminho que deve ser trilhado para que se superem os problemas sociais brasileiros. Entretanto, “essa **intelligentsia** não se move no terreno da revolução, e sim no da reforma” (WERNECK, p. 191).

### ***Intelligentsia***

É um segmento social de pessoas engajadas na elaboração de um trabalho criativo e complexo orientado para o desenvolvimento, a reforma social, a disseminação de cultura, convergindo intelectuais e grupos sociais a eles ligados. O termo tem origem na língua russa.

No Rio de Janeiro, a Sociologia vai expressar outra vocação. Com uma institucionalização menos acadêmica do que a observada em São Paulo, estará mais próxima do Estado depois de 1946 e se dedicará ao tema da modernização como superação do atraso brasileiro, pela ação reformadora do Estado. Ela informaria, através de grandes sínteses interpretativas, qual seria o melhor caminho para a atuação do Estado a fim de realizar a reforma social e a modernização. Mas essa *intelligentsia* se dirige também ao povo visando conscientizá-lo dos problemas da sociedade e de seu papel como o real sujeito da mudança social. O Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes – CPC-UNE, sob a influência do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), dirige-se ao povo, indo aos seus locais de moradia e trabalho, para orientá-los em seu papel histórico. No Rio de Janeiro, o programa fundamental dessa nova sociologia seria o de viabilizar a aproximação entre o Estado, agente da modernização, por meio da ação popular.

Você agora pode imaginar a linha tênue que separa o sociólogo profissional, que estuda um fenômeno social através de critérios de rigor científico, daquele sociólogo que vê a sua atividade intelectual como algo que deva ser compartilhado com os sujeitos sociais em nome da consciência de uma mudança, uma reforma social ou no limite de uma revolução.

## CONCLUSÃO

O objetivo desta aula foi apresentar a institucionalização da Sociologia que, embora baseada em critérios de rigor científico e acadêmico, diferenciava-se regionalmente, ou seja, a sociologia que se produzia em São Paulo não era necessariamente a mesma que se produzia no Rio de Janeiro. Embora os temas ativados na Sociologia dos anos 1950 variassem bastante (relações raciais, pesquisas de comunidade, urbanização e industrialização, conflito social, modernidade, desenvolvimento, planejamento, mudança

social, nacionalismo, imigração, estratificação social, conflito social, universalismo, papel do sociólogo), o tema das relações raciais, da integração do negro na sociedade brasileira, frequentaram efetivamente as pesquisas e as agendas políticas da década de 1950. Os sociólogos dessa geração não se furtaram a enfrentar competentemente os temas que se tornaram verdadeiros desafios no contexto do pós-guerra. As formas de engajamento dos novos sociólogos muitas vezes iam além do escopo da ciência. Muitos militavam por essas causas, muitos participaram de movimentos políticos, muitos depois foram perseguidos e tiveram que se exilar no período da ditadura militar. Desde os anos 1950, nunca mais a Sociologia foi a mesma. Os alicerces acadêmicos dessa disciplina foram construídos em 1950 e até hoje têm enorme influência sobre as gerações de sociólogos que se seguiram àquela.

## Atividade Final

---

### Atende ao Objetivo 3

Você deve ter tido a oportunidade de conhecer vários professores ao longo de sua formação. Alguns professores revelam às vezes, até em sala de aula, quais são suas preferências políticas e emitem opiniões sobre como o mundo deveria ser. Há outros casos, em que alguns professores exibem uma espécie de neutralidade, tentando não influenciar a turma com as suas preferências políticas ou visões de mundo. A partir da passagem a seguir, exponha como você avalia a questão da neutralidade e/ou do engajamento do cientista, no caso, do cientista social.

O conhecimento científico não se orienta, pois, de modo exclusivo e relativamente autônomo, segundo valores próprios, mas está sujeito aos valores de um projeto histórico-político. No projeto de Guerreiro Ramos, a esfera da ciência se entrelaça não só com o “fazer história”, mas também com a esfera de ação prática e política. Esta característica da proposição do autor a diferencia muito daquelas dos seus contemporâneos Costa Pinto e Florestan Fernandes, mais cautelosos quanto às mediações entre o conhecimento sociológico e a ação política” (VILLAS BOAS, 2006, p. 69).

## Comentário

Trata-se de explorar um dilema antigo (Weber no início do século XX já inaugurava o debate entre a Ciência como vocação e a Política como vocação, sugerindo a necessidade dessa divisão de terrenos de atuação) que no Brasil ganhou evidência a partir dos anos de 1950. A Sociologia dos anos de 1950 debatia-se sobre esse tema. Ainda hoje esse dilema está presente em salas de aulas, na pesquisa empírica, nos engajamentos políticos e ideológicos de indivíduos que atuam como sociólogos. Nesses termos é importante compreender como a Sociologia se vê diante do dilema entre a ciência e a ação política como duas esferas que para alguns devem permanecer separadas e para outros devem estar entrelaçadas.

---

**RESUMO**

A trajetória de institucionalização da sociologia no Brasil no contexto dos anos 1950, pode ser compreendida como uma produção crítica ao ensaísmo dos anos 1930 e 1940, julgados pouco científicos e acadêmicos. Devem ser consideradas, também, questões e temas que mobilizavam os novos sociólogos e suas contribuições, especialmente as de Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, para a afirmação de uma sociologia mais pulsante, sobretudo em relação ao tema da integração do negro no Brasil.

**Informação sobre a próxima aula**

Na próxima aula, você vai ver como os problemas relativos aos temas da desigualdade racial no Brasil, do racismo, da integração dos negros na sociedade brasileira foram abordados com rigor científico e com alguma dose de engajamento político por três importantes sociólogos dos anos 1950: Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.



# Aula 10

Grandes temas da  
Sociologia brasileira I:  
preconceito, tensão  
racial e a integração  
do negro no Brasil

## Meta da aula

Identificar na Sociologia produzida por três dos nossos mais importantes sociólogos da nova Sociologia dos anos 1950 – Guerreiro Ramos, Costa Pinto e Florestan Fernandes –, o problema do racismo, das tensões raciais e da integração do negro na sociedade brasileira.

## Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer quais eram os desafios da Sociologia para a compreensão dos problemas raciais brasileiros e como ela propõe novas interpretações sobre a causa desses problemas e as possibilidades de intervenção política para a sua superação;
2. reconhecer a complexidade do problema da integração do negro na sociedade brasileira como tema atual, que ainda hoje merece muitos estudos e pesquisas com critérios sociológicos e responsabilidade.

## Pré-requisitos

Você compreenderá melhor essa aula se articulá-la com as Aulas 6, 7, 8 e 9.

A Escola de Chicago e o ensaísmo sociológico, e os autoritários colaboram para a compreensão da Sociologia em sua versão mais científica e institucionalizada no Brasil dos anos 1950.

## INTRODUÇÃO

Esta aula, como você verá, é um desdobramento da aula anterior, cujos tópicos mais relevantes relacionavam-se às lições do pós-guerra. Alguns importantes temas como estrutura social, classe social, conflito social e desigualdade social ocupavam as agendas dos nossos sociólogos dos anos 1950. Um tema, entretanto, desde que o projeto Unesco escolheu o Brasil como laboratório para pesquisas sobre raça – supondo que o Brasil era um paraíso racial –, nossos sociólogos mergulharam profundamente na pesquisa sobre relações raciais em várias regiões do Brasil. Esse tema, então, torna-se um dos mais importantes objetos de estudo da Sociologia até os dias de hoje. Antes dos anos 1950 os estudos sobre raça, negro, relações raciais eram pautados pela abordagem culturalista, como você viu na Aula 7. Depois, o que você viu na última aula, foi uma reviravolta nas abordagens sobre esses temas. Tratava-se, então, de retomar o problema do negro, a herança da escravidão, em uma nova roupagem: com rigor científico, metodologia, com releituras da história e em diálogo com o que se produzia nos Estados Unidos, especialmente a Escola de Chicago. Cabe agora perguntar: Como essa questão foi tratada pelos sociólogos dos anos 1950? Havia diferenciações nas abordagens desses sociólogos sobre o tema racial? Para que você conheça um pouco mais a maneira como esse tema foi tratado nos anos 1950, elegemos três sociólogos como os mais representativos dessa geração: Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.

## A Sociologia de Costa Pinto

### Uma breve biografia:

Luis de Aguiar Costa Pinto, nascido em 1920, em Salvador, era originário de uma família proprietária de engenhos no Recôncavo baiano. Seu avô foi senador da República e seu pai, médico. Formou-se na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, na primeira turma de Ciências Sociais. Tornou-se, em 1943, professor dessa mesma faculdade. Foi signatário da primeira Declaração sobre Raça da Unesco em Paris, em 1949. É autor de diversos livros, entre os quais: *Lutas de famílias no Brasil*, de 1949; *O Negro no Rio de Janeiro*, de 1953; e *Sociologia e Desenvolvimento: temas e problemas do nosso tempo*, de 1963. Lecionou em várias universidades e faleceu no Canadá em 2002.

### Costa Pinto e *O Negro no Rio de Janeiro*

Desde Gilberto Freyre (Aula 7), os estudos sobre os negros no Brasil trazem a marca do que a historiografia chama “a herança da escravidão”. Mesmo abolida, os negros libertos ainda eram considerados pela historiografia como seres que padeciam dos prejuízos que a escravidão os havia infligido, e o desafio da sociedade moderna no Brasil já republicano seria, nesses termos, garantir a integração cada vez maior do negro na sociedade brasileira. Nesse sentido, o negro já iniciava, a sua trajetória de liberdade, em desvantagem se comparado ao branco que nunca teria vivido os horrores da escravidão. Costa Pinto dará um passo adiante nesse debate, uma vez que pretende não mais considerar o negro pela herança da escravidão, mas considerá-lo através de outra chave analítica: ele compreende o negro-proletário e os seus percalços no mundo capitalista, na sociedade de classes e nas condições da modernidade. Isso não significa que esse negro não seja sujeito ao racismo; ao contrário, quanto mais ele se quer igualitário ou acredita viver em um mundo de igualdade, mais

ele sofre o preconceito racial. Analisar as condições do conflito ou tensão racial e não as formas de acomodação ou harmonia entre as raças é uma das grandes contribuições de Costa Pinto aos estudos sobre negros no Brasil. Outra contribuição de Costa Pinto foi a sua crítica aos estudos afro-brasileiros. É dele a crítica ao “negro como espetáculo”. Ele considerava que a valorização da cultura e das sobrevivências africanas, comum nos estudos antropológicos, e a ausência de estudos sociológicos mais rigorosos sobre os negros e seus problemas, indicavam o atraso do Brasil no tratamento desse tema. Para Costa Pinto, “... à abordagem culturalista falta o esquema conceitual e o rigor metodológico necessários para realizar o estudo científico dos novos aspectos assumidos pelas relações interétnicas no interior de uma sociedade em mudança” (COSTA PINTO, 1963, p. 78).

Em seu estudo sobre “O negro no Rio de Janeiro”, observa-se a sua preocupação em estudar esse tema sob a ótica da transição do tradicional para o moderno e nesse processo a forma pela qual o negro transforma-se de escravo em proletário. É a competição que se inaugura no mercado de trabalho através da estrutura de classes sociais que tornará as relações entre brancos e negros mais competitivas e mais tensas; geradora, nesses termos, de um preconceito racial acentuado. As tensões raciais resultavam não da herança da escravidão, mas das condições mesmas da sociedade moderna, capitalista, competitiva que só tenderiam a aumentar tanto mais competitiva se torna a sociedade brasileira.

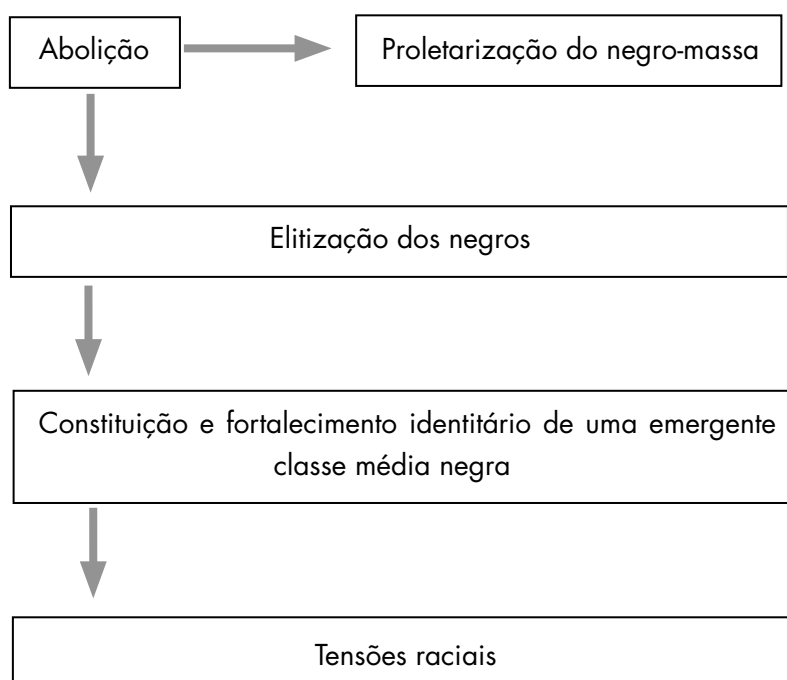
Costa Pinto trás ainda uma visão bastante interessante sobre os dilemas vividos no interior do próprio movimento negro. Ele dividia os negros entre negro-massa e elite negra. A elite negra, ou melhor, uma classe média negra, teria experimentado alguma mobilidade social e tornava-se cada vez mais diferenciada da maioria da população negra. Costa Pinto, ao fixar sua atenção na constituição da classe média negra no Rio de Janeiro, está atento à forma pela qual ela crescentemente se diferencia do que ele chama negro-massa. Na sua percepção, quanto mais o negro ascende mais encontra barreiras sociais que têm por base preconceitos raciais.

O ressentimento desse grupo emergente diante de tais impedimentos e barreiras raciais promove, segundo Costa Pinto, uma fertilização e mesmo um fortalecimento da autoidentidade baseada igualmente em critério raciais. Talvez você encontre alguma dificuldade em compreender por que o preconceito racial acaba mobilizando a identidade racial. Vamos tentar um exemplo. Imagine um negro advogado, que tenha estudado com grande esforço para se formar e se transformar em um profissional no mercado de trabalho de advogados. Quando ele busca um emprego, ele se depara com outros advogados que tal como ele estudaram e se formaram a fim de exercerem a sua profissão. Imagine agora ele disputando um lugar no mercado com um advogado branco e sendo preterido na competição. Ele pode pensar por um lado que o advogado branco ganhou a competição talvez por ser melhor formado, ou ele pode, por outro lado, pensar que perdeu a vaga para o advogado branco pois o preconceito racial vigente na sociedade brasileira acabaria sempre preterindo o negro. A pergunta que ele se faz é: se na disputa com um branco eu levo sempre a pior, a melhor maneira de lutar contra isso é através da afirmação da minha identidade racial, denunciando o racismo lá onde eu acredito que ele vigora (no mercado de trabalho, na escola, na universidade, nas relações afetivas etc.). A elite negra, nos termos de Costa Pinto, é a que carrega a missão de ser portadora da consciência racial. Ela sofre mais, pois tende a se ver como preterida pela classe média branca (que seria o seu grupo de referência) e não se identifica com o negro-massa, pois acredita que ele é portador da má consciência, ou seja, é um alienado, pois não consegue perceber mais claramente o problema da discriminação racial. Para Costa Pinto:

A supervalorização da raça que a torna a medida de todas as coisas, a entidade de onde emana toda uma filosofia de vida, toda uma concepção de mundo (...) é em verdade um mecanismo de defesa manejado por uma elite agressiva, uma racionalização das tensões sociais concretas, nas quais grupos dominantes e etnicamente

diferentes, usando a raça como critério de discriminação contra alguns, levam os discriminados a fazer da causa de seu problema a bandeira mística de sua redenção (COSTA PINTO, 1953, p. 333-34).

Por fim, podemos resumir a leitura das relações raciais realizada pelo sociólogo Costa Pinto, através do seguinte esquema:



Florestan Fernandes

## A Sociologia de Florestan Fernandes

### Uma breve biografia:

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920, de família muito humilde. Sua mãe era lavadeira. Ingressou aos 18 anos na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo. Terminou a sua licenciatura em 1943. Obteve o título de mestre em 1947 com a dissertação: “A Organização Social dos Tupinambá”. Concluiu o doutorado em 1951, com a tese: “A função social da guerra na sociedade Tupinambá”. Desenvolve uma pesquisa para a Unesco com o antropólogo Roger Bastide sobre *Branços e Negros em São Paulo*. Escreve em 1964 *A Integração do negro na sociedade de classes*, e em 1975 escreve *A Revolução Burguesa no Brasil*. Foi cassado pela ditadura militar, exilando-se no Canadá. Elegeu-se duas vezes deputado federal pelo PT. Morre em 1995, em São Paulo.

### Florestan Fernandes e a integração do negro na sociedade de classes

Florestan Fernandes é sem dúvida um dos mais importantes sociólogos brasileiros. Seu interesse pelo estudo dos negros no Brasil, inicia-se com o Projeto da Unesco que motivou a pesquisa que ele desenvolveu com o antropólogo Roger Bastide, intitulada *Branços e Negros em São Paulo*. Trata-se de uma pesquisa que se ocupa de indagar sobre as raízes históricas do preconceito racial. Investe na documentação sobre escravidão desde o século XVI em São Paulo e, através de uma linha causal e, enfatiza a desagregação do regime escravista para pensar a transição para o trabalho livre com a abolição. Para ele, se o problema do escravo desaparece com a escravidão, com a abolição inicia-se o problema do negro na sociedade brasileira. Mas esse negro começa o seu percurso de liberdade com todas as deformações oriundas da escravidão. A herança da escravidão era o que tornava o negro livre, pouco preparado para competir no mercado capitalista, para se adequar às exigências da modernidade. O desafio que Florestan Fernandes se



impõe, e que vai ser mais desenvolvido em seu livro *A Integração do Negro na sociedade de Classes*, é justamente pensar em por que a integração do negro na sociedade no pós-abolição é tão dramática, tão difícil. Para tanto, ele irá buscar na história, nas determinações econômicas e sociais as razões que poderiam explicar essa dificuldade de integração. Sendo a escravidão um regime extremamente cruel e violento, suas vítimas muito provavelmente carregariam por muito tempo os prejuízos e desvantagens dessa experiência de desumanização. A escravidão produziu homens dependentes, “coisificados” que depois da escravidão permaneceriam uma espécie de anomalia social. Entretanto, ao contrário de Costa Pinto, Florestan Fernandes goza de certo otimismo quanto à direção que o problema do negro tomará no Brasil. A sua ideia de modernidade, herdeira do marxismo e da teoria da modernização, depositará tanto na estrutura de classes sociais, quanto na formação do proletariado, a crença na diluição de toda e qualquer identidade baseada em raça, cor ou em etnicidade. Nesses termos, as possibilidades de conflito repousariam mais na estrutura de classe do que em tensões raciais. Esta última, tenderia a se diluir no processo de modernização da sociedade brasileira. A tendência à proletarianização dos negros na nova estrutura social, legal e moral brasileira seria previsível e mesmo inevitável, ainda que uma espécie de anomalia associada à persistência de padrões arcaicos de interação social – baseados em reminiscência de preconceitos raciais típicos da ordem escravocrata – fosse expressiva no processo de modernização da sociedade brasileira. A interpretação marxista representava uma aposta no fim necessário do problema racial frente à modernidade das relações sociais. Seria incompatível a manutenção do preconceito racial na modernidade e em cenário democrático. Sua sobrevivência é apenas residual, transitória e extemporânea.

Para Florestan Fernandes, a abolição da escravidão é o marco zero da modernidade. Em seu trabalho *Branços e Negros em São Paulo*, ele revela o seu otimismo:

... tanto os 'brancos' quanto os 'negros' precisam ser reeducados para conviverem de modo construtivo no mundo que está surgindo da nova ordem igualitária, implantada com a abolição e a república (FERNANDES, 1959, p. xi).

O esquema causal que podemos associar às teses de Florestan Fernandes, desde a escravidão seria o seguinte:

Escravidão → trabalhadores livres → marginalização de negros e mulatos → proletarianização (diluição da raça na estrutura de classes e integração do negro na sociedade de classe) → democracia racial.

Você já deve ter percebido as diferenças entre Costa Pinto e Florestan Fernandes quanto ao problema do negro na sociedade brasileira. Enquanto Florestan Fernandes acredita que a estrutura de classes sociais tornará o conflito racial secundário, pois a consciência de classe será mais decisiva para os indivíduos do que suas identidades raciais, Costa Pinto enxerga a radicalização das tensões raciais sobretudo entre negros e brancos de classe média. Você já deve ter percebido igualmente, as semelhanças desses sociólogos. Trata-se de sociólogos mobilizados pela Sociologia como ciência da realidade que lhes garante a possibilidade de compreender os problemas sociais e de apontar a direção da mudança social de uma ordem tradicional para uma ordem social moderna e democrática. Esse seria o papel do sociólogo como cientista e cidadão.



---

### Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Considerando as teses de Costa Pinto e Florestan Fernandes sobre o problema do negro na sociedade brasileira, como você interpretaria o estágio atual de desigualdade racial, de persistência de desigualdades raciais no Brasil e a forma como o movimento negro vem lutando, através da demanda por cotas raciais nas universidades públicas, para garantir uma sociedade menos desigual entre negros e brancos?

---

---

---

---

---

---

---

---

### Comentário

Esta atividade é importante, pois garante uma compreensão do presente histórico e das formas atuais das relações raciais no Brasil à luz dos relevantes debates travados na década de 1950 pela Sociologia que se consolidava nas instituições universitárias brasileiras.



## O sociólogo Guerreiro Ramos

Uma breve biografia:

Nasceu em Santo Amaro da Purificação em 1915. De família pobre, aos 17 anos já participava da vida cultural da classe média baiana escrevendo em revistas literárias. Militou no **Movimento Integralista** e em 1933 vem para o Rio

### **Movimento Integralista**

Movimento criado em 1933 de inspiração nacionalista, fascista e católica. Dedicou-se à valorização dos símbolos da nação em contraposição a toda e qualquer ideologia que divulgasse forma de universalismo. Era antissocialista, antiliberal e possuía alguns líderes antisemitas. Foi fundado por Plínio Salgado, seu maior ideólogo junto com Gustavo Barroso. Getúlio Vargas apoiou inicialmente o movimento para logo em seguida colocá-lo na ilegalidade. Em 1938 os integralistas tentam derrubar o governo de Vargas, mas são derrotados. Nas fileiras desse movimento ingressaram também muitos negros.

de Janeiro com uma bolsa de estudos para cursar a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde se forma em 1942. Preterido como potencial professor da Universidade do Brasil, torna-se técnico de administração do Departamento do Serviço Público (DASP), órgão da burocracia do Estado. Escreve vários artigos para a Revista do Serviço Público. Em 1949 inicia a sua atuação política no Teatro Experimental Negro (TEN), criado no final do Estado Novo por Abdias do Nascimento. Em 1952, torna-se professor da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP). É autor de *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociologia*, 1955; *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, de 1957; e *Redução Sociológica: Introdução ao Estudo da Razão Sociológica*, de 1965. Morre nos Estados Unidos em 1982.

## Guerreiro Ramos e a patologia social do branco brasileiro

A trajetória do sociólogo Guerreiro Ramos é atípica se comparada às trajetórias dos demais autores tratados nesta aula. Primeiro, você deve compreender que Guerreiro Ramos não se tornou, tal como os outros sociólogos tratados, professor de Sociologia na Universidade, especialmente na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil onde ele havia desenvolvido seus estudos em Ciências Sociais. Fora da Universidade, Guerreiro Ramos produziria

uma obra crítica que teria como alvo o ensaísmo sociológico dos anos de 1930 e também os modelos estrangeiros que eram copiados no Brasil sem qualquer filtro crítico. Ele se referia a essa Sociologia transplantada de outros contextos, como “Sociologia enlatada”. O aspecto que os biógrafos de Guerreiro Ramos mais chamam atenção é o tom fortemente polêmico das suas ideias, inclusive sua crítica ácida dirigida à importação de ideias da Europa e dos Estados Unidos. Defendia o engajamento do sociólogo nas questões sociais e nas propostas de reforma. Ele acreditava no caráter universal da Sociologia, embora enfatizasse a sua diferenciação nacional. Para ele, os problemas brasileiros deveriam estimular a elaboração de idéias, teorias e conceitos próprios à nação que deveria se conhecer a si mesma. Nesses termos, o conhecimento sociológico deveria estar comprometido com a realização de um projeto histórico-nacional (VILLAS BOAS, 2006, p. 66-67).

Talvez você se interesse em saber que Guerreiro Ramos era mulato e diretamente engajado na militância negra, através de sua participação no Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento em 1944, que buscava resgatar através do gênero teatral a autoestima dos negros em uma sociedade racista. Guerreiro Ramos também mostraria o seu engajamento à causa do negro utilizando-se da sua reflexão sociológica para criticar os intelectuais brancos (entre eles Costa Pinto e Florestan Fernandes) que faziam uma Sociologia sempre tratando o tema do negro e sua integração como um “problema”. Sem lugar na universidade e preterido do projeto da Unesco, Guerreiro Ramos apontará sua metralhadora giratória crítica contra Costa Pinto que, ao tratar o negro no Rio de Janeiro para o programa de pesquisa da Unesco, acaba estudando o Teatro Experimental do Negro como uma evidência do que ele chama associação de novo tipo, na qual se incluía como objeto de estudo de Costa Pinto, o próprio Guerreiro Ramos. No seu livro *A introdução crítica à sociologia brasileira*, Ramos acusa os estudos sobre relações de raça patrocinados pela Unesco de serem “frutos de uma visão alienada ou consular do Brasil” e acrescenta:

com exceção do que se refere ao negro no Rio de Janeiro, que confiado a Luiz de Aguiar Costa Pinto, cidadão sem qualificações morais e científicas. Este carreirista, doublé de sociólogo... (GUERREIRO RAMOS, 1957, p. 154, apud MAUÊS, 1999, p. 173).

Mas qual era a visão que Guerreiro Ramos tinha do racismo e da integração do negro à sociedade brasileira?

Guerreiro Ramos defendia a tese de que o problema do preconceito no Brasil não era de raça, mas sim um preconceito de cor, um preconceito sócio-econômico. Para ele, o problema do negro deveria ser enfrentado a partir das diferenças regionais, de classe e de clivagem rural/urbana. Ele criticava os estudos sociológicos que valorizavam a sobrevivência africana, postulando que os negros queriam mais do que valorizar as sobrevivências africanas, queriam ascender social e culturalmente. Acreditava que a formação de uma elite negra de classe média poderia ter um papel pedagógico importante no sentido de viabilizar o valor da cidadania entre os negro-massa.

A agenda política de Guerreiro Ramos era a seguinte: “afirmação da singularidade dos negros com a eliminação dos recalques advindos do passado; ascensão social e econômica; constituição de uma *intelligentsia*, ou seja, de uma espiritualidade e de uma missão. Só assim haveria a redução de enorme distância entre o negro legal e o negro real” (Guerreiro Ramos apud Maio, 1997).

É evidente na obra de Guerreiro Ramos a tensão entre o sociólogo com vocação acadêmica e o funcionário técnico do Estado, engajado na luta pela mudança social. Sua originalidade e o tom polêmico tornam notável a sua Sociologia, que ele mesmo chamava “Sociologia em mangas de camisa”.

## CONCLUSÃO

Você pôde conhecer na aula de hoje questões e temas que mobilizavam os novos sociólogos mais expressivos da nova Sociologia dos anos de 1950 e suas contribuições. Costa Pinto, de Florestan Fernandes e de Guerreiro Ramos, ao tratarem criticamente o racismo no Brasil, colaboraram para a afirmação de uma Sociologia científica mais pulsante, sobretudo em relação às preocupações intelectuais e políticas com o tema da integração do negro.

### *Atividades Finais*

---

#### **Atendem aos Objetivos 1 e 2**

1. Compare as abordagens dos três sociólogos aqui tratados realçando as diferenças e semelhanças que os caracterizam.
2. Se você tivesse que fazer uma pesquisa hoje sobre racismo ou sobre a integração do negro na sociedade brasileira, como você atualizaria as teses desses autores, ou seja, como você imagina que esses autores interpretariam o debate hoje em curso no Brasil sobre cotas, estatuto racial, desigualdade racial e miscigenação?

#### *Comentário*

O objetivo dessas atividades é estimular a sua atenção para as possibilidades de interpretar a questão racial nos dias de hoje, à luz das teses dos nossos três sociólogos: Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.

---

## RESUMO

O contexto era do pós-guerra e, a exemplo das atrocidades do holocausto, observava-se a valorização científica e política de questões relacionadas à tolerância, aos direitos humanos, ao antirracismo, à negritude, à independência nacional das colônias africanas. O Brasil, nesse contexto, parecia o mais próximo de uma democracia racial. Entretanto, as pesquisas realizadas por essa nova Sociologia para o projeto Unesco, revelaram que o Brasil também exibía formas, se não direta, ao menos sutis, de racismo e que a população negra encontrava enormes dificuldades de integração às exigências da modernidade presentes na sociedade brasileira daquele período. O papel da história para essa Sociologia era, não raro, fundamental. Através da história, buscava-se compreender em que medida a herança da escravidão afetava a performance do negro em uma sociedade de classes. Era também uma Sociologia que tentava apontar direções reformistas a fim de superar as questões do passado e do presente pela aposta no futuro.

## Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai ver como os problemas relativos à modernização, à urbanização e à industrialização foram pensadas pelos sociólogos brasileiros, com ênfase para o conceito de populismo, largamente utilizado pela Sociologia brasileira.



História e Sociedade

# Referências

## **Aula 1** .....

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1972.

GRIN, Monica et al..*Curso de atualização para professores regentes: sociologia*. Rio de Janeiro: SEE, 2006.

## **Aula 2** .....

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

ZOLA, Emile. *Germinal*. Rio de Janeiro: Melso, [19-].

DICKENS, Charles. *Oliver Twist*. Nova York: Bantom Books, 1981.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

## **Aula 3** .....

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1984.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SHAKESPEARE, William, *Romeu e Julieta*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

\_\_\_\_\_. *The Complete Work*. New York : Gramercy Books, 1990. p. 1020.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1-2.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília: UNB, 1977.

\_\_\_\_\_. *Lembranças de 1848* : as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. p. 112.

## **Aula 4** .....

ARENDT, Hannah. *O sistema totalitário*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2002.

GOLDMAN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difel. 1967.

GUIDDENS, Anthony. *As ideias de Durkheim*. São Paulo: Cultrix, 1981.

MARX, Karl. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Editora Abril, 1979.

## **Aula 5** .....

BENDIX, Reinhard. *Max Weber: um perfil intelectual*. Brasília: Ed. UnB, 1986

COHN, Gabriel (org.). *Sociologia: para ler os clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. 2.ed. São Paulo: Azougue, 2007.

LALLEMANT, Michel. *História das ideias sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2003. v.1: das origens a Max Weber.

PERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998.

POLLACK, Michel. Max Weber: elementos para uma biografia sócio-intelectual (parte 2). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, out. 1996.

RINGER, Fritz. *A metodologia de Max Weber: a unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.

WEBER, Max. *Economia e sociedade* Brasília: Ed. UnB, 1991. v. 1.

## **Aula 6** .....

BECKER, Howard S. A escola de Chicago. *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, out.1996.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP: Ed. 34, 2000.

CALDEIRA, Teresa. *Medo da cidade: pobreza e más condições de vida não são causas claras da violência urbana*. Dossiê medos do Brasil. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/330,1.shl>>. Acesso em: 29 maio 2008.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O.G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11-25.

VALADARES, Lícia do Prado. *A escola de Chicago*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel*. São. Paulo: Ed. 34, 2000.

## **Aula 7** .....

APPIAH, K. Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Guerra e paz: casa grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: 34 Letras, 1994.

BÔAS, Glaucia Villas. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FALCÃO, J.; ARAÚJO, R. *O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio , 1987.

\_\_\_\_\_. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1962. 2v.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1988.

PRADO JÚNIOR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

## **Aula 8** .....

AMARAL, Azevedo. *Ensaio brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930. 299 p.

\_\_\_\_\_. *Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (Org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Unicamp, 1993.

CASA de Oliveira Vianna. Disponível em: <<[http://www.funarij.rj.gov.br/museus/cov\\_01.html](http://www.funarij.rj.gov.br/museus/cov_01.html)>. Acesso em: 17 out. 2008.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 81 p.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

MANOILESCU, Mihail. *O século do corporativismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Breve história da Justiça do Trabalho. In: FERRARI, Irlany et al. *História do trabalho, do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho*. São Paulo: Ltr, 1988.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1980.

ROMITA, Arion. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1933.

\_\_\_\_\_. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; 1987.

\_\_\_\_\_. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

\_\_\_\_\_. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1923.

\_\_\_\_\_. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Eduff, 1987. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Problemas do direito corporativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

## **Aula 9** .....

BÔAS, Glaucia Villas; MAIO, Marcos. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

BÔAS, Glaucia Villas. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

COSTA PINTO, L.A. *Lutas de família no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1949.

COSTA PINTO, L.A. *O negro no Rio de Janeiro: relação de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Nacional, 1953.

COSTA PINTO, L.A. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo. Ática, 1964. 2v.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLORESTAN, Fernandes. *Branco e Negros em São Paulo*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1959.

MAIO, Marcos Chor. *Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais*. *Dados*, v.40, n.1, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica: introdução ao estudo da Ração sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro: Est. de Artes Gráficas C. Mendes Jr., 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

RIBEIRO, René. *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

## Aula 10 .....

BÔAS, Glaucia Villas; MAIO, Marcos. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

BÔAS, Glaucia Villas. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

COSTA PINTO, L.A. *Lutas de família no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1949.

COSTA PINTO, L.A. *O negro no Rio de Janeiro: relação de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo: Nacional, 1953.

COSTA PINTO, L.A. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1964. 2v.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FLORESTAN, Fernandes. *Branços e negros em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1959.

MAIO, Marcos Chor. Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais. *Dados*, v.40, n.1, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo*. Rio de Janeiro: Est. de Artes Gráficas C. Mendes Jr., 1954.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.

RIBEIRO, René. *Religião e relações raciais*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.





ISBN 978-85-7648-548-3



9 788576 485483



**UENF**  
Universidade Estadual  
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense



**FAPERJ**  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO  
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministério  
da Educação

